



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ: HISTÓRICOS E DINÂMICAS SOCIAIS





UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Francisco de Oliveira Araújo

PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ: HISTÓRICOS E DINÂMICAS SOCIAIS

MARABÁ – PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Araújo, Francisco de Oliveira

Projeto de Assentamento Jacaré: históricos e dinâmicas sociais / Francisco de Oliveira Araújo; orientadora, Rita de Cássia Pereira Costa. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2016.

1. Reforma agrária - Nova Ipixuna (PA). 2. Assentamentos humanos - Nova Ipixuna (PA). 3. Posse da terra. 4. Educação rural – Nova Ipixuna (PA). 5. Nova Ipixuna (PA) – História. I. Costa, Rita de Cássia Pereira, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.31098115



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Francisco de Oliveira Araújo

PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ: HISTÓRICOS E DINÂMICAS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unifesspa e Instituto de Ciências Humanas, Campus Universitário de Marabá, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Rita de Cássia Pereira Costa

MARABÁ – PA
2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e Instituto de Ciências Humanas - ICH, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo na área de Ciências Humanas e Sociais, elaborado sob a orientação da Prof.^a Ma. Rita de Cássia Pereira Costa.

Aprovado em 01 de dezembro de 2016.

Profa. Ma. Rita de Cássia Pereira Costa - UNIFESSPA

Orientadora

Profa. Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves

Examinador

Profo. Me. Amintas Lopes da Silva Júnior

Examinadora

Profa. Ma. Cristiane Vieira da Cunha

Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus por me abençoar em todos os momentos de minha vida e durante todo este percurso formativo, me concedendo a energia necessária para ir em frente.

Aos meus pais Manoel da Conceição e Francisca de Oliveira pelas lições de vida que me ensinaram e pelo amor, cuidado e preocupação que têm por mim, sempre me apoiando nas minhas escolhas.

Agradeço, a minha esposa e companheira de todas as horas Railane Rocha pela compreensão, quando me ausentava em função dos períodos de estudo na universidade, sem ela, nenhuma palavra escrita aqui seria possível. E por me incentivar não só durante o período da construção desse trabalho, mas em tudo que faço.

Aos meus filhos Leonardo e Ana Sofia por me concederem a graça de ser pai e pela alegria que me proporcionam, pois através deles aumentou a minha motivação nessa construção.

Aos meus irmãos Carlos, Francinéia, Huenison, Vanderléia e Cássio pelo respeito e pelo que representam para mim. E, por terem me apoiado nos momentos que precisei.

Aos meus sobrinhos Lucas Lael, Ismael e Sophia pelo carinho e por estarem comigo nessa construção.

Agradeço profundamente também, a minha orientadora, mestre e amiga professora Rita de Cássia Pereira da Costa, por ter contribuído comigo, na apropriação de temas científicos relevantes na minha formação durante o curso e posteriormente nas orientações para materialização deste trabalho. E, pelo convite para participar do grupo da Nova Cartografia Social da Amazônia, o que enriqueceu ainda mais minha passagem pela universidade.

Agradeço, especialmente, aos assentados do PA Jacaré por nos receberem com muita receptividade nos momentos das entrevistas e, quando solicitei a participarem de momentos pedagógicos na escola não mediram esforços para contribuir com este trabalho, a quem me inspiro na luta política e me motiva a cada vez mais na luta por igualdade e justiça.

As lideranças das instituições as quais pesquisei, por me confiarem dados e informações valiosas que contribuíram para a construção desse trabalho.

Aos Movimentos sociais da região, pela expressão política e mobilização na luta em defesa dos povos do campo, sem o qual não teria sido possível a criação deste curso.

A todos os professores do curso da Educação do Campo que mais proximamente contribuíram com meu processo formativo a quem devo muito neste percurso: Rita de Cássia, Maura dos Anjos, Bruno Malheiros, Idelma Santiago, Hiram de Moura, Ailce Margarida,

Haroldo de Sousa, Lucivaldo Silva, Kátia Liege, Rodolfo Londeiro, Cristiano Bento, Gláucia Moreno, Amintas Lopes e Jerônimo da Silva.

Agradeço ao professor Rodrigo Muniz pela elaboração de mapas do PA Jacaré o que contribuiu muito para reforçar as análises feitas neste trabalho.

Aos amigos e companheiros de turma, pelas contribuições em debates acadêmicos acalorados durante as etapas de estudo na universidade, em que suas vozes ressoam por todo este trabalho.

Ainda em turma quero fazer um agradecimento especial aos amigos Clauderir, Cristiane, Gabriele, Aline e Daniel pela convivência durante a estadia nas repúblicas, a quem admiro pelas atitudes solidárias que ajudaram em minha formação. Deles, jamais esquecerei.

Aos amigos Yank e Ingled pela sensibilidade e amizade que construímos durante o curso. Ao amigo Eduardo Salazar a quem tenho grande admiração pela retórica impecável, nossas conversas tornaram para mim ganhos pessoal e intelectual.

Aos professores e companheiros da Escola Santo Antônio do Praialta, agradeço, pelo respeito e amizade construída ao longo dos anos. E, pelas experiências compartilhadas no trabalho pedagógico: Oséias, Leomir, Anderlayne, Julien, Francelina Valdiende, Eliane, Vanir, Vera Lúcia, Vagner, Edson, Isaias, Anderson, Aginaldo, Aurita, Marlene, Lurdes, Arlene, Telma, Madalena, Patrícia, José Barros, Fabiane, Soneide e Tiago.

A diretora Márcia e ao diretor Francisco, a coordenadora Claudenir e secretária Sidinéia, pelos dados coletados nas pesquisas e pelo apoio e cooperação em me ajudar nessa construção.

Aos meus admirados avós Antônio Joaquim e Vicença, pelos conselhos, incentivos e pelo consolo nas horas difíceis.

Aos meus amigos que sempre acreditaram em mim e demonstraram otimismo durante a realização desse trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é tratar da trajetória e constituição do Projeto de Assentamento Jacaré, no município de Nova Ipixuna, Sudeste do Pará. Seja, com um olhar para as mobilizações em torno da luta pela posse da terra e, a fim de conhecer as dinâmicas sociais e culturais estabelecidas ao longo dos anos na comunidade. O trabalho busca estabelecer uma relação entre a história local com o exercício da prática pedagógica escolar, pela sua importância para o ensino. E, isto é, fundamentado nos princípios da Educação do Campo e tecidas em base as experiências educacionais contextualizadas e críticas. A análise construída em torno desta realidade histórica se apoiou em dados produzidos a partir das pesquisas socioeducacionais da licenciatura em Educação do Campo. No propósito da pesquisa foram realizadas entrevistas, observação direta, registro de imagens, levantamento e análises bibliográficas e de fontes documentais. Esse conjunto de dados e a análise permitiram abordar importantes elementos que constituem a tessitura da ação histórica e da dinâmica social dos agentes sociais no PA Jacaré.

Palavras chaves:

PA Jacaré, assentamento, trajetória histórica e educação.

RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es tratar de la trayectoria y constitución del Proyecto de Asentamiento Jacaré, en la municipalidad de Nova Ipixuna, Sudeste de Pará. Sea, con una mirada para las movilizaciones alrededor de la lucha por la pose de la tierra y a fin de conocer las dinámicas sociales y culturales establecidas a lo largo de los años en la comunidad. El trabajo busca establecer una relación entre la historia local con el ejercicio de la práctica pedagógica escolar, por su importancia para la enseñanza. Y, esto es, fundamentado en los principios de la Educación del Campo y tejidas en base a las experiencias educativas contextualizadas y críticas. Los análisis construidos alrededor de esta realidad histórica si apoyó en los datos producidos a partir de las investigaciones socioeducacionales de la graduación en Educación del Campo. En el propósito de la investigación se realizó entrevistas, la observación directa, registro de imágenes, levantamiento y análisis bibliográficos y de fuentes documentales. Ese conjunto de datos y el análisis permitió acercarse de importantes elementos que constituyen la tesitura de la acción histórica y de la dinámica social de los agentes sociales en el PÁ Jacaré.

Palabras clave:

PÁ Jacaré, assentamiento, trayectoria histórica y educación.

LISTA DE SIGLAS

APPRGJ – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gleba Jacaré e Periferias
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA – Banco da Amazônia
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EJA – Educação de Jovens Adultos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
GR – Assessoria e Planejamento de Projetos Agropecuários
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
ITERPA – Instituto de Terra do Pará
LPEC – Licenciatura Plena em Educação do Campo
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PGC – Projeto Grande Carajás
PIC – Projetos Integrados de Colonização
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
RB – Relação de Beneficiário
SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMUDED – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Educacional
SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica para a Amazônia
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
T.E.L – Tempo Espaço Localidade
T.E.U –Tempo Espaço Universidade
UFPA – Universidade Federal do Pará
UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do PA Jacaré em Nova Ipixuna do Pará.....	19
Figura 2: Parte central da vila com escola e Igreja do PA Jacaré.....	21
Figura 3: Desenho sobre o período de ocupação da Gleba Jacaré em 1986.....	36
Figura 4: O preparo da roça a partir do trabalho em mutirão.....	50
Figura 5 e 6: Realização do festejo de Santo Antônio no Assentamento.....	53
Figura 7 e 8: Festejo de Santo Antônio com leilão e participantes.....	54
Figura 9 e 10: Construção e momento festivo da Igreja evangélica no PA Jacaré.....	56
Figura 11: Casa beneficiadora de arroz da associação APPGJ do PA Jacaré.....	59
Figura 12 e 13: Assembleia realizada entre assentados e representantes públicos.....	62
Figura 14: Documento com as reivindicações assinaladas pelos assentados.....	63
Figura 15: Desenho sobre a atuação de madeireiras no PA Jacaré.....	68
Figura 16: Cultivos de roças de arroz no Assentamento Jacaré.....	69
Figura 17: Desenho sobre as práticas produtivas – agricultura e pecuária no PA Jacaré.....	74
Figura 18: Mapa com imagens do P.A Jacaré entre 1984 a 2016.....	75
Figura 19: Mapa do PA Jacaré e, períodos e índices de desmatamento.....	76
Figura 20 e 21: Cultivos e criações apresentados por Afonso Pinto Neto.....	79
Figura 22 e 23: Criação de gado e de peixe apresentados por Afonso Pinto Neto.....	79
Figura 24 e 25: As práticas produtivas apresentadas por Joel Santos Correia.....	80
Figura 26 e 27: Maria Avanir apresenta as práticas de cultivos desenvolvidos pela família.....	80
Figura 28: Estudantes em frente à primeira escola construída no PA Jacaré.....	86
Figura 29: Assentados e a escola construída pela prefeitura e a Eletronorte no PA Jacaré.....	88
Figura 30: Escola M. E. F Santo Antônio do Praiaalta, construída através do projeto Alvorada..	90
Figura 31: Realização da Oficina de Cartografia com estudantes em sala de aula.....	101
Figura 32: Socialização da cartografia dos espaços representativos da comunidade.....	102
Figura 33: Mapa do PA Jacaré produzido pelos estudantes durante a Oficina.....	103
Figura 34: Momento de produção de textos e desenhos pelos estudantes.....	104
Figura 35: Capa do caderno “Reconhecendo as origens camponesas”.....	106
Figura 36: Desenhos produzidos durante a atividade na escola do PA Jacaré.....	108
Figura 37: Os desenhos apresentando a dimensão do lazer no Assentamento.....	108
Figura 38: Integrantes da comunidade observam o painel de fotografias do PA Jacaré.....	110
Figura 39: Os primeiros moradores da comunidade.....	111
Figura 40: Estudantes recitando os poemas e cordéis produzidos na atividade.....	111
Figura 41: Momento em que o agricultor Olávio Evangelista da Silva declama seu cordel.....	112

SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPITULO I	
TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO JACARÉ.....	17
Projeto de Assentamento Jacaré: breve caracterização do lugar.....	18
A ocupação do Assentamento e o contexto de 1986 no Brasil.....	27
A luta pela terra: da ocupação ao Projeto de Assentamento.....	31
O castanhal: formas de apropriação, uso e outras relações.....	39
CAPITULO II	
O PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ: PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS.....	48
Alguns aspectos socioculturais do PA Jacaré.....	49
Um olhar para a articulação associativa no PA Jacaré a partir da APPRGJ.....	57
Território e práticas produtivas na relação com a terra e recursos naturais.....	64
O PA Jacaré e a implementação dos projetos agrícolas e voltados a criação de gado....	70
PA Jacaré e alternativas: práticas socioprodutivas.....	78
CAPITULO III	
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A HISTÓRIA DA COMUNIDADE EM PROCESSOS PEDAGÓGICOS.....	83
História da comunidade em processos pedagógicos.....	84
Da escola de taipa ao prédio atual.....	85
Escola e Educação do Campo.....	91
Percurso formativo na Educação do Campo: uma reflexão sobre o lugar do educando.	95
Experiências pedagógicas na E. M. E. F Santo Antônio do Praialta.....	98
Conclusão	113
Referências bibliográficas	116

Introdução

O objetivo deste trabalho é tratar da trajetória e constituição do Projeto de Assentamento Jacaré, município de Nova Ipixuna do Pará. Seja, com um olhar, para as mobilizações em torno da luta pela posse da terra e, a fim de conhecer as dinâmicas sociais e culturais estabelecidas ao longo dos anos.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro procura-se fazer um debate sobre o Assentamento a partir de sua trajetória histórica. O segundo enfoca mais especificamente, o Projeto de Assentamento e a dinâmica sociocultural constituída no decorrer de sua trajetória. O terceiro discute-se a questão da Educação do Campo, a fim de, abordar a história do Assentamento e problematizá-la com interesse em processos pedagógicos na escola do campo.

A relevância do estudo com foco na história e dinâmica social da comunidade pode ser salientada com foco no conhecimento desta realidade, no presente e, mediante as transformações sociais e culturais experimentadas no PA Jacaré. Pois, a respeito de sua trajetória, das relações e saberes constituídos nesse percurso, pouco se tem sistematizado. Assim, o interesse pela temática tem assento com imperiosa relevância para registro e conhecimento desses aspectos da história e dinâmica social.

No âmbito da comunidade o trabalho poderá contribuir em ampliar o significado das experiências vivenciadas por estes sujeitos no tempo e nesse espaço. No âmbito educacional, a apropriação, tematização e contribuição na análise da história da comunidade, tem papel importante enquanto conteúdo pedagógico. Nessa perspectiva, busquei olhar para a história do PA Jacaré e, por assim dizer, para a atuação de agricultores e agricultoras que em determinado momento empreenderam a luta pela terra e por condições que garantissem a existência e reprodução social do seu grupo.

A escolha do PA Jacaré, como *lócus* da pesquisa partiu dessas inquietações com interesse de compreender de maneira mais detalhada acerca de sua história e do contexto específico ao Assentamento. Pois, apesar de situado no Sudeste do Pará, com uma série de estudos sobre a criação de Assentamentos na região, é importante levar em consideração o caráter heterogêneo das experiências que se desenhou na consolidação destes assentamentos na região. Seja em termos das relações internas, seja pelas relações estabelecidas junto aos agentes públicos e os ditos proprietários de terra. Fernando Michelotti (2007) argumenta que o contexto da criação e consolidação dos assentamentos na região, “não pode ser tratado de maneira igual

para o seu conjunto, reconhecendo que cada um deles possui uma trajetória própria” (MICHELOTTI, 2007, p. 2).

Considerando a perspectiva do autor, em termos dessas especificidades que constitui a história de cada um deles na luta pela terra, que se situa o interesse no caso do PA Jacaré, compreendendo o processo de sua constituição. Nessa perspectiva busca-se apreender a trajetória e as relações constituídas nesse lugar. Percebendo as estratégias dos agricultores e agricultoras frente às situações perpassadas na dinâmica social no decorrer dos anos. Portanto, são esses alguns dos elementos que se colocam como pontos de partida e problemática deste trabalho.

Ademais, a escolha do *lócus* da pesquisa se explica também por ser, o PA Jacaré, o lugar onde vivo desde os seis anos de idade. Este fato se estabelece como referência importante e de significado para tratar a problemática da pesquisa. Nesse ponto, à medida que remete a minha própria trajetória, e enquanto sujeito do processo histórico-social. De modo que minha experiência pessoal incorpora elementos forjado no seio da dinâmica sociocultural, da qual estou inserido.

A problemática começou ser esboçada a partir de pesquisas realizadas no âmbito do curso de Licenciatura em Educação do Campo e, mais especificamente, do primeiro Tempo-Espaço-Localidade (T.E.L), realizado no segundo semestre de 2011, que teve como objeto de investigação a história da comunidade.

Articuladamente, nas ações do Tempo-Espaço-Universidade (T.E.U), a exemplo dos estudos bibliográficos nos componentes curriculares do curso, estes também tiveram papel importante na delimitação da temática, seu embasamento conceitual e contribuições no tema. De modo que possibilitou conhecer a literatura acerca da luta dos trabalhadores rurais pela terra e relações sociais estabelecidas na região. Por assim dizer, tais questões passaram a suscitar meu interesse em aprofundar os estudos sobre a trajetória do PA Jacaré e as dinâmicas socioculturais que vem se constituindo no contexto da região.

O recorte temático da pesquisa foi mais propriamente definido a partir da segunda e durante a terceira Pesquisa Socioeducacional. Mais especificamente, a segunda pesquisa consistiu na investigação das práticas pedagógicas formais e não formais no Assentamento. E, a terceira teve como proposta uma produção didático-pedagógico e interação na escola do Assentamento. Esta última tendo como resultado a produção material de um caderno com título “Reconhecendo as Origens Camponesas”. As atividades desenvolvidas nesse período incluíram debates, oficinas de produção de cordel e de cartografia com a produção de desenhos sobre

diversas temáticas da comunidade. Estes desenhos utilizados no caderno também são retomados na análise e fazem parte da composição deste trabalho de forma elucidativa.

Além disso, nesta pesquisa a memória dos agentes sociais da comunidade assume lugar de grande relevância na construção deste trabalho. Nessa perspectiva, a análise se faz assentada nas narrativas, enormemente valiosas, para o conhecimento e entendimento da concepção dos próprios agentes sociais acerca dos processos por eles vivenciados. Assim sendo, narrativas sobre o Assentamento, vida social e de suas “territorialidades” (HAESBAERT, 2004), por exemplo. Desse ponto busca romper com práticas aquelas em que vidas pairam invisibilizadas como nos escritos historiográficos tradicionais, “onde pouca atenção mereceram as vidas das pessoas comuns”, como nos diz Paul Thompson (1992, p. 22). Entretanto, longe de se colocarem nesse processo de exclusão, o que se vê são atores políticos e quais marcaram não só suas atuações na luta pela terra, mas também por outros direitos sociais.

O uso da história oral na pesquisa possibilitou articular a memória coletiva (LE GOFF, 2003), como instrumentos que pudessem colaborar na leitura e interpretação dos eventos. Nesses termos, com olhar para o protagonismo dos assentados do PA Jacaré. E isso, tanto no que se refere à ocupação da fazenda, quanto de outras estratégias e das microrrelações estabelecidas no cotidiano da vida dos agentes sociais na comunidade.

Sobre a história oral, Paul Thompson (1992, p. 44) chama atenção que esta “é uma história em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo”. Contribuindo nesta mesma perspectiva, Jaques Le Goff (2003) enfatiza que, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Os procedimentos e técnicas adotados neste estudo busca apoiar-se, principalmente naqueles que subsidiam a pesquisa qualitativa. A revisão bibliográfica fundamenta teórico e metodologicamente este trabalho e as análises das narrativas orais. O recolhimento destas fontes envolveu a escuta atenta dos depoimentos de assentados e das demais lideranças locais, posteriormente transcritos. Assim, a análise das narrativas foi mediada pelo aporte bibliográfico e auxiliada por fontes documentais e registros fotográficos.

Para a realização das entrevistas, quais fornecem importante aporte das narrativas analisadas neste trabalho, contei com a utilização de roteiro com questões previamente elaboradas. E com abordagem acerca da trajetória de vida, da ocupação de terra, organização

social, das relações produtivas, manifestações culturais e acerca das políticas públicas para agricultura familiar.

Em consideração a perspectiva assumida neste trabalho e da realização das entrevistas durante a pesquisa de campo, os agentes sociais não podem ser tomados como meros informantes ou objetos a serem estudados, mas como sujeitos que compartilham de seus valiosos conhecimentos com o pesquisador (PORTELLI, 1997, p. 25). Assumir esta postura demonstra respeito a pessoa humana e uma atitude ética no exercício da pesquisa.

E tomada a importância do material produzido na relação de pesquisa, produzindo as narrativas, Lucília Delgado (2006), por sua vez, apresenta as narrativas como elemento privilegiado de análise e interpretação do passado. Isto porque permitem ao narrador utilizar o “recurso da memória” para se remeter a determinados acontecimentos, “emoções e vivências”, fazendo com que as pessoas se reconheçam no tempo/espaço como sujeitos históricos. Para a autora, “é através da memória que os sujeitos constroem e reconstroem, afirmam práticas individuais e coletivas e desenvolvem consciência histórica” (DELGADO, 2006, p. 43).

Essa perspectiva é adotada com reforço na relevância do estudo do contexto do PA Jacaré, porque sugere para a formação de uma consciência histórica, capaz de orientar a ação dos homens e das mulheres no mundo e ampliar a possibilidade de se projetarem no futuro.

De modo geral, se tem até aqui a perspectiva, a problemática e alguns dos procedimentos estabelecidos para este trabalho. Portanto, como se vai tratar nos respectivos capítulos. E com que se procura abordar acerca da constituição e trajetória do Projeto de Assentamento Jacaré, seja em sua dinâmica sociocultural, mas também com o interesse que essa abordagem guarda para o exercício e reflexão de práticas pedagógicas embasadas no contexto da comunidade.

CAPITULO I

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO JACARÉ



Projeto de Assentamento Jacaré: breve caracterização do lugar

No interesse da abordagem geral desse trabalho de compressão da história e dinâmica social no Projeto de Assentamento Jacaré, a proposta desse capítulo é traçar algumas questões orientadas para trajetória histórica deste Assentamento. Desse modo, se faz uma breve caracterização do social e do lugar da pesquisa.

Faz-se uma abordagem no sentido de contextualizar o processo de constituição do assentamento, com um olhar para o cenário político de 1986 no Brasil e, mais especificamente, com foco na região sudeste do Pará. Neste capítulo, também, se caminha num esforço de compreender o processo de luta pela terra. O que se faz com relevo para as ações que vão do momento da ocupação da terra propriamente ao estabelecimento formal do Projeto de Assentamento Jacaré.

Por fim, se tece uma leitura para compreender a dinâmica do lugar de constituição do Assentamento Jacaré, assim, compreendido mediante a locação na ecologia dos castanhais. Mas, sobretudo, tangente às relações constituídas no domínio desses castanhais no sudeste do Pará. Como o processo de posse por aforamento e subsequente passagem do domínio particular ao projeto de Assentamento Jacaré.

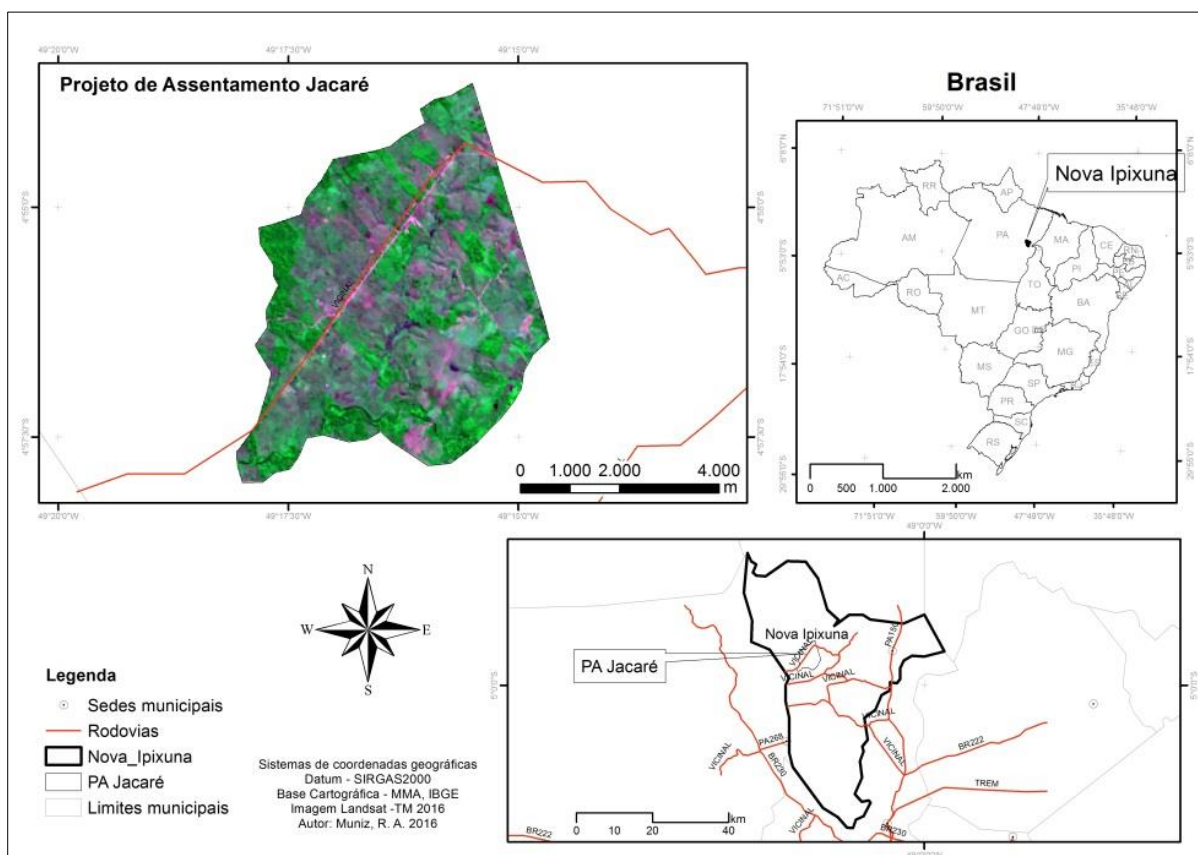
A condução dessa parte do estudo é orientada pela mobilização de entrevistas realizadas durante as atividades das pesquisas socioeducacionais do processo de formação da licenciatura em Educação do Campo. Além da utilização de narrativas orais e de memória obtidas junto a pessoas da comunidade no momento e durante a pesquisa Socioeducacional e do estágio-docência, também foram obtidas entrevistas com interesse nessa temática. O conjunto das informações converge para a história do Assentamento compreendendo a situação que antecede e procedem ao movimento de luta e ocupação da terra. Bem como, as ações empreendidas nesse espaço das relações sociais. Ver figura 01.

O Projeto de Assentamento Jacaré situa-se no município de Nova Ipixuna no estado do Pará. A 28 quilômetros de distância da sede municipal e da rodovia PA 150, que liga Belém a vários e importantes municípios da região. O município de Nova Ipixuna do Pará se encontra na microrregião de Tucuruí e mesorregião do Sudeste do Pará.

A caracterização do Assentamento tem por fim construir uma descrição da realidade local e a situar, em que, partindo dela possibilite olhar para o seu percurso histórico e para as relações socioculturais estabelecidas.

Geograficamente o Assentamento é formado por duas vicinais, sendo a principal a Gleba Jacaré e a outra a Maribondo. Tanto uma quanto a outra, dá acesso a Vila na parte central do Assentamento.

Figura 1: Mapa de localização do PA Jacaré em Nova Ipixuna do Pará



Fonte: MUNIZ, R. A., 2016.

O Assentamento é mais conhecido pelos moradores da região pela nomenclatura “Assentamento Gleba Jacaré”. Porém, utilizo neste trabalho a nomenclatura PA Jacaré conforme está registrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A denominação Jacaré apresenta duas versões. Uma delas informa que a origem do nome se deve, ao topônimo rio Jacaré que passa próximo do lugar. A segunda teria a ver com a quantidade de Jacarés que havia na área onde hoje é o Assentamento.

Em termos fundiários a gleba marca a relação com a terra e o processo de apropriação da região por processos de aforamento e em seguida da ocupação por parte dos agentes sociais e a constituição do assentamento. Assim que gleba como categoria atribuída as terras devolutas passaram inicialmente a serem distribuídas, ocasionando a sua apropriação.

Airton Pereira (2013) trata da questão fundiária na região e corrobora na crítica ao modelo implementado na divisão e regularização das terras por parte do Estado. Para o autor o Instituto de Terra do Pará (ITERPA) através de “seus burocratas dividiam parte das terras do estado em lotes de 4.356 hectares” e os “vendeu a baixos preços às empresas privadas e /ou a famílias mais abastadas e detentoras do poder local”, na região sul e sudeste do Pará (PEREIRA, 2013, p. 42).

De acordo Otávio Velho (1972) as glebas durante o processo de regularização na região foram divididas em lotes de “600 alqueires” e muitas delas “adquirida por fazendeiros e firmas gaúcha, paranaense e norte-americana, com apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ainda na década de 50 do século XX, para explorar, inicialmente, sobretudo a madeira” (VELHO, 1972, p. 140).

Partindo da concepção destes autores, percebe-se certa proximidade na destinação das terras nas glebas, com as características similares a condição a propriedade que deu origem ao Assentamento, e que contava com uma área total equivalente a 5.000 hectares.

Em termos da configuração atual, o Assentamento Jacaré possui uma área de 3.067 hectares conforme destinada pela regularização fundiária do INCRA. Onde se encontram um total de 82 famílias e cerca de 400 pessoas. O que em média corresponde a 2,7% dos habitantes do município de Nova Ipixuna. Pois, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010¹ o município computava um total de 14.645 habitantes.

Das 82 famílias hoje no assentamento 59 delas possuem lote. Outras 23 vivem na vila, estas em sua maioria não possuem lotes do Projeto de Assentamento, são pessoas que chegaram depois da sua criação e foram construindo suas casas nesta área. A forma de organização do Assentamento com a vila destinada a local das moradias, foi pensado como meio de facilitar o acesso às políticas públicas e a implantação de pequenas infraestruturas como previstas pelos programas fundiários, como escola, posto de saúde e energia elétrica. Portanto, o espaço da vila seguindo a estruturação do assentamento foi reservado para este fim desde o momento da demarcação feita pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT).

É na vila que se encontram a unidade de saúde e as igrejas (católica e evangélica). E também onde estão concentrados os pequenos comércios, lanchonete, bares, campo de futebol e a sede da associação dos pequenos produtores rurais. Estes são os principais espaços de sociabilidades do Assentamento e que marcam as relações socioculturais do lugar. E são

¹ Conforme o censo de 2010, realizado pelo o IBGE.
http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/PA/nova_ipixuna, acesso em 15 de fevereiro de 2016.

importantes na constituição desses espaços e que podem ser entendidas na relação com a trajetória histórica da comunidade. Assim como das relações dos sentidos que os sujeitos atribuem a estes espaços. A seguir figura 02 ilustra a área central da vila.

Figura 2: Parte central da vila com escola e Igreja do PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Em termos mais específicos da infraestrutura, o Assentamento dispõe de iluminação elétrica desde 2006, entretanto, seu acesso é marcado por uma contradição, uma vez que mesmo situado em uma área próxima do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e das inundações por ela provocada, só mais recente, a comunidade passou a gozar deste benefício, como parte do Programa Luz para Todos.

Quanto ao serviço de água, somente a Vila dispõe de água encanada, através da implantação de poço artesiano comunitário. Enquanto que, os assentados e assentadas que moram no lote até o presente não são atendidos com o serviço público de abastecimento de água. Assim que, utilizam a água proveniente de poços boca aberta, açudes e pequenos córregos.

Ademais, atribui-se que com as mudanças climáticas apresentadas nos últimos anos, e especialmente nos períodos de secas, os agricultores experimentam com maior frequência a

escassez da água, devido a diminuição drástica do volume desse recurso nas fontes utilizadas pelas famílias do Assentamento. Um exemplo é que no ano de 2015 a maioria dos poços secou, sendo necessária nova escavação para aumentar a profundidade e alcançar a água. Uma situação que se mostra bem diferente, se compararmos com décadas anteriores.

Estas mudanças, provavelmente, têm relação com as transformações ambientais e/ou ecológicas pela qual tem passado o PA Jacaré ao longo de sua trajetória. Hoje, a paisagem do Assentamento é marcada pela pastagem, que denuncia a presença da pecuária, principal atividade econômica praticada no assentamento. A pastagem às vezes se mistura com áreas de capoeira e juquirá², onde poucos assentados têm conservado uma área de mata no lote. Contudo, existem agricultores que já reclamam da negligência de orientação por parte dos órgãos oficiais como o INCRA. E diante disso, buscam alternativas para tentar corrigir e recuperar os danos, cometidos na gestão do próprio lote.

Quanto ao cotidiano das relações socioculturais estabelecidas no PA Jacaré, pode ser percebido mediante os laços de amizade, solidariedade e afetividade, presente nas formas organizativas, nas relações de vizinhança, de parentesco e práticas religiosas. Embora não tenha a mesma expressividade que tinha outrora, mas, ainda é comum entre os vizinhos o ato de emprestar objetos, ferramentas, mantimento entre outros, como práticas de ajuda mútua. Nas relações comerciais ainda é comum, a prática de comprar e vender fiado nas quitandas e bares. Assim, as relações são mediadas, sobretudo, por normas implicadas nos costumes e princípios de confiança e solidariedade.

Estes princípios de convivência, no caso específico dos moradores da Vila, podem ser observados na organização dos quintais, livres de muro para delimitar as divisas de um vizinho para o outro com áreas totalmente abertas. Entretanto, isto não significa dizer que nunca haja dissensões entre vizinhos, contudo, estas desavenças, não elimina a possibilidade de proximidade, de encontro e de comunicação que fortalece os vínculos no seio do grupo.

As manifestações da cultura local aparecem no próprio estilo de vida camponesa, um componente de múltiplas expressões culturais. Uma dessas expressões, é observada na religiosidade, expressa pelas celebrações e cultos católicos e evangélicos. Em termos dessa tradição religiosa no Assentamento, o festejo de Santo Antônio talvez seja o evento de maior expressividade. Os elementos litúrgicos que compõe a festividade são: as novenas que acontecem durante o mês de Junho, a missa, a dança de quadrilhas que não ocorre todos os anos, além de leilões, bingos e comidas. Já para os evangélicos, as festas religiosas também são

² Vegetação mais rasteira e de formação mais recente do que a capoeira.

distribuídas em períodos do ano, sem datas específicas para acontecer, mas, em geral se estabelece formando um calendário religioso.

Do que pode ser observado, para além dessa dimensão com o sagrado, os espaços religiosos proporcionam um ambiente de relações afetivas, de valores e princípios morais, troca de experiências e de interação entre os congregados, e está diretamente relacionado com o projeto de vida, pelo qual as pessoas se orientam.

No que concerne a escola, esta atende diferentes níveis e modalidades de ensino. Dentre os quais, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos (EJA) e Ensino Médio através do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). Observa-se que esta instituição exerce um papel essencial na formação intelectual e social dos indivíduos. E pode ser vista também, como um espaço de sociabilidade no Assentamento, sugere-se que isto também favoreça o encontro entre as pessoas e reforce a afetividade e os laços de amizade no meio do grupo.

No que tange as formas organizativas e a constituição da associação comunitária, se deu mediante os interesses de parte dos agricultores em estabelecer coletivos. A associação é uma das formas de organização comum nos assentamentos dessa região é através dela que os assentados organizam suas demandas. Assim, no Assentamento foi formada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gleba Jacaré e Periferias (APPRGJ).

E teve papel indispensável na organização interna do Assentamento, possibilitando os agricultores articular junto a outras organizações como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI – Regional Sudeste). E por esse meio estabelecer suas demandas junto aos órgãos governamentais. Entretanto, com o passar do tempo e apesar da importância que a associação representa para a organicidade dos assentados e espaço de decisão política e da organização do processo produtivo, atualmente ela se encontra pouco atuante e inadimplente junto aos órgãos legais.

A existência dos espaços até aqui descritos instituem e “conformam uma rede de relações importante no plano social, político, econômico e cultural que expressam o caráter da vida em sociedade” no PA Jacaré (COSTA, 2008, p. 18). Nessa perspectiva, acredita-se, que a localização geográfica da Vila e a maneira que está organizado os espaços favorece o agrupamento e um maior fluxo de pessoas neste ponto do Assentamento.

Dentre as pessoas residentes na vila estão, funcionários públicos dos setores da educação e saúde, comerciantes, aposentados e pessoas que trabalham como diarista ou como

empreiteiros na terra daqueles que possuem lote. Os que têm lote e optaram em morar na Vila, passam o dia no lote e a noite retornam. Quando não, deixam um filho, parente ou uma outra pessoa de confiança para cuidar.

Os agricultores que moram na terra, a grande maioria se dedicam a criação de gado bovino para a produção de leite e a venda do bezerro. Nos últimos anos tem aumentado consideravelmente a preferência pelo bezerro macho de até 300 kg e pela vaca gorda destinada a abastecer os açougues, sobretudo, grandes frigoríficos da região. Dessa maneira, a pecuária constitui a principal atividade produtiva dos agricultores. Do que se pode observar, durante o período entre 2005 a 2012 os agricultores dedicaram-se quase que exclusivamente a pecuária. A agricultura neste caso ficou em segundo plano, correspondendo a uma tímida parcela da produção do Assentamento.

Todavia, a partir do ano de 2013, os agricultores têm sinalizado uma preocupação em diversificar a produção familiar. Mesmo diante das dificuldades que se interpõem, existem famílias que, além do gado, também criam galinha, porco e em casos mais raros, o peixe. Bem como, a produção de pequenos cultivos de frutas, hortaliças e legumes, com a finalidade para o consumo familiar. Tal preocupação em criar alternativas na produção do assentamento demonstra uma retomada para a característica primordial da agricultura camponesa.

É importante ressaltar que o Assentamento já teve um número mais expressivo de moradores e provenientes do seu período inicial. Segundo informações do INCRA foram assentadas 74 famílias, mas conforme os agricultores foram 79 as famílias assentadas. A partir do período entre os anos de 2011 e 2013 esse quadro mudou com o número famílias migrantes, saída para cidades próximas, principalmente Parauapebas. Fenômeno possivelmente motivado pelas dificuldades no desenvolvimento das condições materiais no Assentamento. E o balanço dessas saídas, é um total de 20 lotes sem moradores, como constatado na pesquisa Socioeducacional realizada em 2011.

Em termos fundiários o Assentamento apresenta pessoas que sem terem sido assentadas adquiriram um lote e se inseriram na dinâmica social do Assentamento. E com o passar do tempo e a obtenção de certo capital com a criação do gado, por exemplo, investiram na compra de outros lotes na área agregando ao domínio da família pela atribuição a um filho que tenha constituído família ou não e que constitui sua existência no Assentamento.

Por outro lado, há pessoas que possuem de três a cinco lotes na área do Assentamento. O que alude para o processo de reconcentração fundiária e direcionamento da terra para as mãos

de pessoas oriundas de fora da comunidade, com a finalidade de criação bovina e sem laços sociais estabelecidos na dinâmica cotidiana da comunidade.

Segundo relatos obtidos na pesquisa de campo, das 79 famílias assentadas apenas 19 delas seguem na terra. Esse fato alerta para o número expressivo de assentados que não permanecem no lote a que lhes foi destinado. E alguns dos lotes, já passam pela mão do segundo ou terceiro dono que não conseguiram se manter na terra. Entretanto, a nossa maior preocupação se dá com a manutenção do caráter da reforma agrária que dificulta o acesso à terra ao camponês que a necessita. Em contraponto, da garantia das grandes concentrações do latifúndio e da propriedade individual.

A problemática da permanência no assentamento da reforma agrária e no caso do PA Jacaré, pode sugerir para um reflexo da substituição de uma política de reforma agrária efetivamente por projeto oficial de colonização, como argumenta Jean Hébette (2004). Para esse tipo de colonização se colocou como um obstáculo para a permanência dos trabalhadores na terra. Por outro lado, ele defende que a proposta de reforma agrária de fato e como poderia ter ocorrido e foi recusada mediante os interesses dos latifundiários da região:

...permitiria o acesso à terra sem os enormes investimentos exigidos pela colonização, aproveitando a infraestrutura física, econômica e social progressivamente montada ao longo dos anos. Essas observações eram apresentadas com muita clareza na I Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que condenava a continuação da colonização (HÉBETTE, 2004, p. 288).

Desse modo, nas várias experiências, a proposta aderida, sem dúvida, influenciou para os resultados do processo e garantia a permanência das famílias na terra. Em situações de não garantir mínima infraestrutura e que possibilitasse a continuação no lote, sobretudo, nos anos iniciais, pelo atendimento de serviços básicos, como saúde, escolas e estradas, essenciais para consolidação dos assentamentos. No PA Jacaré sugere-se que há moradores que deixaram suas terras pelas dificuldades de infraestrutura, como o acesso.

Entretanto – nosso autor recentemente falecido e com uma contribuição enorme no estudo da questão agrária e camponesa na região sudeste do Pará – argumenta que, uma proposta efetiva de reforma agrária deve ser socialmente comprometida. E, por assim dizer, empenhada com um projeto de mudança da sociedade e não restrita à infraestrutura dos assentamentos (HÉBETTE, 2004).

Jean Hébette (2004) em pesquisa realizada em área de colonização da região da Belém-Brasília ressalta que, entre as dificuldades de permanência e a saída da terra nem sempre a saída

da terra representa melhoras de vida. Nesse sentido, o autor enfatiza que o destino daquele colono que deixou a sua função de agricultor por ser “privado da terra, é engrossar as fileiras da população marginalizada nas periferias das capitais e das cidades do interior, para ali, sobreviver do subemprego” (HÉBETTE, 2004, p. 336).

Na situação atual do PA Jacaré o fenômeno de saída segue acontecendo, principalmente, com os jovens e agregada de outros interesses como a busca de oportunidades de estudo, trabalho e lazer. Entretanto esse processo necessita melhor esclarecimento quanto às razões dessa saída, mas, se assemelha quanto ao destino dos camponeses que deixam a comunidade para compor as estatísticas do desemprego ou subemprego nas cidades.

Neste cenário, as políticas de desenvolvimento rural têm pensado o campo como lugar que se pratica uma única atividade produtiva, a agricultura. Em estudos recentes, constata-se que uma parcela significativa dos jovens do campo, não deseja seguir a profissão dos pais, entretanto, a grande maioria destes jovens também, não gostariam de sair dos seus lugares de origem. Nesse sentido, as proposições de Ricardo Abramovay (2006) apontam que:

Uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas outras atividades – entre as quais se destacam as voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no meio rural – maiores suas chances de realização pessoal e profissional (ABRAMOVAY, 2006, p. 02).

No âmbito desta discussão, percebe-se na concepção do autor que a dimensão pluriativa dos agricultores é simplesmente desconsiderada pelos elaboradores das políticas públicas que simplifica o campo e seus sujeitos. Nessa lógica, o jovem que almeja permanecer em comunidades rurais, o futuro parece já está determinado, é ser unicamente agricultor.

O autor ainda enfatiza que “uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar uma educação de qualidade e estímulo para projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida” (ABRAMOVAY, 2006, p. 02), de maneira que contemple os jovens que mesmo não estando dispostos a serem agricultores, mas que gostariam de permanecer em seus lugares de origem, valorizando assim seus círculos de amizade e colaborando com a criação de novas perspectivas de vida.

Esta realidade não está distante do que ocorre no PA Jacaré. O que se apresenta como um problema social para a comunidade. Pois, a saída desses jovens prejudica, em certa medida, a possibilidade de mobilização do grupo, diminuindo a capacidade destes agentes de intervirem

na realidade em que vivem. Acredita-se, que, se os jovens tivessem condições de escolha, entre ficar e sair do Assentamento, indubitavelmente, teria uma população muito mais expressiva e possivelmente, mais organizada do que a que se tem no momento.

A ocupação do Assentamento e o contexto de 1986 no Brasil

Em 1986 é registrado o começo da trajetória dos trabalhadores rumo à conquista da terra do P.A Jacaré. Este período coincide com o início da “redemocratização política” ou “abertura democrática” no Brasil. Considerado por muitos sociólogos e historiadores como um marco na história do país, o início da “Nova República” (FERNANDES, 1986).

Entretanto, na concepção de Florestan Fernandes esse momento histórico de “transição democrática” foi uma manobra política que levou “a sociedade brasileira viver um momento de ilusão coletiva”. Criando no seio dela uma perspectiva de que as coisas tinham mudado, embora estivessem tudo do mesmo jeito (FERNANDES, 1986, p. 31). Os arranjos e as ações do governo se vestiam com uma roupagem de democracia, mas o que se observou foi apenas uma farsa da burguesia para manterem seus privilégios.

Este foi um processo mediado por um “movimento burguês conservador e radical, realizado por dentro da ordem, através do Estado e de cima para baixo” (FERNANDES, 1986, p. 30). Para o autor “a ditadura derrotada manteve não só a ordem ilegal que construiu, ela determinava os caminhos a serem seguidos e os ritmos dos processos políticos emergentes” (FERNANDES, 1986, p. 31).

Nesse sentido não se consolidou um projeto de “democracia de conteúdo social”, onde o povo tivesse vez e voz. Porém, por outro lado a maioria da população rejeitava esse jogo entre “civis e militares” e fazia crescer os movimentos de “trabalhadores assalariado ou desempregado”, “pequena burguesia”, “trabalhadores do campo e da cidade”, que acontecia nas ruas. Este era um sinal da insatisfação e do descontentamento das classes populares com a realidade do momento. Este cenário denuncia que o povo “pretendia conquistar uma forma política de democracia que desse peso social e voz política, decisivos aos trabalhadores”. Desejavam, sobretudo, uma verdadeira “revolução democrática”, e não uma “conciliação” entre a classe política e uma elite burguesa interessada em manter-se no poder (FERNANDES, 1986, p. 141).

A década de 1980 coincide também, com um momento de intensificação e implementação da política de ocupação da Amazônia. Conforme Anthony Hall (1991) é nesse

período que é oficialmente inaugurado o Projeto Grande Carajás (PGC), transformando radicalmente “uma área que até então era floresta virgem em uma área industrial e agropecuária” (HALL, 1991, p. 59). Considera-se essa questão um elemento importante para compreender as relações socioeconômicas no sudeste do Pará. Nessa perspectiva o autor enfatiza que em nível regional,

... o Programa Carajás foi útil para transformar a paisagem econômica e social, atraindo como imã, imensos contingentes populacionais. Trouxe para região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiro à cata de riquezas, pequenos agricultores á procura de terras, e um sem-número de indivíduos querendo ocupação (HALL, 1991, p. 59).

Possivelmente essas mudanças contribuiu para o agravamento das disputas por terra na região entre trabalhadores empobrecidos vindo principalmente do Nordeste, a exemplo dos “lavradores da frente maranhense e os grandes fazendeiros de fora e de Marabá e médios fazendeiros vindos do Centro-Sul do país, dentre eles baianos, mineiros e capixabas” (VELHO, 1972, p. 141).

Nesse sentido, há um pensamento recorrente em muitas bibliografias recentes que associam o início da política de ocupação da Amazônia ao governo militar (1964-1985). Em pouquíssimas fontes tem sido identificado que essa política iniciou-se um pouco antes, nos governos populistas dos anos 30 a 50. Momento que, segundo Maria C. d’Araújo (1992), ocorre “não só a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica para a Amazônia - SPVEA (1946), como também a transformação do Banco de Créditos da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia (1951) e a criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (1952)” (D’ARAÚJO, 1992, p. 10).

Desde o governo de Vargas da década de 50 já havia uma intencionalidade em integrar efetivamente a Amazônia aos “quadros permanentes da civilização nacional” (ARAÚJO, 1992, p.7), como ele mesmo pronunciava. Registros em relatórios revelam o otimismo que o Estado demonstrava com relação ao potencial da região, acreditando levar a prosperidade econômica e social do país.

Observou-se que, desde os governos populistas já havia uma distribuição desigual dos recursos do Programa de Emergência da SPVEA por setores de atividades. Por exemplo, houve uma prioridade aos setores: agropecuário, agricultura e colonização, transporte, comunicação e energia, créditos etc. Em detrimento do setor: de educação e cultura (D’ARAÚJO, 1992, p. 9).

Com a falência do populismo e o controle monopolítico da economia brasileira verificou-se uma nova configuração na base econômica e produtiva do país no governo militar. O Estado e as empresas nacionais ganham uma centralidade e a burguesia nacional perde importância política. Por outro lado, o Capital estrangeiro assume o controle de importantes setores da estrutura produtiva. Principalmente nos setores do comércio, hidrelétrico, mineral e agropecuário.

Com o golpe de 1964 os militares se colocam na condição de mediadores da situação de impasse político e tomando o controle monopolítico da economia das relações de força na sociedade e sem mediação de instituições democráticas. Dessa forma observou-se a incapacidade dos militares de manter relação com as classes dominadas, senão por meio da força.

Tendo em mãos o planejamento proposto através da SPVEA, os militares só precisaram dá a ele uma dimensão ampliada do caráter autoritário que caracterizou esse regime político. Como descrito por Maria C. d'Araújo:

E o que fica claro é que o regime militar instaurado nos anos 1960 não apresentou uma ruptura tão radical no tratamento que a região vinha merecendo por parte do governo. O caráter autoritário desse regime redimensionou a capacidade de intervenção que vinha sendo desejada e pleiteada por técnicos e planejadores (e agora militares, em maior grau) que atribuíam à técnica e ao planejamento o estatuto de uma ciência capaz, de através de plano, fazer brotar uma ordem social, econômica e cultural previamente concebida (D'ARAÚJO, p. 13/14).

A fim de colocar em prática os planos de ocupação da Amazônia o governo militar recorre aos dispositivos de um discurso muito semelhante ao que estruturou a política durante os governos populistas. Com o intuito de convencer a sociedade, a partir de uma leitura da Amazônia como um enorme “vazio demográfico”. A solução para as tensões sociais e, também, no intuito de evitar o aparecimento de focos revolucionários, os militares remontam a ideia de integrar, ocupar e desenvolver a região. Tudo isso foi justificado em nome da “segurança do país” (HÉBETTE, 2004, p. 276) e pelo o “bem da nação”.

Para implementar a política de integração da Amazônia ao Sul do Brasil o governo militar articulou o projeto em torno de uma rede rodoviária. Exemplo disso, pode ser constatado pelas rodovias construídas no sudeste do Pará, quais sejam: o ramal rodoviário entre Marabá e a Belém-Brasília, em 1969; e a Transamazônica em 1971 (VELHO, 1972). As redes energéticas também foram incentivadas como a construção de usinas hidrelétrica de Tucuruí entre os anos

de 1974 a 1984 (NAEA, 1995, p. 87). Tudo isso, diga-se de passagem, garantido com alto financiamento público.

Com base na literatura que trata dessa questão uma que merece atenção é a que se refere aos estudos de Jean Hébette (2004). Segundo ele a ideia de “ocupar” e “povoar” a Amazônia transformou o “espaço amazônico em um grande absorvedor de tecnologia” (HÉBETTE, 2004, p. 277).

O pretexto da integração da Amazônia ao restante do Brasil na opinião do autor justificou:

(...) a implantação de um complexo sistema de transporte de comunicação, a criação de uma estrutura administrativa e burocrática que engendrou uma classe média consumidora; proporcionaram mão de obra barata para as grandes obras e os projetos faraônicos como o Projeto Carajás. A colonização, nas suas diversas formas, entrou como uma peça fundamental desta estratégia. Ela substituiu a proposta de reforma agrária com a qual o Governo brasileiro tinha se comprometido (...) (HÉBETTE, 2004, p. 277).

Para o autor, além dos grandes empreendimentos minerários implantados, a ideia de ocupação da região teve como ponto central uma política de colonização e incentivo à migração dirigida. Pois os militares entendiam que essa estratégia de ocupação era um mecanismo eficiente de defesa e controle político do território. Jean Hébette (2004) diferencia dois tipos de colonização que desenvolvida no Pará e em outras partes da Amazônia: a “colonização oficial” ou “dirigida” e a “colonização espontânea” ou “livre” (HÉBETE, 2004, p. 285-286).

Segundo o autor “os grandes projetos de colonização oficial tiveram início em 1970”. Sendo o INCRA o órgão encarregado pela implantação de três Projetos Integrados de Colonização (PIC) ao longo da rodovia Transamazônica. Um na região de Marabá, um em Altamira e outro na região de Itaituba. Com o intuito de efetivar estes projetos o governo recorre ao mecanismo da propaganda apelativa com o lema “terra sem homens a homens sem terra” (HÉBETTE, 2004, p. 277-78).

Porém, os resultados de altos investimentos do Estado não impediu o fracasso da colonização devido esses projetos terem sido executados com “improvisações e os colonos instalados em condições muito precárias”. Pessoas vindas do Nordeste e do Sul foram praticamente jogados a própria sorte, “sem apoio a saúde, sem assistência técnica, num ambiente totalmente alheio a sua tradição cultural. Já em 1973 esses projetos começaram ser desativados e o interesse do governo voltou-se para a instalação das grandes fazendas” (HÉBETTE, 2004, p. 278).

No caso da colonização livre esta resultou da pressão dos camponeses sobre a terra. De acordo as pesquisas mostram que a “maioria deles dispensou os serviços do INCRA e ocupou livremente as terras”, tanto no sudeste do Pará como em outras partes do estado. No começo “não havia uma preocupação com a propriedade jurídica da terra, nem tão pouco, almejavam conseguir uma propriedade que excedesse as suas necessidades; desmatavam para produzir apenas para a sua subsistência”. Mas, logo tiveram que enfrentar a pressão de fazendeiros e grileiros que via a terra como uma possibilidade de negócio, o que gerou os conflitos de terra que marcam até hoje a região sudeste do Pará. O autor argumenta que “muitos desses colonos foram expulsos de suas terras por gente economicamente mais poderosa ou inescrupulosa e foram sobreviver nas periferias das cidades” (HÉBETTE, 2004, p. 286).

Porém, a dinâmica estabelecida na colonização livre, aconteceu de maneira bem diferente da colonização dirigida, os camponeses levaram em conta as características geográficas e naturais das áreas ocupadas como a localização dos terrenos, o relevo e os igarapés, de forma que, correspondesse mais aos interesses dos colonos, que de certa maneira, favoreceu a organização social e possibilitou uma “adaptação menos traumatizante para eles” (HÉBETTE, 2004, p 286).

Ao olhar para o contexto de ocupação da fazenda que deu origem ao PA Jacaré em 1986 é importante situar o processo de ocupação da terra, inicialmente fora dos parâmetros oficiais, seguido do reconhecimento oficial da política de reforma agrária, com a constituição do Assentamento. Esse quadro de questão que pode ser melhor compreendido mediante as relações constituídas no bojo da luta dos posseiros e das ações do INCRA para concretizar o assentamento. Atravessada a conquista da terra, mediante situações de conflitos e da resistência enfrentada por eles, desde o momento da ocupação até o estabelecimento oficial do Assentamento.

A luta pela terra: da ocupação ao Projeto de Assentamento

O objetivo deste tópico é focar o processo da luta dos trabalhadores pela posse da terra. Isto é, desde o momento da ocupação da fazenda ao estabelecimento do Projeto de Assentamento Jacaré.

Até o ano de 1993 o PA Jacaré estava dentro da jurisdição de Itupiranga. O desmembramento do distrito de Nova Ipixuna dos municípios de Itupiranga e Jacundá se deu

pela lei estadual nº 5762, de 20 de outubro de 1993 e instalado em 01 de julho de 1997. Entre 1993 e 1997, Nova Ipixuna ficou sobre a jurisdição de Jacundá³.

Com uma área de 1.564,184 km² e 14. 645 habitantes, o município de Nova Ipixuna concentra 47% de sua população no meio rural e 53% no meio urbano (IBGE, 2010)⁴. Este panorama da população rural e urbana revela um quadro semelhante, comparado com a distribuição da população a nível nacional no mesmo período, em que, pouco mais de 80% dos brasileiros, já viviam concentrados em espaços urbanos. No município, segue essa mesma lógica, com a maior parte da população concentrada na cidade.

Portanto, é importante ressaltar que, muitas pessoas que estão na cidade, desenvolve algum tipo de atividade relacionado à terra, ou seja, são pessoas com hábitos, predominantemente da cultura camponesa. A separação neste caso existe muito mais, pelo aspecto do espaço físico, porém, culturalmente existe pouca distinção entre quem é do campo e quem é da cidade.

A população que vive no campo está distribuída nos assentamentos, sítios, vilas e áreas de fazendas. Mesmo com os fluxos migratórios do campo para a cidade, motivados pela falta de condições dos trabalhadores se reproduzirem no campo, se verifica um índice significativo de pessoas convivendo nesse espaço.

Evidentemente, não se pode desconsiderar que este município está situado em uma região do estado do Pará destacada mundialmente pela criação de assentamentos rurais. Fernando Michelotti (2007, p. 2) destaca que “entre 1987 e 2007 aconteceu a criação de 169 projetos de assentamento nos municípios do Território do Sudeste Paraense”. E segundo autor incidia na época nos municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São Domingos e São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Parauapebas. De acordo com informações obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Nova Ipixuna, no município, até o ano de 2015 já havia sido criado 09 Projetos de Assentamentos. Dentre os quais está o PA Jacaré, criado em maio de 1987.

A criação deste Assentamento antecede a emancipação do município de Nova Ipixuna. Todavia, os moradores mais antigos anunciam que chegaram à região em 1986, momento que se referem à ocupação de parte da Fazenda Tinele. Nesse período Nova Ipixuna era apenas um povoado as margens da PA-150.

³ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pa/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

⁴ Ver em: <http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pa/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

Cabe enfatizar que a criação do referido assentamento não é fruto da vontade própria do governo e nem dos órgãos oficiais do Estado, mas é resultado da pressão dos trabalhadores, feita através das “diversas formas de luta pela terra” (MICHELOTTI, 2007, p. 2), começando pelas mobilizações para ocupação de parte da fazenda até as reivindicações no INCRA.

Do que pode ser observado, a pressão dos trabalhadores sobre a terra pode ser sugerido como um elemento essencial para ajudar compreender o processo de ocupação empreendida pelos trabalhadores camponeses rumo à criação do Assentamento. Na busca de uma relativa autonomia na produção e excluídos do acesso à terra, os agentes sociais partiram para a ocupação como alternativa encontrada para conseguir um pedaço de chão.

A terra a qual investiram na conquista consistia numa fazenda que pertencia ao fazendeiro Abílio Tinele. Membro de uma família oriunda da cidade de Colatina, no estado do Espírito Santo. Segundo um de seus filhos, herdeiro de parte da fazenda que foi ocupada, a chegada à região e o processo de investida contra a terra que considera de sua propriedade se deu da seguinte maneira:

(...) em 79 quando compramos essa área aqui. Compramos ela em 79 pelo título do ITERPA, essa área aqui pertencia ao ITERPA, não é do INCRA. É do ITERPA até hoje! Não pertence nada ao INCRA! Aí, o INCRA veio e fez esse assentamento, da Gleba Jacaré, em 86. Diziam que esse título não valia nada! E nós estamos correndo atrás disso até hoje! Pra retomar a Gleba Jacaré de novo. Não existe desmembramento desta área até hoje! Tá complicado de mais! Aí entrou esse povo aqui de novo, querendo essa outra área. Essa área todinha da Gleba Jacaré ainda pertence a gente! O INCRA entrou de gaiato, aí fez o assentamento. Entendeu? Essa área é do ITERPA, não é do INCRA! Nós chegamos em setenta e nove, aí em oitenta e seis o INCRA chegou dizendo que era deles!⁵ (TINELE, 2015).

Com base no fragmento a cima percebe-se que esta família chega à região em 1979, momento que coincide com a intensificação dos fluxos de outros trabalhadores migrantes vindo de vários estados brasileiros a procura de terra. Sem contar que já havia muitos deles instalados na região a décadas, trabalhando nos castanhais, em garimpos e em vazantes ou roças nas terras de patrão. Pessoas que migravam constantemente, não por uma questão de hábito, mas, sobretudo, por uma questão de necessidade.

Observa-se também no depoimento que o fazendeiro demonstra-se insatisfeito com criação do PA Jacaré ao mesmo tempo culpa o INCRA de ter se intrometido em uma área de responsabilidade do ITERPA. Este é um litígio que merece atenção, e se refere, a falta de

⁵ Entrevistas realizada com o filho do antigo fazendeiro.

conexão e desacordo de informações de parte das instituições responsáveis pelas questões fundiárias no Pará.

Sobre a situação do que restou da terra, fora o PA Jacaré, o entrevistado filho do antigo fazendeiro ainda faz referência a uma ocupação recente de trabalhadores que reivindicam a criação de outro assentamento na área que restou da fazenda.

Dentre os trabalhadores que inicialmente empreenderam a ocupação no PA Jacaré, havia pessoas oriundas do estado do Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Goiás, Minas Gerais, que almejavam conseguir um pedaço de chão para a produção da existência das suas famílias. Mesmo submetidos a uma relação de força desigual, os trabalhadores construíram estratégias de luta, pois eram pessoas com trajetórias marcadas pelo deslocamento constante em busca de terra. Isso é corroborado no argumento de Jean Hébert (2004) de que “Gente sem condições de sobrevivência, expulsos pela violência de seu torrão natal, pela exploração máxima de sua força de trabalho ou pela fome”. (p. 334).

Em parte, eram pessoas que viviam a bastante tempo na região ou migrando de um lugar e de uma profissão para outra, como na experiência do assentado Francisco L. de Abreu que afirma:

“(…) nós morava no Maranhão. Nessa época nós morava no São Pedro, na beira do rio Tapicuru. Agente pegou o barco em Imperatriz, vinha carregado de cerveja. Ai peguemos esse barco, viajemos dois dias e duas noites de barco, até chegar em Marabá, em [19]66. Nós passamos uns dias em Itupiranga, aí ele apareceu lá [o irmão que tinha vindo primeiro]. Aí levou nós pra lá. Chegemo lá broquemos dois alqueires de roça mais ele, pra esse Vêi [patrão do irmão], derribemos. (...) Aí o papai começou uns serviços de capina de roça, nesse tempo tinha pouca roça, o pessoal vivia mais era da pesca. Aí quando nós comecemos se aprumar, o papai fez o seguinte, comecemos quebrar coco, tirando azeite e vendendo pro pessoal, e fazendo carvão. Aí, as coisas começou melhorar. Começamos produzir feijão, melancia, tomate, abóbora, milho verde e levava pra Marabá. Tinha barco que levava só 800 melancias. Tinha barco que levava 2000, 1500 melancias. Aí depois disso, foi a época que surgiu Serra Pelada, ai no mês de abril, larguei uma roça de arroz madurecendo e fui pra Serra. Aí, quando fechou a Serra, eu vim, aí, trabalhei numa firma né? CONSTRUPARA, construindo casa para o pessoal da barragem (Usina Hidrelétrica de Tucuruí), trabalhei um ano e pouco nela. Depois, trabalhei na Carajás um ano e cinco mês. Em 85 eu sair da Carajás, aí vim pra cá” (ABREU, 2015).

Diante do depoimento acima, percebe-se que a história deste agricultor assemelha-se, em certa medida, com a história de muitos outros na qual o elemento marcante é o deslocamento constante, motivados por várias razões. Parafraseando Magalhães (2002, p. 265), considera “uma história objetivamente homogênea, construída através de trajetórias diversificadas”.

A semelhança está relacionada segundo a autora, devido partilharem “de uma mesma situação anterior de deslocamentos causado não só por processos diversos de expropriação, mas também pelo que denominam busca de melhoria” (MAGALHÃES, 2002, p. 265). As trajetórias diversificadas que ela se refere, tem haver com o percurso de cada indivíduo, que se observa no envolvimento com determinadas atividades. Como é o caso do agricultor Francisco L. de Abreu, que experimentou a atividade do extrativismo da pesca e do coco babaçu, da agricultura, do garimpo, de empregado na construção civil, até a sua chegada ao Assentamento.

Segundo este agricultor, a ocupação da fazenda se deu por dois grupos de trabalhadores. E como afirma: “Esses lotes aqui foi preenchido com uma parte do pessoal, de Itupiranga e outra parte com o pessoal de Ipixuna” (ABREU, 2015). Ou seja, consiste, em um grupo organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itupiranga, entidade que mediou o processo de luta na época. E que era presidida pelo presidente Manoel Monteiro. O outro grupo era organizado pelo “delegado do Sindicato, o Paulo Pedro, do Sindicato de Nova Ipixuna”. De acordo ainda com entrevista, havia ainda a associação do povoado de Nova Ipixuna representada por “Raimundo Paizinho, que acompanharam e deram suporte aos trabalhadores acampados” (ABREU, 2015).

Um ano após a ocupação da fazenda e das mobilizações realizadas pelos trabalhadores os mesmos foram assentados pelo INCRA. De acordo com Francisco Abreu “1987, dia dezois de maio foi o dia que nós fomos sorteados, peguemos o barco e viemos pela Boca do Praialta, foi o dia que nós chegamos aqui” (ABREU, 2015). Ou seja, mediante o ato do sorteio e sabido o resultado, Francisco Abreu se dirige com a família para a área então destinada a ser o Assentamento Jacaré.

Comparando o tempo de ocupação do PA Jacaré com outras áreas ocupadas na região, esta foi uma das que ocorreu em um período mais curto de tempo de acampamento. Segundo as informações dos agricultores e o proprietário da fazenda, a ocupação do imóvel não demorou tanto. Pois, sugerem que havia um interesse do fazendeiro em negociar com o INCRA a documentação que regularizasse a área. E parte fosse regularizada em seu nome.

Apesar de tanto o proprietário como os agricultores admitirem que a ocupação se fez de maneira pacífica, pelo fato de não haver morte de nenhum dos lados, não é possível analisar o contexto da criação do PA Jacaré desvinculado das relações conflituosas que se estabeleceu nas disputas de terras na região. É recorrente na memória coletiva dos assentados que fizeram parte da ocupação desta área, evidências que, antes da negociação do fazendeiro com o INCRA, estes viveram momentos de tensão. O relato do agricultor Olávio Evangelista revela como foi

sua recepção e de seus companheiros, no primeiro contato que tiveram com a fazenda: “(...) com três dias que nós tava aqui, os homens botaram nós pra fora”. Indagado a respeito de quem eram, ele retrucou ser “os trabalhador do fazendeiro”. E continua com a fala.

Aí uns companheiro queria brigar! Um bocado foi logo embora de noite correndo! Aí eu sai avisando os outros. O Bastião o Pedro Velho e o Zé Vermelho, esses daí queria brigar. Um dizia, eu tenho tantos cartuchos! Outro dizia, eu tenho tanto! (...) No outro dia, saímos sete horas, quando nós chegamos no porto de Itupiranga, já vinha um cara com um tambor de óleo, abastecer o motor, pra vim buscar nós morto. Porque os que foram na frente, disseram que tinha tido um tiroteio, mais monstro do mundo e tinha morrido todo mundo! Que justamente era eu, o Erisvaldo, o Bastião, o velho Nonato, o Pedro Velho e o Zé Vermelho. Ai, chegamos lá, já tava aquela multidão de gente chorando, achando que nós tinha morrido! (SILVA, 2011).

Conforme este depoimento percebe-se que a relação estabelecida entre os trabalhadores do fazendeiro e os posseiros que reivindicavam a terra não foi tão pacífica assim. A expulsão do grupo de trabalhadores de dentro da terra, por ameaças, já demarca a presença do conflito e caracteriza como um ato violento, entendido como um artifício, utilizado para intimidar e amedrontar os posseiros. Como ilustra a figura 3 a seguir.

Figura 3: Desenho sobre o período de ocupação da Gleba Jacaré em 1986



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

O desenho produzido durante a pesquisa socioeducacional III, é uma leitura dos estudantes sobre o período de acampamento. De uma lado os “fiscais do fazendeiro” com armas

em punho em volta da sede da fazenda, e de outro, os barracos de palha instalados e os agricultores abrindo as primeiras roças.

De acordo Airton Pereira (2013, p. 127) a prática da pistolagem foi um mecanismo comum, nas disputas por terra utilizado por parte dos “fazendeiros, empresários e comerciantes” no sul e sudeste do estado. Em que contavam com o apoio dos agentes públicos como juízes e a força policial, seja militar, seja federal, ou ainda o GETAT/INCRA, que juntos defendiam os interesses dos grandes proprietários. Fazendo desta região um foco de conflitos.

Já os posseiros contavam apenas com suas estratégias de luta e com o apoio da Igreja Católica. Somente após a segunda metade da década de 1970 do século passado que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) começaram atuar nas questões agrária no estado do Pará (PEREIRA, 2013).

Mediante esse clima de reivindicação por terra, no PA Jacaré, provavelmente os conflitos só não se agravaram ainda mais, devido a situação, se resolver em menor tempo que de costume nas ocupações de terra. Conforme Olávio Evangelista no depoimento anterior alguns dos seus antigos companheiros ainda cogitaram enfrentar os homens do fazendeiro na base do “cartucho”. Porém, a maioria convenceu os demais a recorrerem outros mecanismos de luta.

Olávio Evangelista da Silva afirma que quando os trabalhadores foram ameaçados eles desocuparam a fazenda e foram imediatamente até ao STR de Itupiranga para procurar outra alternativa. E onde “o Manoel Monteiro que era o presidente do Sindicato” na época disse: “amanhã, nós vamos lá no INCRA saber! Aí, quando nós chegemos lá, o pessoal do INCRA falou que era pra nós voltar pra terra, que eles não iam mais mexer com nós. Se eles mexessem, eles iam perder o resto da terra. Aí nós voltemos pra terra e estamos trabalhando até hoje, né?” (SILVA, 2011).

Mesmo diante de forte tensão e insegurança os trabalhadores resistiram para permanecer na terra. Talvez a resistência aqui significasse e se apresentava como a única saída para estes trabalhadores continuarem existindo com garantia de reprodução na terra.

Mas, após a conquista do lote os trabalhadores tiveram que lidar com outros desafios nos anos iniciais no Assentamento. Dentre eles a falta de infraestrutura que pudesse garantir as condições mínimas necessárias de vida para as famílias. Segundo relatos de Francisco Abreu (2015) “As maiores dificuldades que nós enfrentamos aqui foi o transporte e estrada, porque agente andava nas varedas, aquelas picadinhas, faziam aqueles mata-burro pra passar com animal. Então, esta era a nossa estrada né? ”. Porém, pouquíssimas famílias tinham animal para

o transporte, realidade que só será alterada com o acesso aos primeiros benefícios de crédito em anos posteriores, destinado a compra de animais para o transporte e para a criação, o gado cavalar e vacum.

O agricultor José Gomes Leite reitera a questão com as seguintes palavras: “aqui era bem difícil no início, pra vir pra cá, trazia as coisas nas costas, não tinha estrada, quando as pessoas adoeciam, tinha que tirar na rede para a beira do rio Tocantins, pra de lá pegar o barco pra Itupiranga” (LEITE, 2011). Estes são fragmentos presentes na memória coletiva dos assentados. Onde há caso de moradores que deixaram suas terras, pela dificuldade de acesso e consequentemente por não conseguir escoar aquilo que produziam no lote. Deste modo, foram privados mesmo estando na terra por falta de condições básicas de vida.

Daí é possível identificarmos a dimensão dos desafios enfrentados pelas famílias desde os primeiros anos na comunidade. Caracterizado pelas difíceis condições de transporte, de estrada, de escola, de saúde e a falta de atenção dos órgãos governamentais, no que se refere à disponibilidade de recursos às famílias assentadas. Os agricultores afirmam que “depois que entrou os madeireiros comprando madeira, fazia os arrastão, ai foi melhorando! Ai com dez anos que o INCRA veio fazer estrada! (...) e o financiamento saiu com oito anos!” (LEITE, 2011).

Diante da falta de apoio dos órgãos oficiais e da ausência do Estado percebe que os assentados veem de certa forma, a ação madeireira nos primeiros anos no Assentamento, como algo positivo. Todavia, não deixam de reconhecer que a mesma ação, como diz: “contribuiu mais com a devastação da floresta” (ABREU, 2015). Este é um dos elementos que possibilita compreender a transformação na paisagem do assentamento.

Nesse sentido é importante salientar que, após a conquista da terra, os recém-assentados, se deram conta de que a situação agora era outra e os desafios também. E para resistir a tudo isso, era necessário se organizar social e politicamente, para buscar soluções coletivas, que pudesse amenizar o dilema enfrentado pelas famílias, com a falta de escola, estrada, atendimento à saúde e outros problemas de ordem social.

Percebe-se, que a luta dos trabalhadores, não finda com a posse da terra, mas a posse dá condição para construírem outras pautas de lutas, como em torno da garantia de infraestrutura e a poio a projetos produtivos.

Nos últimos anos, os assentados têm enfrentado dificuldades com relação a produção agrícola. Sugere que este problema tem haver com a diminuição das áreas férteis do assentamento, mas esta questão só pode ser mais bem compreendida mediante as relações de

produção e na discussão da política de financiamento, disponibilizada para o Assentamento, em torno dos anos de 1995 e 1996. Tais questões pretendo melhor analisar no capítulo seguinte.

O castanhal: formas de apropriação, usos e outras relações

Para compreender as questões desse trabalho no que tange a trajetória do Assentamento, uma pergunta pode ser posta nos seguintes termos: como se configurava o território onde hoje se encontra o P.A Jacaré? Isto é, antes dos agricultores chegarem, dos vários lugares, para o território. Aliás, esta foi uma das questões que me intrigava mesmo antes do meu ingresso na universidade. E também, levantada durante as pesquisas socioeducacionais realizadas na comunidade, durante percurso formativo na Educação do Campo.

Após a leitura de alguns trabalhos de conclusão de curso de graduação como Terisvânia Silva (2011) e Francisco Gomes (2013), a respeito do Assentamento, mas, não encontrei respostas satisfatórias. Pois, os mesmos tomavam por recorte de estudo, não a trajetória histórica do assentamento, e tão pouco sobre o território, os castanhais e nem o marco temporal que antecede o momento da ocupação da fazenda pelos agricultores.

Assim ficava uma lacuna a respeito de como se encontrava esse território e sua dinâmica, antes da constituição do Assentamento. Desse modo, constituída como uma indagação, passei a trazê-la para este trabalho. E foi mediante entrevistas realizadas para esta pesquisa que encontrei depoimentos de pessoas com elementos mais esclarecedores e que possibilitam discorrer acerca desse contexto antecedente a formação do Assentamento.

Ao recorrer também parte da literatura que problematiza em torno da dinâmica da região, percebe-se certo consenso entre os pesquisadores de que o sudeste do Pará veio sendo paulatinamente povoado até os anos 1970, em torno, principalmente, de uma economia de base extrativista. Baseada na “coleta do látex e da castanha, a caça de animais silvestre, a garimpagem do cristal de rocha e do diamante. Onde a agricultura tinha um papel econômico muito secundário” (HÉBETTE, 2002, p. 206). Sônia Magalhães (2002, p. 247) reforça essa proposição dizendo que “é em torno dessa economia extrativista” que se dá “ocupação camponesa” da região.

Em linhas gerais, a exploração da Castanha vai atrair um índice acentuado de migrantes que vieram trabalhar nos castanhais de Marabá e região, por razões da própria dinâmica da produção da existência. No primeiro momento a exploração da castanha se deu com a organização de um processo de migração sazonal na qual os trabalhadores vindos em

especial dos estados do Maranhão e Goiás formaram a principal mão-de-obra extrativista (EMMI, 1987, p. 65- 66).

Não é novidade que a região do Médio Tocantins ocupou um lugar privilegiado pelas características naturais com grandes florestas de ocorrência dos castanhais. Onde em certo momento a “exploração da castanha, concentrada no médio Tocantins, foi a que encontrou maior sucesso, transformando-se no principal produto de exportação do Pará” (VELHO, 1972, p. 50). Em 1927, Marabá torna-se o maior produtor de castanha, superando todas as regiões e representando 60% de toda produção do estado (EMMI, 1987, p. 63).

Contudo, durante as pesquisas realizadas, havia dúvidas se o território correspondente ao PA Jacaré pertencera ou não, a áreas de exploração de castanha. A partir destas inquietações procurei buscar nas narrativas dos agricultores informações que esclarecessem. Bem como, do filho proprietário da fazenda cuja parte das terras dá lugar ao Assentamento. Além de outras fontes que permitissem analisar o contexto anterior a ocupação para a formação do Assentamento Jacaré pelos camponeses.

Um dos informantes, o filho do antigo fazendeiro e herdeiro da área vizinha ao Assentamento, assinala as características da paisagem em tempos anteriores a criação do PA Jacaré e afirma: “essa área da Gleba Jacaré, isso ai tinha castanha! Tinha de mais!”. Nesse aspecto, os estudos de Velho (1972) corroboram nesses termos ao afirmar que “na região de Marabá os castanhais são considerados extremamente ricos” e ressalta que os mais abundantes estão localizados para os “lados de Itupiranga, Jacundá e Tucuruí” (VELHO, 1972, p. 52-53). Como já mencionado na época da ocupação da terra, esta área pertencia ao município de Itupiranga e fazia divisa com o município de Jacundá.

Com base no depoimento do dito fazendeiro ajuda esclarecer a forma que esta área foi apropriada ainda no início década de 1960. Sobre o que diz: “O primeiro dono daqui foi o Cícero Leandro da Silva. Esse título foi expedido em 1961. E em 66 o Edvardes comprou. O Cícero tirou o título passou pro Edvardes, e o Edvardes pra gente” (TINELE, 2015). Indagado sobre de que forma o primeiro dono adquiriu a área, ele respondeu da seguinte maneira:

Isso aqui foi através de castanha, né? Porque aqui tinha muita castanha. Até na época que eu cheguei aqui tinha muita castanha! Então eles faziam a gleba e davam pra pessoa. Fazia outra gleba e dava pra outra pessoa. Era um título de aforamento perpétuo (TINELE, 2015).

Considerando a versão de Carlos Tinele no fragmento acima e a respeito da cadeia dominial da terra que era de castanhais e veio a se constituir na fazenda do seu pai, possibilita

entender como a terra nesse território passa a ser apropriada por sujeitos interessados nos aforamentos em 1961, nessa área, hoje assentamento PA Jacaré. Segundo essa leitura a terra considerada devoluta já vinha de terceiros, conseguida do Estado através de aforamento perpétuo.

Conforme pesquisas mostram que a concessão de título de aforamento perpétuo legitimou-se por meio de leis e decretos. Por exemplo, a “Lei nº 1947 de 1920, já previa o aforamento perpétuo em terras devolutas do Estado para indústria extrativa de produtos vegetais” (EMMI, 1987, p. 79). De acordo com Otávio Velho o “Decreto- Lei nº 3. 143, de 11 de novembro de 1938, que regulamentava os serviços de arrendamento de terras para exploração de produtos nativos” (VELHO, 1972, p. 60). Segundo Marília Emmi com relação ao estado do Pará, os aforamentos abrangem um período entre 1955 a 1966. A partir daí eles só serão adquiridos por transferência de direitos dos foreiros originais (EMMI, 1987, p. 109).

Entretanto, Velho (1972) ressalta que a legislação foi pouco rigorosa, fazendo com que a demarcação dos castanhais ocupasse áreas por vezes maiores do que constava nos documentos (VELHO, 1972, p. 75). Tal versão encontra respaldo no próprio relato do fazendeiro, quando ele admite, espontaneamente, que a dimensão da área total da fazenda era de “quatro mil e cinquenta hectares. O título era isso aí, mas ela passou! Na época, deu cinco mil hectares. Ai ficou três mil pra Gleba⁶ e dois mil pra nós” (TINELE, 2015).

Conforme a fala, observa-se que o total de 4.050 hectares comprovados no documento era inferior ao tamanho real da fazenda de 5.000 hectares, quase 1.000 ha de diferença. Esta evidência revela um mecanismo que como fica sugerido para os aforamentos há uma manipulação no tamanho da área e aludindo para a fragilidade dos dispositivos legais. Sugerindo até a negligência dos órgãos e instituições fundiárias. De maneira, e no caso acima legitimando os interesses do grande proprietário em detrimento dos trabalhadores. Para os autores Otávio Velho (1972) e Marília Emmi (1987) esta foi uma das formas muito comum de concentração da terra nas mãos de uma oligarquia, que detinham influência política e poder econômico na região.

No caso da área que deu lugar ao assentamento Jacaré a vasta extensão de terra e abundância dos castanhais aforados favorecia ao proprietário tirar uma produção considerável no período da safra. Ao se remeter a época o fazendeiro conta que: “Aqui tirava em média 1.200 a 1.300 hectolitros de castanha por safra. (...) Aqui não tinha extração de madeira, não tinha

⁶ O entrevistado está se referindo ao tamanho da área do PA Jacaré. Contudo, de acordo o registro no INCRA o tamanho da área do Assentamento é de 3.067 hectares como apresentado no tópico anterior.

nada. Era só castanha. Essa área da Gleba Jacaré, isso ai tinha castanha! Tinha de mais, aqui, Pedro Oliveira, e na área do município. A área do município era do Garapezinho pra lá. (...) Essa área pra cá era particular, pra lá era do município. Você ver ali! Todo mundo tirava castanha ali! ” (TINELE, 2015).

Além de indicar o nível de produtividade do castanhal, o depoimento acima fornece informações valiosas que nos leva a compreender as diferentes modalidades de controle dos castanhais, e que organizava o sistema extrativo da castanha. Tanto fosse dos castanhais sob o domínio particular, ou sob o domínio público, com ou sem aforamento. Nesta área, o rio Garapezinho constitui o limite que separava o castanhal privado do castanhal do município. Com a criação do Assentamento, este igarapé corta os fundos de vários lotes e faz limite com a área que foi de Pedro Oliveira, um antigo castanhal, e que se tornou um dos núcleos do Projeto de Assentamento Agroextrativista: o Tracoá. Já o chamado castanhal do município era área pública que abrangia desde os limites oeste do PA Jacaré até à margem direita do rio Tocantins.

Sônia B. Magalhães (2002) na análise do discurso de um grupo de camponês das margens da Estrada de Ferro Tocantins (EFT) que experimentaram o deslocamento compulsório causado pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) destaca que:

Havia, além dos “castanhais dos municípios” – também chamados “castanhais livres” ou “castanhais do povo” – os “castanhais de dono”, privatizados mediante arrendamento (o que se verifica desde o final dos anos 20 até os anos 50), ou aforamento (a partir de 1954) concedido pelo governo do Estado do Pará; em pequeníssima escala, havia castanhais adquiridos mediante compra do governo estadual. [...] Em um período posterior possivelmente a partir de 50, mesmo aqueles camponeses que costumavam trabalhar com os patrões preferiam fazer, em primeiro lugar a safra nos castanhais do município e só depois dirigiam-se aos castanhais de dono (MAGALHÃES, 2002, p. 258).

Diante da estrutura de ocupação e exploração dos castanhais apresentada pela autora, percebe-se que os trabalhadores tinham preferência pelos “castanhais livres” que lhes garantia certa autonomia, em detrimento dos “castanhais de donos”. Porém, segundo Marília Emmi (1987) com o tempo os castanhais livres foram reduzindo cada vez mais, e os castanheiros ficaram subordinados a um patrão, o que acena para as relações nos castanhais de dono.

Com essa reorganização no sistema de domínio dos castanhais, Marília Emmi (1987) aponta para um momento de transição. Ou seja, os castanhais que antes eram livres pelo fato de não haver patrão, para controlar o trabalho exercido e o acesso à terra, passa a ser castanhais das empresas, que se apropriam das terras de castanhais por aforamento concedido pelo Estado, dando títulos de posses dessas áreas com castanhais para serem exploradas com a condição de

mantê-las funcionando economicamente. A consequência disso posteriormente foi o “desaparecimento das áreas de Servidão Pública” (EMMI, 1987, p.107).

Sugere-se que todo esse sistema contribuiu para a formação de uma oligarquia familiar, fazendo destes os donos do poder político e econômico na região. Assim concentraram os castanhais com incentivos financiados pelo Estado, e como consequência desse processo a formação de latifúndios na região sudeste do Pará, como é conhecida nos dias atuais.

Essa dinâmica econômica ligada a castanha fez do Pará um dos principais Estados produtores na Amazônia, principalmente a região do Vale do Tocantins, lugar onde se concentrará o monopólio dos castanhais pelo mesmo sistema de exploração da borracha conhecido como “sistema de aviamento e das casas aviadoras” (EMMI, 1987).

Em nível local, ainda pode ser encontrado no âmago da memória social, relatos referente as relações de trabalho nos “castanhais do povo” e a arregimentação dos trabalhadores nos “castanhais privados”, disseminado entre os agricultores que já vive a mais tempo na região.

Conforme as descrições do agricultor Francisco L. de Abreu, que trabalhou como barqueiro, no transporte da castanha e acompanhou de perto o movimento em torno da economia da castanha, relata:

... quando era área do município, você se matriculava na prefeitura. Mas na área que já era de dono, de fazenda, vamos supor, aqui ele mesmo procurava trazer o pessoal. Ele mantinha o cara com o rancho, farinha, açúcar, arroz, sabão, óleo, sal, feijão, café, cigarro, cartucho e descontava na castanha, pagava o rancho, mas descontava na produção. O preço dele! (...) Colocava aquelas pessoas pra cortar castanha, naquela época, mês de novembro, dezembro, que era a época da castanha, né? Aí aviava um bocado de gente e jogava nesses pontos. (ABREU, 2015).

Nesse sentido, as relações de trabalho na exploração da castanha citado pelo agricultor marca e atualiza os estudos etnográficos de Velho (1972) e Emmi (1987), na qual, apontam que para retirar castanha nos castanhais do povo, era necessário pagar uma taxa de inscrição às prefeituras locais (VELHO, 1972, p. 60; EMMI, 1987, p. 106). O que sugere, maior garantia de autonomia na relação de trabalho. Já no que se refere aos castanhais de donos, os autores argumentam que o “sistema de aviamento” era uma espécie de crédito, raramente em dinheiro, que endividava os coletores ou castanheiros antes mesmo de começar.

O assentado Francisco Abreu ao informar as etapas de transporte da castanha na área do município menciona o grupo dos Mutran, conhecidos no circuito do comércio e no domínio dos castanhais, como principais compradores da castanha. Segundo os relatos o sistema de

exploração da castanha e estabelecia pontos no transporte da castanha até a venda em Belém. E como descreve:

Primeiro o trabalhador carregava no paneiro, nas costas pros pontos. Depois, os animais levava pro barco, que levava pro galpão lá em Itupiranga. Lá em Itupiranga, já estava vendida e lá o cabra vendia pra Marabá, pro Guido Mutran, pro Vavá Mutran, entendeu? Eles eram compradores de castanha. Comprava lá e levava pra Belém (ABREU, 2015).

No caso da produção na área do castanhal que deu a fazenda que por sua parte deu origem ao PA Jacaré, o deslocamento da castanha como foi relatado era feito “todo por água. Saia daqui do Mamédio, descia pro Praialta, do Praialta para o Tocantins, ai subia para Marabá” (TINELE, 2015). Observa-se nos depoimentos a forma com que se dava o transporte da castanha, dependendo da distância do local de armazenamento, era carregada nas costas pelos trabalhadores ou em lombo de animais e depois nos barcos. Conforme o assentado Francisco Abreu relata: “eles não fazia o paiol de castanha no chão, para os porcão e caititu não comer. Eles faziam atrepado, botava as forquilhas, forrava, colocava palha, aí, ia levantando” (ABREU, 2015).

Este assentado afirma que quando entrou nessa área, no ano 1986, ainda testemunhou vários pontos de paiol da castanha. Como descreve: “(...) ali no compadre Zé Praiano era um ponto, aqui era outro ponto, lá embaixo era outro ponto”. Constituindo um mapa desses pontos da castanha fica assinalado a área era organizada em três zonas intercaladas, conforme o indicado, uma em cada extremidade do assentamento e uma dividia o meio da área. Possivelmente, para facilitar o ajuntamento da produção. Pela localização estratégica da sede da fazenda, na beira do rio Mamédio, supõe um forte indício de que esta cumpria a função do “barracão” figura que representa bem o sistema de aviamento, colocado em prática desde o período do ciclo da borracha.

Conforme a narrativa do atual dono de parte do que foi o castanhal, depois a fazenda, como já mencionado, ele reconstrói todo percurso que faziam para transportar toda produção até Marabá. O primeiro ponto de embarque era no rio Mamédio (a poucos metros do suposto barracão), afluente do rio Praialta e este do rio Tocantins. Ao chegar na desembocadura do rio Praialta, a castanha era transferida pra outros barcos maiores. Segundo ele, facilitava, porque o percurso era feito no período de cheia dos rios.

Com a intensificação da extração da castanha ocorreu à divisão técnica do trabalho, resultando na distribuição de cargos entre trabalhadores, dentre estes podem ser destacados:

“castanheiro, tropeiro, lavador, barqueiro, cantineiro, encarregado, escrivão, empreiteiro ou gerente” (EMMI, 1987, p. 72). Apesar dessa divisão os trabalhadores geralmente acumulavam diversas funções para a realização das atividades.

Ao analisar as condições de trabalho nos castanhais, Velho (1972, p. 63) destaca que “eram as piores possíveis, sujeito à chuva, às doenças, aos animais e mesmo a choques com grupos indígenas”. Sem contar as condições precárias dos abrigos: “uma simples cobertura inclinada de palha sobre estacas onde era amarrada a rede”.

Além das péssimas condições de trabalho, Marília Emmi (1987, p. 66) argumenta sobre as relações de trabalho nos castanhais e diz que “a exploração não conhecia limite, em que a sede de lucro mercantil reduzia os homens a simples mercadorias – alugadas ou compradas”. Entretanto, a expropriação dos castanheiros, não era aceita passivamente, embora esse fato não ganhe tanta visibilidade, havia maneiras de resistência desses agentes sociais, seja por meio “da fuga, do roubo de castanhas para vender para outros donos de castanhais, do enfrentamento direto com os homens do patrão, que resultaram, até mesmo, em mortes, seja a mando dos patrões, seja da parte dos castanheiros” (EMMI, 1987, p. 75).

Os atos de violência nos castanhais também são sugeridos pelo depoimento do assentado Francisco Abreu que, relato de segunda mão sobre um possível patrão, ter tirado a vida de um castanheiro com interesse de não efetuar seu pagamento. Conforme relata:

Muitos deles quando o cara era muito trabalhador, que tirava uma produção grande, eles mandavam matar. Antigamente era assim! Teve muitas pessoas que a gente via falar, que quando o trabalhador ia cobrar o saldo, o patrão mandava matar ele. Perto do Pé de Cupu, num tem uma cruz? (...) O Caxixé, aquele cabra! Ali naquele pé de castanha, era um paiol de castanha. Ele chegou de tardezinha, com um paneiro de castanha, lascado de fome! Botou o paneiro de castanha em cima do paiol, derramou a castanha, quando ele virou, o cara atirou nos peito dele. Porque ele tinha um saldo muito grande na mão do patrão dele. Aí, o pessoal passando pra cá, aí fizeram aquela catacumba ali. Ele morreu no trabalho dele! (...) Em Marabá era o que o pessoal mais comentava. Pessoal do Mutran matou gente de mais! Botava o pessoal pra cortar castanha, depois mandava matar o pessoal. Isso eu não vi! Mas, o pessoal comentava muito! (ABREU, 2015).

É importante esclarecer, com base na localização dada pelo entrevistado, que este episódio não ocorreu dentro da área do castanhal particular e sim na área dos castanhais públicos que limitava com a fazenda. O que nos leva sugerir que essa disputa pelos recursos e apropriação do trabalho na castanha podia incidir sobre as áreas dos castanhais públicos. E que

os castanheiros podiam está relacionados nas modalidades do castanhal livre e simultaneamente subordinados ao regime de patrão.

A memória social que se tem sobre as relações sociais na produção da castanha é indicativa de elementos para sua análise, como os que nos traz Francisco Abreu:

...o cara chegava aí dizia: eu vou te aviar pra tu cortar castanha. Tu quer quanto pra aviação? Vamos supor que naquela época ele desse trezentos contos pra aviação. Aqueles trezentos contos que você pegava, você podia fazer o que você quisesse! Podia ir pro brega! Agora vamos supor, você pega o dinheiro hoje, pra viajar sábado, você podia passar a semana inteira brincando, gastando seu dinheiro, mas quando fosse sábado sete horas você tinha que tá rente, com o bagulho no ponto. Esse dinheiro não era o do rancho ainda! Esse aí era pra tu brincar! (ABREU, 2015).

O depoimento sugere uma estratégia digamos de prender o castanheiro, que antecede sua entrada no sistema de apropriação da sua força de trabalho. E que consiste num adiantamento prévio atrelado ao lazer, mas como um mecanismo de atração com a força do entretenimento. Que não consistia no aviamento propriamente para o trabalho, mas dentro do esquema já o atava ao patrão pelo endividamento do castanheiro. No quadro das relações de trabalho elas eram, marcadas pelo dito adiantamento em dinheiro e mercadorias, vendida a preços determinado pelo patrão, contraia uma dívida, às vezes impagáveis, mesmo trabalhando duro durante a safra. Nestes casos o trabalhador entrava no regime de “servidão por dívidas” (VELHO, 1972), terminando a safra da castanha ia fazer outros serviços, como roçagem de pasto, cercas, dentre outros serviço. Regime que perdura até hoje, em fazendas da região.

Com o declínio da economia da castanha, os castanhais de donos, foram sendo desmatados com o processo de exploração da madeira. E por vezes pela constituição de grandes roças de cultivos agrícolas com as áreas destinadas seguidamente às pastagem como alude as narrativa de um fazendeiro, a seguir:

Produzimos muito arroz, milho, naquela época! Plantava aqui, era de quinze a vinte alqueires de arroz de uma vez! Era muita produção! Até fazer essa abertura toda. Tinha muita gente. Aqui você não faltava gente pra trabalhar não. Hoje em dia, que a gente não coloca mais. Mas, não faltava aqui de trinta, quarenta homens não (TINELE, 2015).

Com a narrativa verifica-se um elemento central que possibilita problematizar o destino e modificações no uso das terras dos castanhais privado. O fazendeiro aponta como passaram a utilizar áreas significativas para o cultivo. A conversa com uma liderança do STTR

do município de Nova Ipixuna traz elementos que situam uma incoerência com o destino dado as áreas de castanhais. Posto que, a legislação que regulamentava a concessão de títulos de aforamento definia que para o título permanecer com validade era necessário o proprietário manter os castanhais em pé. Por isso, na opinião desse representante do sindicato de trabalhadores rurais, o desmatamento dos castanhais abriu precedentes para os trabalhadores camponeses no caso do PA Jacaré, ocuparem a fazenda. Ademais, eles entendiam que a terra era da União, e do foreiro era apenas o castanhal, entretanto, se ele o derrubava perdia a legitimidade que lhes era conferida pelo aforamento.

Cabe enfatizar que em meados da década de 1980, período que marca a chegada dos camponeses nesta área, a castanha já tinha perdido muito a sua importância econômica, a que teve seu destaque até a década de 1970. Este momento também trouxe consigo significativas mudanças na conjuntura política e no padrão de ocupação da região. Assim, outras atividades que até então tinham um caráter puramente intersticial, como a agricultura, a pecuária e a mineração, foram ganhando cada vez mais adesão (VELHO, 1972).

Entendo que a dinâmica nesse território e das terras de incidência dos castanhais, parte dela passada ao domínio privado e, subsequente, parte da área também, passa a dá lugar ao PA Jacaré. É, portanto, um elemento importante para este olhar acerca da ação histórica no Assentamento e para entender seu contexto.

CAPITULO II

O PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ: PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS



Alguns aspectos socioculturais do PA Jacaré

A identidade camponesa se afirma na relação com a terra, ela se cultiva cultivando a terra, os valores, as sementes e as relações com a comunidade
Derli Casali

O conjunto deste capítulo discute as práticas organizativas e as dinâmicas socioculturais ao longo da história do assentamento Jacaré. Nesse intuito, inicialmente aborda os aspectos das práticas socioculturais, perpassado pelo momento de estabelecimento das famílias com as construções das casas, as relações de trabalho nas roças, a solidariedade e formas de sociabilidade. Assim, as articulações as participações no âmbito da religiosidade e das articulações em torno das demandas do Assentamento.

Em seguida é focado sobre aspecto organizativo e dando tratamento ao caso da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gleba Jacaré e Periferia – APPRGJ. Considerando a importância da organização por onde canalizaram suas pautas reivindicativas junto ao poder público e o órgão fundiário.

Neste capítulo procura-se ainda fazer uma discussão sobre o território, tratando sobre o uso dos recursos naturais. Procura-se assinalar para as políticas de crédito voltadas para o financiamento da agricultura familiar no Assentamento e de maneira elas tendem a influenciar as mudanças nas práticas produtivas locais e nas transformações socioambientais.

Assim sendo, nesse tópico e para contextualizar a discussão será importante considerar sob alguns aspectos e relacionar as dinâmicas internas do assentamento entendendo nesse primeiro momento alguns aspectos socioculturais instituídos pelas práticas desses agentes sociais.

Após a conquista da terra do PA Jacaré em 1987, contam os mais velhos, seja, da geração inicial que, nem todos os agricultores trouxeram esposa e filhos aquele mesmo ano para o lote. Mas, somente no ano seguinte depois de terem constituídos as primeiras roças. De forma que garantissem a alimentação do grupo familiar. Geralmente, os locais das primeiras roças também foram os que utilizaram para construir a primeira moradia.

Os relatos informam que a maioria das casas eram construídas de barro ou pau-a-pique e coberta de palha. O recurso de cobertura das casas eram feitos a partir da palha da palmeira babaçu e em casos de lotes em que havia sua escassez, muitas pessoas substituíram pela palha do Ubim, espécie bastante utilizada em partes da Amazônia. A opção pela palha do Ubim se devia ao fato de que ela podia ser encontrada em quase todos os lotes, com maior predominância nas áreas alagadas e ocorrência de açazais nativos. Porém, seu uso exigia uma técnica para

tecer a palha a uma ripa ou uma vara e em seguida era amarrada nos caibros com cipó e depois compor a cobertura da construção.

Essas atividades de construção das casas, assim como, das roças eram realizadas quase sempre na base de trabalho coletivo a partir de mutirão. Esta foi uma prática que marcou a organização do trabalho nos anos iniciais do Assentamento. O mutirão é ressaltado pelos próprios agricultores como uma forma de solidariedade entre eles. Quando algum chefe de família adoecia e ficava impossibilitado de trabalhar reunia os companheiros para realizar as atividades que necessitasse. Desde o broque da roça, derruba da mata, plantio, capina até a colheita. Na imagem a seguir, o estudante produziu uma interpretação desta prática de trabalho por meio da linguagem de desenho.

Figura 4: O preparo da roça a partir do trabalho em mutirão



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Na experiência do assentamento pode ser observado que a prática do mutirão foi bastante presente. Principalmente, quando se tratava da construção dos espaços comunitários, como igreja, escola, campo de futebol, abertura e limpeza de estrada, entre outros. Esta forma de cooperação e ajuda mútua no trabalho, embora associada pelos agricultores como algo

positivo e como símbolo da união entre eles, percebe-se que, nos últimos anos há uma diminuição desta prática no Assentamento.

No que diz respeito a união e das práticas coletivas do grupo é quase sempre, atribuída pelos assentados, às difíceis condições que tiveram de enfrentar em vários momentos do Assentamento. Assim que, para resistir as dificuldades era necessário se organizar social e politicamente na busca de soluções coletivas que pudesse amenizar os problemas enfrentados pelas famílias. A exemplo, da ausência de escola, estrada, atendimento à saúde e, outros problemas de ordem social.

Percebe-se que a luta dos trabalhadores não finda com a posse da terra, mas, a posse dá condição para construírem outras pautas de lutas. No dizer de Jean Hébette (2004, p. 263), os posseiros “sabem perfeitamente que a conquista da terra é somente um primeiro passo para sua Reforma Agrária”. Nesse sentido a luta não é só pela terra, mas é também por um conjunto de direitos que possam lhes oferecer condições de dignidade e cidadania.

Diante das necessidades enfrentadas a comunidade se mobilizou para juntos reivindicarem melhoria para o Assentamento. Segundo relatos a primeira atitude dos agricultores foi escolher um representante da comunidade. A que foi escolhido o agricultor Francisco Lima de Abreu, conhecido por Chico Maximiano e que mais tarde se tornaria o primeiro presidente da associação. Conforme a narrativa de um assentado era ele “quem mais corria atrás das coisas” para a comunidade (LEITE, 2011).

A escolha do representante, ao que se percebe, se deu, sobretudo, pela capacidade de articulação junto a comunidade e representantes políticos da cidade de Itupiranga, onde a família morou desde 1967, o que favoreceu a organicidade interna do Assentamento.

As primeiras pautas de reivindicações desse período foram: a escola e um barco comunitário. Isso, devido a falta de estrada para Nova Ipixuna que nos anos iniciais do assentamento constituía apenas um povoado local. Este fato fazia com que os assentados buscassem a cidade de Itupiranga para qual se tornava mais fácil o acesso por barco. E ali obter atendimento médico, adquirir mantimentos de primeiras necessidades, como roupas e calçados. Vale dizer, na época o Assentamento – situado a 10 Km da margem direita do rio Tocantins, na desembocadura do rio Praia Alta – pertencia a Itupiranga onde se chegava em duas horas de viagem de barco.

Em 1991, mediante a cobrança da comunidade, a partir do representante Francisco Lima de Abreu, a prefeitura de Itupiranga doou um barco para o Assentamento. Segundo relatos, apesar do percurso a pé até o ponto de embarque, a situação melhorou bastante com as

condições de acesso. Mesmo tendo a figura de um representante da comunidade, os assentados se referem a essa época como um tempo em que “todos se ajudavam, quando era para cobrar alguma benfeitoria para comunidade” (LEITE, 2011).

No que se referem a um primeiro espaço coletivo em que os reunisse em diversas situações, os assentados acharam por bem construir a primeira igreja da comunidade. De acordo as narrativas, “a igreja foi a primeira coisa que nós fizemos aqui dentro, para reunir a comunidade. Todo domingo agente tinha celebração, era onde agente colocava a opinião pra ver o que agente queria, o que agente ia reivindicar, escola, estrada, ai foi surgindo as ideias” (ABREU, entrevista, 2015). Portanto, o espaço da igreja passou a constituir uma referência não só para o culto religioso, mas para as discussões e planejamentos das ações dos assentados.

Em seu relato o representante dos assentados reitera que: “trazia as informações pra igreja, aí depois da celebração agente colocava: *Olha! Tá acontecendo isso e isso! O projeto tal, assim e assim. Olha! O INCRA tem que fazer tantos quilômetros de estrada... Vamos fazer como?*” (ABREU, 2015). Desse ponto de vista, a Igreja se constituiu, para além de um espaço religioso em si mesmo se tornando um espaço de discussão e das decisões políticas do Assentamento. Onde a busca e aproximação com o sagrado se imbricava com as questões sociais da comunidade.

A primeira igreja construída no Assentamento foi a Igreja católica em 1989. Igreja construída de pau-a-pique e coberta de palha e os bancos improvisados com toras de açazeiro. A segunda construção, já por volta de 1994 passou a ser de madeira, incluso com a cobertura de cavaco, enquanto que os assentos eram compostos de tábuas de madeira. Dez anos depois a comunidade construiu de alvenaria e coberta de telha que permanece até hoje na comunidade.

A memória coletiva referente à primeira igreja indica que ali teve início à primeira turma de catequese na localidade, com os primeiros professores, o Sr. Raimundo Galdino e posteriormente os jovens, Adelaide Sales e Antônio Gomes. Foi nessa igreja onde funcionou também a primeira sala de aula no Assentamento. Entretanto, as questões que envolvem a escola serão tratadas, especificamente no capítulo III.

Em 1992, a igreja deu início uma das práticas culturais mais expressivas na tradição do Assentamento, o festejo de Santo Antônio. Segundo relatos esta foi mais uma ideia gestada nas conversas no final das celebrações aos domingos. O festejo não acontecia em junho devido o inverno ser bastante prolongado, nessa época, então era realizado no dia 31 de Agosto, onde reuniam pessoas vindas de Itupiranga, de Nova Ipixuna, comunidades vizinhas, dentre elas lideranças políticas, para homenagear ao santo padroeiro da comunidade. O festejo também

podia se desdobrar num momento oportuno para colocar as principais demandas da comunidade às autoridades políticas presente no evento, e cobrar as “benfeitorias” para a população do Assentamento.

Segundo os participantes, durante todo o mês acontecia novenas na igreja, e na noite do dia 31 de Agosto, havia missa, leilão, bingo e encerrava com uma grande festa. Constam nos depoimentos que, na noite do dia 31 de agosto de 1994, no final da festa houve uma discussão generalizada e quase termina em tragédia. Esse foi um dos motivos que levou a igreja repensar a realização do festejo de Santo Antônio que foi ressignificado por novas lideranças da igreja e do grande evento que se constituía envolvendo pessoas com expressiva abrangência para se tornar um evento mais no âmbito da comunidade e, com data a ser realizado no período de junho e não mais em agosto como nos primeiros anos. Evento praticado até hoje na comunidade. E, embora com modificações tem um lugar importante na sociabilidade do Assentamento.

Observa-se que o festejo, visto como expressão viva da cultura, está imerso no social e pode sofrer impactos ou processos acarretando modificações. Na concepção de José Lisboa M. de Oliveira (2012) tal modificação nem sempre é a mais favorável para o ser humano. Ademais, a cultura não é algo estático, mas dinâmico e o ser humano não somente aprende e adquire, mas é também um criador e inventor de cultura (Oliveira, 2012, p. 2).

Figura 5 e 6: Realização do festejo de Santo Antônio no Assentamento.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Figura 7 e 8: Festejo de Santo Antônio com leilão e participantes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

De acordo a figura acima se tem os participantes do festejo reunidos em frente a igreja após a missa, dos quais crianças, jovens e idosos. O evento recebe pessoas de outras comunidades que acompanham a festividade. Para os católicos esse festejo constitui um momento significativo, isto porque: “reúne a comunidade”, “é um momento de homenagear o padroeiro da nossa comunidade” e assim “não deixa a cultura acabar”⁷.

Observa-se que é um momento de confraternização entre as pessoas. Ademais, possivelmente esse ambiente contribui para reforçar os vínculos de amizade e respeito no seio do grupo. Segundo a concepção de Willaime (2012):

Um sistema religioso produz um vínculo social não somente ao suscitar redes e agrupamentos particulares (instituições, comunidades), mas também ao definir um universo mental por meio do qual os indivíduos e as coletividades expressam e vivem certa concepção do homem e do mundo em uma determinada sociedade (WILLAIME, 2012, p. 198).

Considerando a ideia do autor, é possível compreender que as práticas religiosas resultam das interpretações que o homem tem do mundo e de si mesmo. Dessa forma, as pessoas se orientam e atuam sobre o mundo, mediadas por suas convicções e crenças. No caso específico do festejo de Santo Antônio, sugere uma forma de expressão daquilo que as pessoas acreditam e vivem no dia a dia.

A preparação do festejo começa no início do mês de Junho, com as novenas, realizada na igreja ou na casa de pessoas que participam. Esse momento inclui cânticos e a reza do terço. No dia do festejo propriamente, além da missa, acontecem outras atividades como leilões,

⁷ Fragmentos contidos no vídeo “Formação histórico-cultural do P.A Jacaré”, produzido, durante a V Pesquisa Socioeducacional de março a junho de 2014.

bingos, venda de comidas e dança de quadrilhas. Entretanto, esta não ocorre todos os anos e nem sempre é organizada pela a igreja. Existe ano que a escola desenvolve atividades pedagógicas, referente “as festas juninas” e no dia do festejo, os estudantes participam com a dança de quadrilha.

O festejo nesse sentido expressa uma herança religiosa gestada no encontro de migrantes que trouxeram suas crenças, seus hábitos de seus lugares de origem. A memória e as representações de onde vieram se expressa na religiosidade. Pressupõe que este elemento tenha ajudado organizar e fortalecer as relações sociais entre os agricultores no decurso histórico do Assentamento.

Nesse sentido, o festejo se coloca como uma prática cultural que cria subjetividades e possibilita uma identificação maior das pessoas com o território. E por outro lado, uma forma de preservação do patrimônio cultural e simbólico do PA Jacaré.

Para além do festejo de Santo Antônio a igreja desenvolve outras atividades cotidianas, desde as celebrações, reuniões, campanhas da fraternidade, batizados e aniversários. Estas são programações que compõem o calendário de atividades da Igreja.

Já a origem da Igreja evangélica no Assentamento ocorreu por volta de 1990 com a chegada de uma família, entretanto, que somente a matriarca era evangélica, a senhora Tonica Santana. Como ainda não havia templo, a Irmã Tonica como prefere ser chamada, convidava pastores de outros lugares para realização de eventos religiosos em sua própria casa.

Em pouco tempo seu esposo Sr. Domingos (conhecido por Domingão), juntamente com seus filhos converteram-se ao evangelho, como se costuma dizer. E a cada evento realizado na casa da família, outras famílias começaram a integrar-se e fazer parte do grupo.

Com entrada de novos membros e o crescimento da Igreja, houve a necessidade de construir um pequeno templo, num espaço do lote cedido pelo senhor Domingos, para realização dos cultos. Por tanto, este foi o primeiro templo da Assembleia de Deus a ser construído na comunidade. Conforme as descrições, as paredes foram construídas de taipa, coberto de cavaco e os assentos eram feitos de madeira cerrada.

Daí em diante os rituais começaram acontecer com maior frequência e ser conduzido por um dirigente que passou a residir na comunidade. Ao relembrar deste momento inicial, um nome muito recorrente na memória, se refere à primeira liderança local conhecida por “Nego Viana”. Sucedido pelo jovem Renildo, filho de uma das famílias do Assentamento. Mas outros líderes que já passaram pelo cargo também são mencionados nos depoimentos, nomes como José Viana, Manoel Cunha, João da Cruz, Noelson, Davi e, mais recentemente, o pastor Daniel.

Contudo, a coordenação geral dessa Igreja ficava a cargo do pastor Elias Cavalcante e posteriormente pelo seu sucessor, pastor Ambrósio. Depois deles, a Igreja foi coordenada por vários outros pastores. E, até o ano de 2000 pertencia ao Campo de Cametaú, ano que aconteceu criação do Campo⁸ de Vila Planalto e conseqüentemente o desmembramento do Campo de Cametaú.

Com base nos costumes da igreja, não tem um tempo determinado para permanência dos pastores no cargo, porque acreditam que esta determinação não deve ser estabelecida no plano material, mas sim no plano divino, que intervém no tempo certo. Mas também sugere para as relações por ele constituídas, pois, existe caso de líderes que pedem transferência por conta de que são pressionados por parte dos demais membros da Igreja. Em situação em que os mecanismos e as formas de pressionar vão desde as reuniões convocadas entre o mistério até o trancamento do dízimo por parte de alguns.

Com o aumento do número de membros, e a superlotação do templo, foi proposta a construção de outro templo, maior, e por decisão coletiva a sua transferência para a área da Vila. As imagens, a seguir mostram um grupo de pessoas trabalhando na construção desse templo e um momento festivo da Igreja.

Figura 9 e 10: Construção e momento festivo da Igreja evangélica no PA Jacaré



Fonte: Arquivo concedido Renildo José Pereira e; Pesquisa de Campo, 2012

O templo mostrado na a esquerda trata-se da Igreja quando começou ser construído em 1998 e inaugurado em 08 de outubro de 2001. A figura a direita resulta de momento festivo realizado em 2013 pela a Igreja. Mesmo os eventos festivos ocorrendo com frequência em

⁸ Termo referente a uma área supervisionada por um ou mais pastor, envolvendo uma ou várias comunidades.

diferentes períodos do ano, não existem datas preestabelecidas no calendário religioso, mas são estabelecidas a partir de uma agenda de eventos. Durante os eventos, participam pessoas evangélicas e não evangélicas da comunidade, além de convidados de comunidades vizinhas.

No relato de um dos membros, a Igreja representa: “um lugar marcado! Um lugar escolhido por Deus! É o melhor lugar pra agente está com a família e se reunir com os irmãos (...)”⁹. Tal expressão atribui o significado e a importância dada às formas religiosas por parte dos fiéis.

No que tange a perspectiva da religião no Assentamento, cristãos católicos e evangélicos conformam uma dimensão importante da cultura local e, mais especificamente, estabelecida pela religiosidade. Sobre a religião Jean-Paul Willaime (2012) argumenta:

[...] se trata de uma ação social, manifestada em comunidade. Para caracterizar mais precisamente tal ação social, podemos dizer que ela consiste em uma comunicação simbólica regular por meio de ritos e crenças. [...] Uma religião se manifesta por meio de um culto, ou seja, de um dispositivo ritual e simbólico que reúne, diversa mais regularmente, atores que, por sua vez, estabelecem relações de formas variadas a esse dispositivo (WILLAIME, 2012, p. 195).

Nesse campo da religiosidade se encontram no Assentamento, dois principais grupos: cristãos católicos e cristãos evangélicos. Onde se vê pela pesquisa que, se constituem como “ação social manifestada em comunidade” (WILLAIME, 2012). De modo que estabelecem práticas, representações e relações que escapam a proposta desse trabalho, mas, que, nesse ponto são brevemente apresentadas sobre alguns aspectos e a fim de entender as relações constituídas no assentamento Jacaré.

Um olhar para a articulação associativa no PA Jacaré a partir da APPRGJ

Quando os agricultores camponeses tomaram posse da terra precisaram aprimorar as formas de luta para conquista dos ideais inerentes ao bem estar social das famílias. Diante das dificuldades advindas, como já mencionadas, houve a necessidade de se construir alternativas, capazes de solucionar os problemas que recaíam sobre o Assentamento.

Como mencionado o Assentamento estabelece formas de se organizar socialmente constituindo relações que refletem em práticas como o mutirão, a troca de dia para fazer a roça

⁹ Fragmentos contidos no vídeo “Formação histórico-cultural do P.A Jacaré”, produzido, durante a V Pesquisa Socioeducacional de março a junho de 2014.

e construir os espaços comunitários como igreja, escola, campo de futebol, por exemplo. Estabeleceu articulações para a escolha do primeiro representante da comunidade e vivencia experiências em torno das práticas dos grupos religiosos presentes na comunidade.

Nesse ponto do trabalho procura-se discutir e trazer mais especificamente as relações e experiências estabelecidas em torno da Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Periferia da Gleba Jacaré – APPRGJ. O objetivo é apresentar e discutir de que maneira essa forma organizativa é forjada pelos agentes sociais no interior do Assentamento. Consiste em entender a organicidade da comunidade e em que circunstâncias e razões levaram a criação da Associação.

Em 2011 a presidente da Associação, em exercício, declarou que a entidade foi criada em 1994 e sobre isso relata: “a Associação teve o primeiro presidente, que foi o Chico Maximiano, junto com outras pessoas da chapa dele, aí formou a diretoria” (LOPES, 2011). Para essa entrevistada a associação constituía “uma peça principal”, na organização do Assentamento. E, como prossegue a dizer foi “Através da associação, agente passou a trabalhar tudo através de documento” (LOPES, 2011).

A data de criação da APPRGJ coincide com a discussão de Dvandro de Oliveira (2005) de que no período de 1994 entre 1995 foi criado um grande número de associações na região sudeste do Pará. E atribui este fenômeno à efervescência da luta dos agricultores por reforma agrária e pelo crédito agrícola.

No caso da associação do PA Jacaré, foi criada sete anos após a formação do Assentamento e no contexto de lutas por melhoria sociais na comunidade. O assentado eleito para exercer o primeiro mandato de presidente comenta sobre a sua participação e de outros companheiros no tramite de criação da APPRGJ da seguinte maneira:

Aí nós criamos a Associação! Nós fomos uma turma daqui, (...) e lá em Itupiranga nós conversamos com um camarada, o ex-prefeito João Brasil. Conversei com ele lá, e pedir pra ele me orientar como fazia uma associação, porque ele foi uma pessoa que incentivou muito a criação de associação, antes dele sair do governo. Aí tinha o Itamar, que era o secretário dele, que morava ali no Cametaúzinho, ai ele pediu pro Itamar criar o estatuto, mas nós tinha que fazer a comissão, aí nós criamos. Eu, o compadre Zé, o Berimbau, a Dora, o Manoel da Dora, o Manoel dos Passos. Fizemos a comissão lá, ai ele ficou fazendo o estatuto. Aí com quinze ou foi vinte dias, eu fui lá novamente, aí já estava com ele quase todo pronto, com trinta dias ele me entregou o estatuto da associação (ABREU, 2015).

Estes relatos aludem para as experiências sociais que permitem recuperar aspectos importantes da trajetória dos assentados mobilizado na criação da associação, bem como, das

articulações que protagonizaram, buscando apoio nas questões formais estatutárias que não faziam parte de seus domínios do saber.

Para o primeiro presidente, Francisco de Abreu, a principal finalidade para criação da APPRGJ era representar os interesses dos agricultores e lutar por melhores condições de vida no Assentamento. Assim, buscaram estabelecer parcerias com outras instituições como o STTR e FETAGRI – Regional Sudeste, dentre outras entidades.

A primeira diretoria, composta por oito pessoas, eram todas assentadas no P.A Jacaré. Segundo relatos a partir de então começaram encaminhar as reivindicações. Entretanto, a dinâmica da representação formal já exigia outra dinâmica para conduzir as demandas. Assim que Francisco Abreu diz: “tudo por meio de ofício”. E desse modo, argumenta que encontraram muitas dificuldades, devido a limitação na leitura. Assim que, passaram a contar com ajuda de pessoas externa ao assentamento para redigir os documentos.

Os agricultores reconhecem que neste período alcançaram conquistas importantes através da Associação. Francisco Abreu (2011) menciona que “quando veio a estrada a associação teve que assinar um laudo, quando veio as casas teve que assinar junto, os projetos de FNO e PRONAF¹⁰”. Além desses, em diferentes momentos tiveram alguns apoio e financiamento de um projetos pelos quais Olávio Evangelista da Silva afirma: “nós trouxemos usina, trouxemos carro (dois caminhões) e ganhamos um barco” (SILVA, 2011).

Figura 11: Casa beneficiadora de arroz da associação APPRGJ do PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

¹⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Os anos de 1995 a 1999 demarca uma época de grande efervescência dos projetos no Assentamento. Através do Banco da Amazônia (BASA) houve em específico um financiamento que foi destinado à aquisição de beneficiadora de arroz, de dois caminhões da marca GMC, a construção de uma garagem para guardar os caminhões. Além de um galpão destinado a ser a sede da Associação. Antes dessa construção as reuniões da APPRGJ aconteciam na escola. Portanto, após a construção passaram a ter um espaço próprio para se reunirem.

Em novembro de 1995 os agricultores acessaram o primeiro crédito rural, advindo do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO-Especial), o fomento, o projeto de construção das casas para os assentados. Ademais, mediante a mobilização e sob a pressão dos agricultores em 1998 o INCRA liberou o recurso para abertura de estradas e para a construção de um posto de Saúde, período que a comunidade foi incluída no Programa Saúde da Família (PSF) do governo federal.

Na perspectiva dos assentados as conquistas advindas a partir da atuação da APPRGJ contribuíram com mudanças significativas no modo de vida local, ao proporcionar uma melhoria na infraestrutura do Assentamento.

Antes, toda produção de arroz e milho era vendida para compradores de fora, por preços muito baixos. As necessidades obrigavam os agricultores vender quase toda produção na folha¹¹, comprometendo muitas vezes a parte da produção destinada ao consumo e a manutenção da família. Com a beneficiadora de arroz no Assentamento, os agricultores passaram a vender o excedente da produção para própria Associação. Segundo eles, por um preço mais justo, do que vendiam para atravessadores anteriormente.

Os agricultores relembram deste período como um tempo de prosperidade. Após a abertura da estrada a APPRGJ, começou comercializar o arroz na cidade de Marabá e em outras cidades vizinhas. O caminhão de maior capacidade fazia o transporte do arroz, enquanto o menor fazia o transporte da produção de leite e de passageiros do Assentamento para Nova Ipixuna.

Este período se estabelece uma nova geografia na relação dos assentados com a cidade. Se antes o deslocamento era feito a maior parte pelo rio para chegar em Itupiranga. Passaram a fazer por via de estrada e só que agora o antigo povoado de Nova Ipixuna já se constitui em município desmembrado de Itupiranga.

¹¹ Pagamento do valor da saca do arroz antes do período da colheita. Nesse caso, o preço era muito inferior comparado ao valor da saca após a colheita.

Em consideração aos financiamentos e projetos, apesar da importância que tiveram, em longo prazo, trouxeram consequências negativas para a entidade. Na avaliação dos agricultores a falta de experiências na gestão dos projetos e, os juros aplicados pelo banco, levou ao endividamento da Associação. Assim, para a quitação da dívida os assentados precisaram vender os caminhões, a usina, o depósito e toda área a particulares, restando apenas o galpão, sede da entidade.

De acordo a avaliação dos agricultores as práticas desenvolvidas pela Associação ao longo de sua atuação não teve o mesmo destaque em todos os mandatos por cada gestão. Houve períodos que as lideranças não se manifestavam com a mesma força que exercia em outros momentos.

Em 2011 a APPRGJ contava com um número de sessenta associados. Mas, pressupõe-se que este número tenha sido maior no ápice da organização. Alexandrina Lopes (2011) reconhece que nos últimos anos os sócios têm diminuído o interesse em participarem das decisões que envolvem o Assentamento. Assim relata:

Hoje não tem mais aquele interesse de antes. Talvez por já tá todo mundo situado nos seus lotes. Eu sei que muitos já se beneficiaram, mas ainda tem muita coisa pra gente conseguir pra cá! Era bom se todos tivessem um esforço maior (LOPES, 2011).

Nos últimos anos a falta de motivação dos sócios tem dificultado a organização da categoria em torno da associação. Desde 2011 nem um deles se disponibilizou a fazer parte da gestão da associação. Assim, sem que haja eleição para a formação de uma nova diretoria, afetou a funcionalidade da APPRGJ. Desse modo, em consequência de tais problemas enfrentados pela entidade, o encaminhamento das demandas da categoria vem acontecendo por via do STTR de Nova Ipixuna.

Contudo, mesmo com a atuação limitada da APPRGJ há entre os agricultores pessoas que têm demonstrado preocupação com os problemas que perpassam o Assentamento. E têm se mobilizado para cobrar dos órgãos públicos uma melhor atenção às famílias que vivem no Assentamento.

Em junho de 2015, o agricultor Afonso Pinto de Oliveira Neto, em nome dos assentados do P.A Jacaré junto o assentamento e Centenário e a comunidade Boca do Praiaalta encaminharam um ofício ao secretário de agricultura do município de Nova Ipixuna reivindicando apoio nas condições para produção de alimentos agrícolas. E que alguns dos fragmentos argumentavam nos seguintes termos:

...Nós agricultores das comunidades Gleba Jacaré, Centenário e Boca do Praia, abraçamos a causa do pronunciamento do secretário de agricultura para o desenvolvimento e implementação do plano de agricultura familiar do município de Nova Ipixuna. Para atender as necessidades dos agricultores como também para suprir as necessidades do município.

E, ainda, segundo o documento:

Visando o desenvolvimento e a sustentabilidade das famílias envolvidas, afim de maiores variedades de alimentos produzidos em nossa região, suprimo também a necessidades do comércio local e da merenda escolar.

Conforme pude presenciar por ocasião de uma reunião no Assentamento, após o recebimento do documento, com 53 assinaturas, o secretário de agricultura convocou os agricultores para uma reunião no dia 07 de Julho de 2015. Conforme o registro em Ata, a reunião teve uma participação expressiva de agricultores do Assentamento e de comunidades vizinhas, juntamente com e os representantes da comunidade, Alexandrina Alves, Afonso Pinto, Chico Maximiano e Raimundo Paizinho. E estiveram presentes representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura Familiar, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Assessoria e Planejamento de Projetos Agropecuários (GR), Departamento Jurídico, Poder Legislativo¹².

Figura 12 e 13: Assembleia realizada entre assentados e representantes públicos



Fonte: Pesquisa de Campo foto concedida pela professora Juliene Sousa, 2015

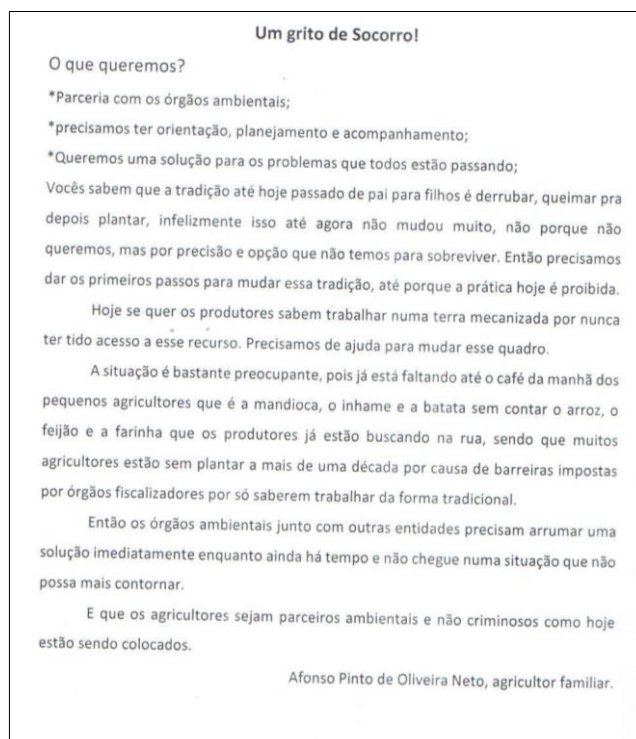
¹² Informações contidas na Ata registrada durante a reunião realizada no dia 07 de julho de 2016.

Segundo o agricultor Afonso Pinto, responsável pela mobilização da categoria, a reunião foi motivada pelas difíceis condições que estão enfrentando na produção de alimentos agrícolas na região. Inconformado com a situação ele argumentou: “quando você olha para os quatro cantos e, ver a sua dificuldade e do seu vizinho, dá desespero! Dá vontade de fazer alguma coisa!” (NETO, 2011).

Dentre as questões de pautadas na reunião e que alude para os problemas enfrentados para produzir por parte dos agricultores. Tais como o licenciamento ambiental exigido pela SEMA para os agricultores mediante a realização dos serviços a roça, açude, entre outros. Também reivindicaram a atuação das empresas de assistência técnicas terceirizadas e da EMATER e serviço de gradeamento de terra por parte da prefeitura.

A reunião foi aberta mediante a leitura de um documento, em forma de panfleto que instavam para os problemas e suas demandas dos agricultores.

Figura 14: Documento com as reivindicações assinaladas pelos assentados



Fonte: Arquivo pessoal da professora da comunidade, Juliene Sousa

Observa-se nas reivindicações impressas nesse documento, que o agricultor reconhece que precisa mudar a cultura de corte e queima para outras formas de trabalhar a terra, mas reclama da falta de suporte dos órgãos públicos e das exigências feita pelos mesmos órgãos aos

agricultores, o que tem afetado a oferta de alimentos na mesa das famílias como “a macaxeira, o inhame, o arroz, o feijão e a farinha”. Alimentos considerados por eles como indispensáveis.

Boa parte das discussões na reunião, se deram em torno da questão do licenciamento ambiental exigido pela SEMA. Pois os agricultores não se conformam com as medidas impostas e questionam que para fazer um hectare de roça ou até mesmo para limpeza de pasto é preciso pagar uma licença. Para os agricultores, estas medidas são criadas como empecilho para não “ajudar o povo” e uma forma de penalizar o trabalhador através da aplicação de multas. Além de coloca-los como criminosos ambientais.

O conteúdo contido no documento revela um comportamento político dos camponeses do Assentamento, à medida que cobram das autoridades, soluções imediatas para os problemas por eles vividos. Na concepção de Delma Pessanha Neves (2009, p.11) é assim que se constitui o camponês, como uma “categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos”.

Nesse sentido percebe-se que a reivindicação dos agricultores não significa uma preocupação puramente econômica, mas, sobretudo, uma forma de afirmação da identidade camponesa. E, de maneira que suas “formas organizativas, favoreçam a vinculação das identidades coletivas e dos sujeitos como participantes de um movimento social que luta por terra, reforma agrária e, conseqüentemente, por uma produção do e no campo com base na agricultura familiar”¹³.

Território e práticas produtivas na relação com a terra e recursos naturais

Ao analisar a trajetória do P.A Jacaré, busca-se compreender a relação dos agricultores com este território em que se encontra o Assentamento, assinalando para as práticas e relações com a terra. Passa, portanto, por apresentar os modos de uso do território, dos recursos naturais e da terra por parte dos agentes sociais ao longo dos anos.

Assim, o sentido de território abordado neste trabalho não se limita apenas a dimensão de unidade espacial, “mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse *espaço* que chamamos de *território*, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência” (FERNANDES, 2012, p. 146).

¹³ Carta aos Educadores e às Educadoras do Projovem Campo – Saberes da Terra. Caderno 3, Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas, 2010, p. 17.

Para Pau Little (2002) “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”. Segundo ele, “para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado” (LITTLE, 2002, p. 3).

É a partir desta perspectiva que busco direcionar o olhar para a experiência vivida pelos assentados no P.A Jacaré. Um território que vem se constituindo historicamente mediante a atuação desses agentes sociais que passam a produzir as suas condições de existência no lugar, constituindo suas práticas econômicas, criando as condições materiais, mas também simbólicas.

Considera-se que embora o Assentamento Jacaré se engendre num processo formal em decorrência da legalização da terra pelo órgão de reforma agrária. Incluso, instituindo um recorte na base física submetida a legislação fundiária que definiu os lotes no Assentamento, as relações dos agentes sociais passam a produzir suas relações no território a partir das suas chegadas, unindo-se, num propósito e, a medida que resolveram reivindicar a acesso à terra por vias da criação do assento em 1986.

O que consiste numa situação nova no território onde se instalou o PA Jacaré. Pois a região do médio Tocantins era considerada, por exemplo, território do povo indígena Gavião (FERRAZ). Conforme discussões anteriores também constituía área de antigos castanhais público e também privados, onde incidiu a exploração desse recurso destinado ao mercado nacional e internacional (EMMI, 1987; VELHO, 2013). Ademais que, com o tempo, também foram se transformando em lugares de roças e de fazendas orientadas para a produção pecuária. Em situação que o território passava a ser submetido a apropriação fundiária e ao controle de particulares, através de aforamento e, seguidamente, por vendas. Assim, a conquista da terra do PA Jacaré se engendra nessa base física e no quadro de situações e relações produzidas nesse território.

No quadro dessas relações no território é possível olhar para as práticas que passaram a ser instituídas pelos assentados, a partir 1987, e estabelece um tempo e certa modificação na lógica de uso da terra e dos recursos naturais deste território. Portanto, no que tange a relação dos agentes sociais com a terra como uma dimensão importante na vida do agricultor e como símbolo de sua existência. Pois dela dependem para se reproduzir social e culturalmente.

Os agentes sociais que se estabeleceram no PA Jacaré trouxeram consigo um acúmulo de experiências na prática do cultivo da terra. De maneira que, logo que receberam terra começaram a colocar as primeiras roças e “produzia arroz, banana, muita mandioca, milho e

feijão” (SILVA, 2011). Como também se dedicavam a criação de pequenos animais como galinha, pato, porco, entre outros.

Nessa época, além de cultivos agrícolas e criação de pequenos animais os agricultores também usufruíam dos recursos naturais que já se achavam disponíveis no território, como a castanha, o cupuaçu e açaí. Dentre os frutos nativos disponíveis, a castanha e o cupu eram aproveitados tanto para o consumo, como também, eram comercializados. E também realizavam a caça e a pesca, incluso no rio Mamédio e Praia Alta, este último que se encontrava boa parte na área que ficou pertencente ao fazendeiro, após a criação do PA Jacaré.

Quando a utilização desses recursos pelas unidades familiares e os saberes mobilizados nesses usos e para a dieta alimentar, incluíam, por exemplo, a castanha que era destinada para o preparo do leite para o mingau ou ser consumido com farinha de mandioca. Também utilizada no preparo de caça, no suco de cupuaçu, ou simplesmente consumiam a amêndoa. Além do açaí que também era empregado na dieta alimentar das famílias. E quanto os recursos obtidos pela caça e importante fonte de alimento para os assentados, pode registrar animais como paca, tatu, jabuti, porco do mato e o veado mateiro, entre outros.

No caso da castanha, também foi bastante comercializada pelos assentados. Um deles afirma que “quando chegaram os pequenos produtores, esse pedacinho de terra aqui, que nem esse meu e de outros, também se beneficiou [com a castanha], nós aqui vamos supor, eu vendia pra um, outro vendia pra outro, um vendia dez [hectolitro], outro vendia quinze, outro dava vinte, cada lote, dependendo da área” (ABREU, 2015).

Durante a pesquisa na medida em que ouvia os relatos, sobre os primeiros anos no assentamento e do uso dos recursos do território, isso, suscitava em mim lembranças bastante interessantes. E que de certa forma reconstituíam imagens vívidas acerca da grande quantidade de castanheiras que existia no momento que minha família chegou ao Assentamento. Época que ainda era possível contemplar árvores enormes e de copas frondosas, distribuídas em meio à floresta. Sendo aquelas que se encontram mais agrupadas e outras mais esparsas.

No período da safra era possível observar, em baixo das castanheiras, os ouriços misturados as folhas secas. Depois do período de queda dos primeiros frutos era tempo de fazer a cata e juntar em um local afastado das castanheiras, para evitar o trânsito em baixo das árvores e os frutos que ainda faltava cair. Em seguida cortávamos os ouriços com um terçado, para retirar as amêndoas e pôr em sacos ou em paneiros feito de cipó timbó, utilizado para fazer o carregamento até em casa, onde havia um paiol feito de ripas de açaí para estocar a produção.

Ademais, nessa prática se eram escolhidos horários mais propícios e se evitava os dias muito chuvosos e conciliava com outras atividades, como o plantio e a capina da roça.

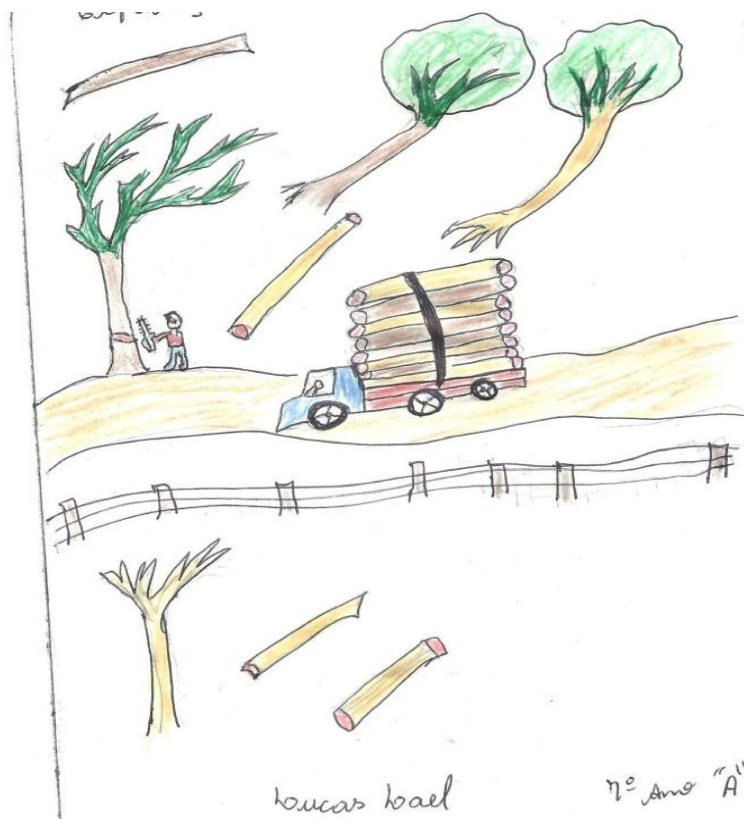
Ainda na infância acompanhava meu pai no processo de coleta da castanha. O trabalho era organizado de acordo com o tempo da unidade familiar. Isto é, diferente do regime de patrão, como no tempo dos grandes castanhais privados e para os quais aponta Marília Emmi (1987), a “exploração não tinha limite”.

Nesse período, nos anos 1990, também já ocorria de comerciantes, na figura do atravessador, se dirigir ao Assentamento e ali efetuar a compra da produção da castanha. O transporte da castanha continuou sendo feito de animal até o rio Tocantins de onde era transportada em barcos para Itupiranga ou Marabá. Depois da abertura dos “arrastões”, um tipo de estrada rústica, feita a trator na mata pelas firmas madeireiras, estes possibilitaram alternativa. Isto é, a entrada de caminhões através dos quais se passou a fazer o escoamento da produção da castanha. Entretanto, essa rota só podia ser feita no período do verão e, sendo intrafegável no inverno, quando se estocava a castanha ou se utilizava o transporte de barco.

Entretanto, o extrativismo da castanha tendeu a enfraquecer, pois passou a haver um maior interesse na extração madeireira. A instalação das firmas madeireiras em Nova Ipixuna levou a procura por madeira de lei e, seguidamente, levou a exploração das castanheiras. O que transformou pouco a pouco a paisagem exuberante dos castanhais. De maneira que, hoje, é bem mais difícil encontrar as castanheiras nativas que foram bastante presente na área do Assentamento.

Dentre as firmas madeireiras mais conhecidas pelos agricultores como as que mais contribuíram em grande parte com a redução drástica das castanheiras estão às das famílias Zibetti, Laurindo e Aguilar Tedesco. É possível sugerir que as madeireiras instaladas na cidade de Nova Ipixuna se valeram em boa parte, das difíceis condições pelas quais passavam os agricultores, incluso a questão de infraestrutura no Assentamento ou a fim de se manterem, se viam obrigados a venderem a madeira a preços ínfimos.

Figura 15: Desenho sobre a atuação de madeireiras no PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

As poucas castanheiras que escaparam a esse processo de extração madeireira, como se observa na imagem acima, aos poucos iam sendo atingidas pelas áreas de roça. Embora, o agricultor a conservasse em pé com algumas árvores ao redor, não demorava para que parassem de produzir. Dessa forma, verifica-se as modificações na área do PA Jacaré e na própria paisagem e, ainda, nas relações no território em que está inserido o Assentamento. Transformações a resultam não apenas da ação dos agentes internos, mas também, da interferência de agentes externos.

É possível argumentar que na economia do Assentamento tanto o extrativismo da castanha como da madeira se caracterizavam como atividades complementares e, desenvolvidas, sobretudo, a madeira, até por volta do ano 2000, no caso, do extrativismo da castanha, aconteceu até por volta do ano 1998.

Entretanto, a principal atividade produtiva praticada pelos agricultores era agrícola, e tinha maior peso o cultivo do arroz. Em termos produtivos, ao se remeterem aos anos iniciais no Assentamento um dos assentados relata: “eu me lembro que nós botamos uma roça assim

que nós chegamos aqui. A minha deu noventa sacos de arroz e a do meu pai deu mais de cem sacos! Só nós dois produzimos mais de duzentos sacos!” (LEITE, 2011).

A informação acima combinada de outras falas sugere que a até cerca há de dez anos da criação do Assentamento este foi um tempo de fartura na produção agrícola. Entre os produtos agrícolas de maior produção estava o arroz. Este representava um importante item da alimentação das famílias. E, além disso, era comercializado e permitia adquirir gêneros como o açúcar, óleo, sabão, roupas, entre outros.

Figura 16: Cultivos de roças de arroz no Assentamento Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Na prática agrícola a técnica utilizada no manejo da terra era a cultura de corte e queima. Com a limpeza por coivara, plantio, tratos culturais dos cultivos e, seguidamente do pousio. Quando depois da colheita deixavam área do lote descansar durante quatro a cinco anos, para novamente utiliza-la. Entretanto, segundo os agricultores, após duas ou três roças, na mesma área, o rendimento da produção reduzia muito.

Esta forma de trabalho foi marcante, sobretudo, até por volta de 1995, período que os agricultores tiveram acesso ao crédito rural. Fato que, de certo modo, produziu uma situação

nova para o Assentamento e isso em boa parte ou muito por força das políticas de crédito disponibilizadas para os assentamentos da região. O que será mais bem desenvolvido adiante.

Portanto, estas situações observadas aludem para as práticas e relações elaboradas pelo uso dos recursos naturais e instituídas no território de que faz parte a dinâmica do P.A Jacaré.

O PA Jacaré e a implementação dos projetos agrícolas e voltados a criação de gado

Neste tópico passaremos, mais especificamente, a analisar a alguns aspectos das políticas públicas voltadas para o assentamento Jacaré através de projetos de financiamentos para a agricultura. Ademais, de que maneira essas políticas contribuem para implementar uma dinâmica com certas modificações nas práticas anteriores. Assim, tratar da política de crédito e suas possíveis influências nas relações socioprodutivas e os impactos no modo de relacionamento com a terra no Assentamento. Sugerindo também para transformações socioambientais na área.

Ao consultar as cédulas rurais, que são os contratos estabelecidos entre o banco e o agricultor, observa-se que em 1995 os agricultores conseguiram acessar o primeiro crédito rural, através da linha de crédito do FNO-Especial e, seguidamente, do PROCERA.

Segundo Oliveira (2005) é com a elaboração do FNO-Especial, durante o calendário agrícola de 1994/1995, que inicia a “maior discussão sobre o crédito para a agricultura familiar na região sudeste do Pará” (OLIVEIRA, 2005, p. 46). Todavia, o autor reitera que até 1999 não havia uma participação dos agricultores nas discussões e deliberações acerca dos projetos que poderiam ser financiados e a que a atividade se dedicar.

Assim, que neste momento o crédito disponibilizado para os agricultores do PA Jacaré constituía uma parcela do financiamento destinada à compra de gado, arame e ferramenta como enxada, cavadeira, pá, facão, machado, martelo, ente outros. A segunda parcela veio destinada ao plantio de cupuaçu e banana. Segundo os agricultores, também receberam o “fomento” que consistia em um crédito destinado a compra de alimentos. Além, do financiamento para construção de casas.

Segundo informações de representante da APPRGJ, para que se tivesse direito a esse tipo de crédito agrícola, o critério exigido era constar na Relação de Beneficiário (RB) da reforma agrária. Nesse período cerca de 70 agricultores do PA Jacaré, conseguiram acessar o FNO-Especial.

Estudos indicam que o total do recurso financiado por essa linha de crédito, não era o mesmo para todos os agricultores. Os critérios adotados pelo agente financiador, banco do BASA, estabelecia uma classificação das atividades financiáveis agrupadas sob a nomeação de módulos, no caso, módulo 1, 2, 3, 4. O valor a ser recebido pelo agricultor dependia de qual ele se encaixasse, segundo essa definição estabelecida pelos agentes externos envolvidos no financiamento (OLIVEIRA, 2005, p. 46). No caso do PA Jacaré os agricultores confirmam que foram classificados e enquadrados em quatro módulos diferentes. E que o valor máximo registrado na cédula rural foi de R\$ 9.500 00.

Desse modo, mesmo reconhecendo a importância dos projetos para a melhoria de vida das famílias no Assentamento, muitos agricultores questionam a forma que eles foram implementados. A maior parte das críticas apontadas nestes projetos é referente à imposição do banco. E que ademais, indicava onde e com quem o beneficiário deveria adquirir seus produtos. Também atribuem falha na política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Os tipos de plantio definidos a partir de fora, pelo o agente financiador. Além dos juros elevados sobre o valor do financiamento.

O fato destes projetos seguirem um formato definido pelo banco restringia, de certa forma, a autonomia dos agricultores. Por exemplo, ao determinar onde e com quem seriam adquiridos os produtos, inviabilizava a possibilidade dos agricultores comprarem os produtos por um menor preço. Uma vez que favoreceu o abuso por parte daqueles que vendiam, principalmente, o gado e as mudas de cupuaçu e banana, colocando preços acima do praticado.

O assentado Olávio da Silva ainda hoje se mostra indignado com a questão e argumenta:

...eu num sei por que eles mandaram umas mudas lá do inferno e lascaram no rabo do povo, porque aqui é a terra do cupu! Não precisa nem de adubo pra produzir! O Pará é a terra do cupu! E outra, eles mandaram uma coisa muito fora do rumo, porque você vai levar pra vender, não vende! Se você tiver vinte pés de cupu, ainda perde. Imagine se todo mundo tivesse mil ou dois mil pés de cupu? (SILVA, 2011).

Assim, questiona o fato da compra das mudas terem sido trazidas de tão longe, e que ademais, poderiam ter sido produzidas as mudas no próprio Assentamento. Além disso, alerta para a compra desnecessária de fertilizantes químicos, que comprado em demasiado não foi utilizado, sendo desperdiçados. O que só serviu para aumentar a dívida dos agricultores junto ao banco, ressaltou Olávio da Silva (2011).

Agricultores que adquiriram o projeto para o plantio de cupuaçu ou banana reclamam dos prejuízos, desde a fase inicial. Como não havia estrada na época, eles tiveram que buscar as mudas “a pé ou na costa de cavalo ou burro na Vila Planalto” a uma distância de 12 km do Assentamento. O que comprometeu a qualidade das mudas ou mesmo a perda, em alguns casos. Enquanto que os agricultores que chegaram a produzir o cupuaçu e a banana contam que tiveram de enfrentar dificuldades para comercializar a produção. E quando vendiam, isto se dava a preços muito baixos.

Com relação os projetos financiados tanto para o gado como para plantios, a presidente da APPRGJ critica a falha na orientação técnica e reclama que “no início a EMATER ainda veio aqui, trouxe algumas pessoas para orientar sobre o gado e alguns plantios. Aí, depois veio a COOPSERVIÇO¹⁴, mas também não atuou” a ponto de deixar os agricultores satisfeitos (LOPES, 2011).

Conforme o depoimento acima é importante demarcar dois momentos distintos no serviço de ATER na região sudeste do Pará. Considerando os estudos de Oliveira (2005) até 1997 o serviço era prestado exclusivamente pela EMATER. O que mudou, com a implantação do Projeto Lumiar e a criação das prestadoras de serviço a partir de 1997. Segundo o autor o Projeto Lumiar “foi um modelo de assistência técnica criada para atender os agricultores familiares nos assentamentos” (INCRA, 1997, citado por OLIVEIRA, 2005, p. 12).

No PA Jacaré as prestadoras de assistência técnica só começaram atuar a partir do ano 2000, com a Cooperativa de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS) que atuou até o ano de 2012. Depois substituída, pela Assessoria e Planejamento de Projetos Agropecuários (GR) que atua até hoje no Assentamento.

Mas desde os tempos da EMATER até hoje as queixas dos agricultores referente à assistência técnica permanecem as mesmas, como enfatiza o senhor Afonso Pinto Neto: “a assistência técnica hoje não existe! E as empresas, hoje você sabe, estão mais nos assentamentos, mais para o consumo de dinheiro. [...] trabalhar mesmo é muito pouco!” (NETO, 2015).

O agricultor Afonso Pinto Neto (2015) ainda apresenta sobre a dificuldades com a assistência técnica nos seguintes termos:

...os técnicos que estão vindo pra cá, são tudo técnico formado a pouco tempo. Não tem uma vivência na parte mais extensiva da agricultura, não tem o conhecimento na parte da agricultura. Até eles sentem dificuldade pra trabalhar. Quando chega no assentamento as pessoas procura as coisas, eles

¹⁴ Cooperativa de Prestação de Serviços.

não sabem dizer. Formado a pouco tempo né? E as formações hoje, pelo modo que eu vejo [...], é mais na parte de estudo, na prática mesmo, num existe mais. O agricultor tá mais sabendo do que os próprios técnicos. (NETO, 2015).

Junto a isto, somam-se outros fatores, os agricultores apontaram que a estrutura ofertada pelo INCRA não favorece o trabalho dos técnicos. E que incluso, já ouviram reclamações de técnicos que trabalham com seus salários atrasados, devido a demora no repasse do recurso às empresas que prestam este tipo de serviço.

Outra crítica feita ao FNO-Especial, pelos agricultores, é referente aos juros cobrados sobre o valor das parcelas. E que este fato levou alguns agricultores a inadimplência por não conseguir pagar o financiamento. E boa parte deles, só conseguiu quitar a dívida, porque segundo Alexandrina Lopes presidente da APPRGJ, esta associação “junto com o Sindicato renegociaram as dívidas com o banco, que deu um desconto, assim, muitos conseguiram pagar” (LOPES, 2011), com o tempo.

Mas há casos de agricultores que mesmo com a renegociação não conseguiram se livrar da dívida. Outros tiveram que vender o lote para não serem incluídos na lista dos inadimplentes do banco. Situação semelhante ocorreu em muitos assentamentos da região, onde Oliveira (2005) constatou um alto índice de inadimplência gerada por esta linha de crédito do FNO-Especial.

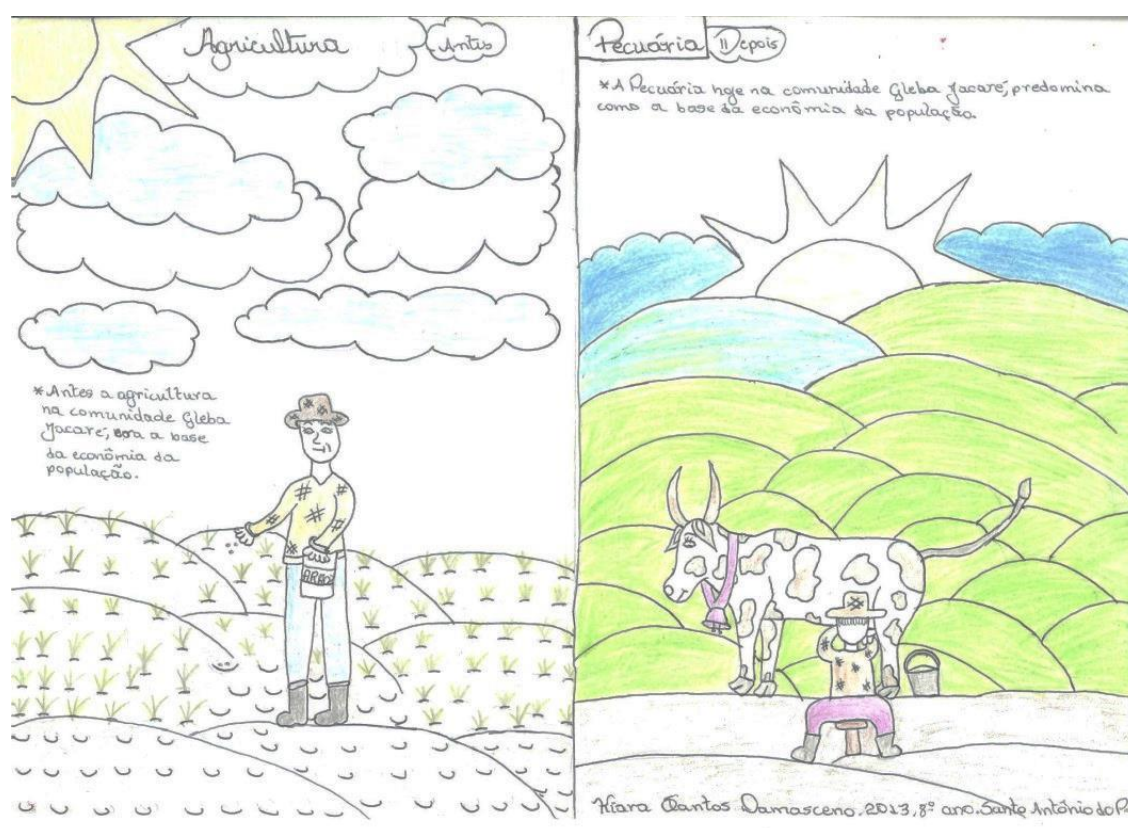
Na avaliação dos agricultores, o financiamento aplicado a compra do gado foi o que teve melhor desempenho. Isto, porque acreditam que é:

O gado que segura a peteca daqueles “projetos” que não tem rendimento. O único que tem rendimento é o gado, se tirar pro arroz é pouca coisa, não dá rendimento, se tirar pro curral, pra cerca não dá rendimento, e o que vai pagar tudo aquilo ali é o gado (ABREU, 2015).

É possível inferir que a preferência dos agricultores pela cultura do gado se deveu ao fato de que, dentre as atividades financiáveis essa modalidade reunia maior recurso para a realização do projeto. Essa modalidade encontrou uma recepção também, mediante a região já contar com a instalação de frigorífero e laticínios, o que fomentou o comércio do gado de corte e da produção de leite. Por outro lado, a implementação de projetos voltados para plantios dispunha de menor recurso e esbarraram em questão da assistência técnica, com inviabilidade econômica dos cultivos ou dificuldades na comercialização. Ademais, a desconsideração da experiência dos agricultores em vários momentos desde a elaboração dos projetos leva a que tiveram influência para as dificuldades ou fracasso.

Com o insucesso dos plantios muitos dos agricultores buscaram orientar-se para a criação do gado. De maneira que em um período curto de tempo a pecuária passou a assumir o lugar da principal atividade e também a alterar profundamente não só a paisagem do PA Jacaré, mas influenciando na dinâmica da vida local. E de modo que, os principais impactos da pecuária podem ser observados a partir da reorganização dos sistemas produtivos locais, nas formas de trabalho e no crescimento das áreas desmatadas no PA Jacaré.

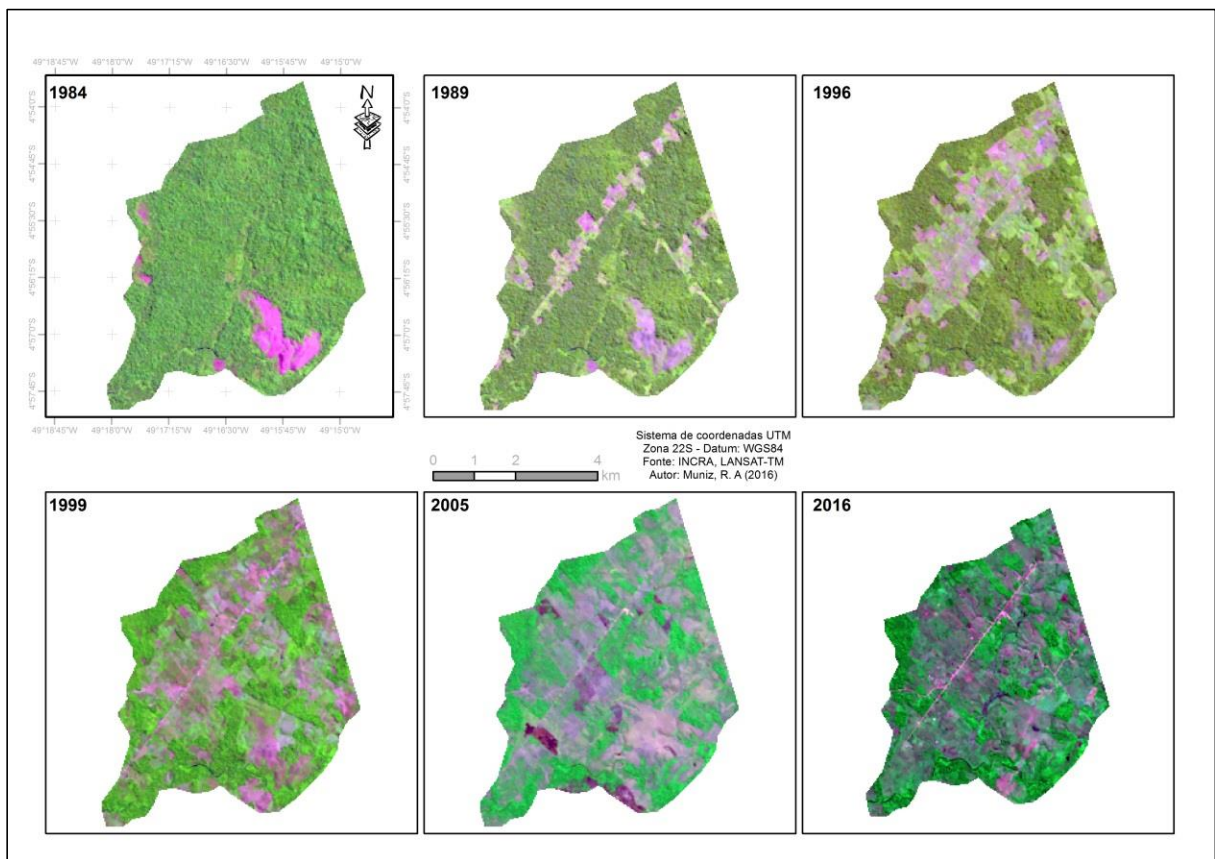
Figura 17: Desenho sobre as práticas produtivas – agricultura e pecuária no PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Com a expectativa de projetos voltados para a compra de gado a lógica do trabalho no Assentamento foi alterada. Empolgados com a cultura do gado, quando o agricultor fazia a primeira roça já plantava junto com o arroz e o milho, também o capim. Com isso modificava a relação com a terra de cultivos, feita no momento anterior quando o agricultor cultivava a roça e, em seguida deixava a área em repouso durante quatro a cinco anos, para formar capoeira e aproveitava a terra para outras roças. É possível sugerir que a mudança na organização do trabalho que aumentou rapidamente. E também, para a proporção da área desmatada e, incluso da mata ciliar em lugares que passaram a dá lugar às áreas de pastagem voltadas para a criação de gado bovino.

Figura 18: Mapa com imagens do PA Jacaré entre 1984 a 2016

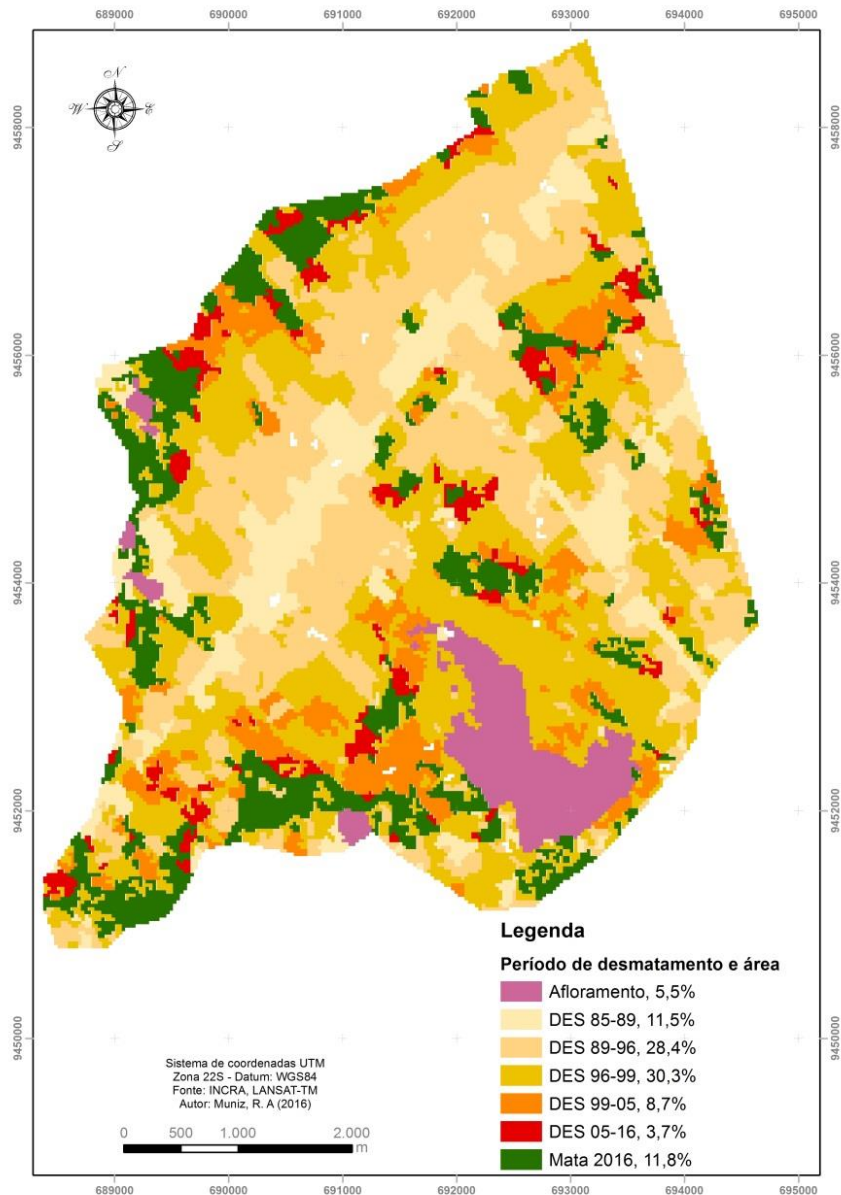


Fonte: MUNIZ. R. A., 2016

O mapa apresenta imagens do PA Jacaré entre 1984 e 2016 é trazida no interesse visualizar a área mediante as questões analisadas em diferentes momentos desse trabalho. E de um modo geral, com um olhar para a trajetória histórica do PA Jacaré e sua dinâmica social. E mais, especificamente, considerando as práticas produtivas e as relações com a terra e os recursos naturais, o mapa sugere para o processo de mudança que pode ser mais bem entendido mediante as situações já analisadas. E, mais proximamente em relação aos projetos agrícolas implantados no assentamento Jacaré.

A primeira imagem do mapa acima é referente ao ano de 1984, onde a cor rosa representa uma massa rochosa provavelmente decorrente de processo natural. A figura de seguinte de 1989 coincide com os primeiros dois anos do Assentamento. E as figuras relativas a 1996 e 1999 coincidem com o período de implementação dos projetos financiados pelo FNO-Especial. Bem como, um período marcado pela exploração madeireira no P.A Jacaré.

Figura 19: Mapa do P.A Jacaré e, períodos e índices de desmatamento



Fonte: MUNIZ, R. A. 2016

Entre os anos de 1989 e 1996 percebe-se que houve uma significativa modificação na paisagem. Constitui um período de 7 anos, em que se teve um índice de desmatamento de 28,4 %, como no mapa acima. Já para os anos subsequentes, entre 1996 e 1999, e um período de três anos atinge 30,3 %. Assim, os três anos que seguem da inserção da cultura do gado nas práticas produtivas dos agricultores é marcado por diminuição da cobertura vegetal.

Sugere-se que a política de crédito efetivada no Assentamento, contribuiu significativamente com as mudanças nas práticas produtivas e no meio ambiente. Sem orientação adequada, os agricultores desmatavam a área para o pasto e que podia ainda atingir

os locais de nascentes e matas ciliares dos córregos. E atualmente, conforme se ouviu dos relatos, pode estar interferindo, nos últimos anos, na disponibilidade de água no lote dos agricultores. Pois, muitos já reclamam da escassez deste recurso.

Com a política de financiamento impõe-se um novo padrão de valorização da terra culminando num ideal de “terra feita”, isso, no dizer dos assentados. E que consiste, na terra cercada e toda empastada, com isso, o valor da terra não é mais calculado por conter áreas preservadas e boas para o cultivo agrícola, mas, sobretudo, se a terra dispuser de boas cercas e pastagens abundantes. Nesse sentido, o crédito foi mais do que um simples financiamento, em tese, representou a construção de uma mentalidade que convergiu para a pecuarização do Assentamento. E que, possivelmente, se engendra numa concepção disseminada no bojo da lógica econômica dominante e dos próprios agentes financiadores e das instituições agrárias.

Entre o período 1996 a 1999 ocorrem transformações significativas nas práticas e na vida local. Pois, até por volta do ano de 2005 os agricultores conseguiram conciliar a criação de gado com os cultivos de arroz, milho, mandioca e feijão, mas aos poucos, a pecuária se torna a atividade produtiva de maior destaque no Assentamento, e poucos agricultores realizavam a produção agrícola.

O agricultor Olávio da Silva admite que desde o ano de 2005, aproximadamente, as pessoas passaram a viver como diz: “as custas do leite e do bezerro”. E sugere que houve uma inversão na relação de comércio voltada ao sustento familiar. Pois, se antes os agricultores abasteciam o comércio da região de arroz, milho, farinha, feijão e outros alimentos produzidos no próprio lote, agora, passaram a depender da “venda do leite e do bezerro”, para “comprar o rancho na cidade” (SILVA, 2001). Ao refletir sobre a questão José G. Leite enfatiza:

...naquele tempo ninguém tinha gado aqui! Então, agente não está produzindo a plantação, mas, hoje todos têm sua vaquinha [...]. Hoje, aqui, por dia, deve estar saindo para Ipixuna, uns cinco mil litros de leite, e sai bastante gado, por mês, saem duas, três carretas cheias! (LEITE, 2011).

De acordo a avaliação feita pelos agricultores acerca destas mudanças, percebe-se, que não há um consenso entre eles. Para muitos, as mudanças foram positivas, outros veem como negativa. Um deles, ao analisar a questão de forma positiva, diz:

Porque o gado hoje é dinheiro na mão! Por exemplo, a pessoa adoece de repente, qualquer comprador desse aí compra o gado na hora! Pode ser bezerro, vaca, boi tudo é bom pra vender. E no caso do arroz, você bota uma roça, gasta muito, e quando vai vender a produção não tira nem o que gastou. O custo com o gado é menor e é melhor para o mercado (LEITE, 2011).

Do que pode ser observado nos últimos anos, tem aumentado, consideravelmente, a preferência pelo bezerro macho de até 300 kg e pela vaca gorda, direcionada para abastecer os açougues, sobretudo, os grandes frigoríficos da região.

Já para o agricultor Francisco, a mudança nas relações produtivas, gerou “um déficit muito grande” na produção agrícola. “Porque a vinte anos atrás, você tinha fartura pra todo quanto é lado, banana, porco, galinha, era arroz, milho, feijão... E hoje, nós estamos numa situação difícil, as terras estão cansadas, hoje só dá se fizer recuperação de solo” (ABREU, 2015).

Ao mesmo tempo, ele atribui o aumento da pastagem, como sendo, um dos maiores impactos ambientais no Assentamento. Segundo ele, “quando você trabalha com agricultura não abrange tanto a devastação, é um patamar diferente. Mas, como hoje você tem a pastagem, abrange demais a devastação!” (ABREU, 2015).

Pelo que se apontou a implementação das políticas de financiamento no assentamento Jacaré reúne diferentes elementos que, sem dúvida merecem melhor aprofundamento. E que são bastante pertinentes para entender a trajetória do Assentamento e suas dinâmicas. As situações indicadas sugerem para relações socioprodutivas e para mudanças socioambientais na área.

PA Jacaré e alternativas: práticas socioprodutivas

Considerado os apontamentos acima e as questões que sugerem para práticas sociais e produtivas do PA Jacaré, bem como, da relação as políticas de crédito, as situações de exploração dos recursos naturais e com o uso da terra, este tópico do trabalho busca situar algumas experiências como contraponto e que sugerem algumas alterações nas práticas socioprodutivas e a concepção sobre estas.

A partir de 2013, os agricultores têm sinalizado uma preocupação em diversificar a produção familiar. E isto é, mesmo diante das dificuldades que se interpõe, o agricultor Afonso Pinto Neto declarou que, inicialmente “começou mexendo com o leite” e pretende continuar, mas, já está “modificando” seu sistema de produção.

Pois, durante visita ao lote do agricultor Afonso Pinto Neto, observa-se que ele tem se dedicada em criar alternativas de produção diversificada. Além de “uma rocinha de mandioca e banana”, ele reiterou: “hoje eu já mexo com meus porcos, peixe e galinha [...]. Só que agora

eu quero fazer mais umas ampliações, pra ver se a gente tem mais um resultado”. E mencionou que almeja “fazer um galpão para criação de porco e outro pra criar galinha”. (NETO, 2015).

Figura 20 e 21: Cultivos e criações apresentados por Afonso Pinto Neto.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Figura 22 e 23: Criação de gado e de peixe apresentados por Afonso Pinto Neto



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Experiência semelhante a que mencionou Afonso Pinto Neto, é também observada no lote do agricultor Joel, que mesmo trabalhando com a criação de gado, vem demonstrando cada vez mais interesse em atividades voltadas a diversificar as práticas produtivas. Incluindo cultivos de hortaliça, como alface, couve e cheiro verde; cultivos de mandioca, café, cupuaçu e melancia; criação de peixe, galinha e porco.

Figura 24 e 25: As práticas produtivas apresentadas por Joel Santos Correia



Fonte: Pesquisa de campo a partir de atividade com Projovem Campo – Saberes da Terra, 2016.

O registro das imagens acima, ocorreram durante visita ao lote do agricultor Joel, com estudantes do Projovem Campo – Saberes da Terra e, se trata, de uma atividade de pesquisa de campo realizada a partir da escola da comunidade. Naquela ocasião, o agricultor acompanhado de seu filho José mostrava-se otimista com as atividade desenvolvida pela a família. Porém, o agricultor, não economizou críticas aos representantes políticos do município, pela falta de interesse em contribuir com os agricultores, e foi enfático em dizer que “só se lembram dos agricultores, quando estão em cima dos palanques no tempo de eleição” (CORREIA, 2015).

Outro exemplo que pode ser destacado é da assentada Maria Avanir, que informou que a pecuária já não representa mais a principal atividade econômica praticada por sua família. Mas, sim, a produção diversificada de cultivos agrícolas, como “quiabo, abóbora, jiló, macaxeira, melancia, pimenta, tanja, pepino, pupunha, mamão, laranja, cheiro verde, alface, couve, repolho e feijão” (LIMA, 2016).

Figura 26 e 27: Maria Avanir apresenta as práticas de cultivos desenvolvidos pela família



Fonte: Pesquisa de campo a partir de atividade com Projovem Campo – Saberes da Terra, 2016

Ao discorrer sobre as experiências desenvolvidas no lote da família, dona Avanir relatou que, devido o tamanho do lote não oferecer condições para a criação de muito gado, optaram em diminuir o rebanho e adotar outras práticas. Segundo ela, a prioridade da produção de alimento é o consumo da família, mais admite que a maior parte do que produzem é comercializado na “Feira do Agricultor em Nova Ipixuna” (LIMA, 2016).

Com relação a perspectiva destes agricultores, percebe-se, que ambos pretendem aperfeiçoar cada vez mais a capacidade de produção, seja na prática de cultivos agrícolas, seja na criação de pequenos animais. A preocupação por parte destes agentes sociais, em construir outras alternativas de vida, reforça uma característica primordial da Agricultura Familiar, praticada em várias regiões do país.

De acordo Pessanha (2012), o termo Agricultura Familiar “apresenta-se como categoria analítica, segundo significados construídos no campo acadêmico” e como termo de “mobilização política” que permite diferenciar de outras modalidades da agricultura, como, por exemplo, a “agricultura patronal” ou comercial. Oficialmente, segundo a autora, o termo refere-se aos “usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996” (PESSANHA, 2012, p. 34).

No que diz respeito aos agricultores do P.A Jacaré, poucos deles conseguiram o financiamento por esta linha de crédito. Muitos contam já ter requerido o PRONAF “A” por duas ou três vezes, através das prestadoras de assistências técnica, que elaboram o projeto para o banco analisar. Porém, ainda não obtiveram sucesso e, reclamam da burocracia para aprovação dos projetos. Já as pessoas que adquiriram o financiamento avaliam que é a melhor alternativa de crédito rural para o agricultor familiar, principalmente, pelo prazo de carência e pelo desconto no pagamento das parcelas.

Portanto, e como se observa as experiências dos agricultores e agricultoras no PA Jacaré apontam para um momento importante e que remete a concepções sobre as práticas produtivas, a relação com a terra e com o meio ambiente. E que de certa forma, tem entusiasmado outros agricultores. Nesse sentido, a criação de alternativas de produção pelas famílias se coloca como uma reinvenção das condições de vida no Assentamento.

Isso leva a uma retomada do mapa acima com as várias imagens do P.A Jacaré e onde as figuras apresentadas dos anos de 2005 e de 2016 são bastante significativas para uma comparação e sugere para alguma mudança na paisagem e que possivelmente guarda relação com o quadro das situações e práticas no assentamento Jacaré.

É nesta perspectiva que os agricultores vêm atuando historicamente sobre este território, reproduzindo suas condições de vida e construindo novas formas de territorialidades no P A Jacaré ao longo dos anos e no presente.

CAPITULO III

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A HISTÓRIA DA COMUNIDADE EM PROCESSOS PEDAGÓGICOS



História da comunidade em processos pedagógicos

Neste capítulo busca-se discutir acerca da Educação do Campo e a história da comunidade em processos pedagógicos.

Este ponto, discute a importância da história da comunidade para os processos pedagógicos. E a questão da luta pelo acesso à educação no Assentamento. Em seguida, trata da trajetória da escola da comunidade. Passa por uma discussão acerca da concepção de educação que se estabeleceu na escola do Assentamento. E pontuando a relação entre a concepção de escola rural e de Educação do Campo, e dos próprios processos na consolidação dessa última perspectiva. Também, procura articular experiências do processo formativo no curso de licenciatura em Educação do Campo, e com este processo, tem levado a importantes contribuições em experiência pedagógica e que coloca a trajetória da comunidade como foco de reflexão.

Primeiramente, este trabalho tem como chão de aprendizagem a minha própria vivência escolar e que se dá marcadamente na escola do Assentamento Jacaré. Pois, constitui meu percurso escolar a partir de 1990 como estudante da Alfabetização até o ensino médio. Lá, também passei a atuar como educador, em 2010, desenvolvendo minhas atividades no último segmento do ensino fundamental. A minha vivência formativa teve continuidade com o ingresso na universidade em 2011, no curso de Educação do Campo, e que permitiu realizar as atividades do processo formativo na escola em que estudei e que atuo ainda hoje como educador.

Portanto, essas experiências guardam relevância e apoiam em vários pontos as discussões deste trabalho. E, sem assumir uma perspectiva individualizada, encontra respaldo na memória coletiva dos agentes sociais com que dialogo nesta parte do trabalho. E que corroboraram com as interpretações das experiências históricas relativas às práticas pedagógicas e a educação na escola do PA Jacaré.

Nesse aspecto considera-se que a trajetória histórica da comunidade tem um valor precioso para o âmbito escolar. Pois, no caso do PA Jacaré, a própria escola, como não poderia deixar de ser, se encontra no bojo das ações dos agentes sociais na luta pela terra e constituição do Assentamento.

Uma das questões que marca a trajetória histórica do Assentamento é a luta pela posse da terra. E por sua vez, se percebe que a luta pela terra se imbrica com a luta por cidadania. Assim que, a luta dos agricultores não se esgotava na luta por terra, mas estava permeada pela conquista de outros direitos sociais básicos como, a educação.

Para Maria do Socorro Silva (2006, p. 9) “a luta por educação se vincula com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo”. Na concepção de Miguel Arroyo (2006) “o direito à educação é inseparável, está emaranhada com a pluralidade de direitos humanos: o direito à terra, à vida, à cultura, à identidade, à alimentação, à moradia, etc.” (ARROYO, 2006, p. 106).

Isto faz com que a educação escolar no Assentamento, constitua uma demanda e espaço resultado do processo de luta dos agricultores. Eles entendem que a luta pela escola significou uma estratégia para assegurar o direito à permanência das famílias na terra. Ao refletir sobre isto, um dos membros do assentamento considerou que, se caso “não tivesse essa escola aqui, com toda essa trajetória, com toda essa luta, de correr atrás do 1º ano, 2º ano, 3º ano, 5º ano, ensino médio, eu tenho em minha mente que não tinha 2% ou 1% da população que tem aqui dentro!” (ABREU, 2015).

É nesse sentido que a trajetória histórica do PA Jacaré se coloca com um conteúdo importante na formação social, cultural e política dos estudantes nos processos pedagógicos da escola, em que se tenha a realidade como elemento importante à prática educativa. A escola do campo, nesse sentido, não deve servir apenas como um espaço de transmissão dos conhecimentos socialmente construídos por um segmento exclusivo da sociedade, mas deve, sobretudo, servir como um espaço de reafirmação da identidade camponesa e um espaço de socialização das experiências constituidoras dos seus sujeitos.

A partir destes argumentos, passo a delinear o contexto de mobilização dos agricultores pelo acesso à escola. Considerada neste trajeto, como uma pauta prioritária de reivindicação e, hoje, símbolo da ocupação histórica do território, uma vez que, constitui um dos espaços sociais mais significativos do Assentamento.

Da escola de taipa ao prédio atual

A criação e chegada das famílias para o Assentamento, em 1987, com um número significativo de crianças e jovens sem frequentar a escola, gerou uma demanda e, por conseguinte, a mobilização dos agricultores, a fim de, efetivar o direito a educação de seus filhos.

No momento inicial, com a escolha do representante Francisco L. de Abreu, a comunidade começou pressionar a prefeitura de Itupiranga. Mas, de acordo com o dito representante, quando solicitou a construção da escola do Assentamento, a resposta do prefeito

foi de: “que não tinha cabimento uma escola no meio do mato”. Assim que, com muita insistência junto ao prefeito, o mesmo “garantiu que não dava para construir a escola, mas, pagaria uma professora para lecionar as aulas”, como argumenta José Gomes Leite (2011).

Segundo os primeiros membros da comunidade, a conquista da escola se deu por meio de reivindicações realizadas por meio de reuniões e a elaboração de documentos de abaixo-assinados, por parte da comunidade junto ao poder local, na época, direcionado à prefeitura de Itupiranga. Assim, em 1988 teve início a primeira turma, mas que, sem ter a escola propriamente, funcionou no pequeno no espaço da Igreja Católica. Da qual se disse anteriormente, foi construída assim que as famílias chegaram no PA Jacaré. Conforme relatos de memória, as professoras que assumiram naquele momento foram: Maria Lima de Abreu, Eunice Reis e, em seguida se deu a chegada da professora Marilda Carvalho.

De acordo com depoimentos dos assentados, a primeira escola do Assentamento foi construída em 1990. Mas, sem o apoio do poder público, quanto a infraestrutura, ela foi construída através de mutirão pelos próprios membros do Assentamento.

Figura 28: Estudantes em frente à primeira escola construída no PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de campo, 2011, arquivo concedido por Antônio Gomes Leite

É importante chamar atenção que neste período foram construídas duas escolas no Assentamento. Uma localizada na área da Vila e outra na Vicinal dos Maribondo. Em que a professora Soneide Duarte Pereira é mencionada como a primeira professora e, mais tarde

substituída pela professora Vera Lúcia. Esta escola, atendeu estudantes da alfabetização a 4ª série do ensino fundamental até 2001, quando foi realizado o primeiro concurso público no município. E, a partir de, uma reorganização na oferta do ensino se considerou que havia poucos estudantes, e que, foram então remanejados para a escola da Vila do PA Jacaré.

O espaço da primeira escola construída na Vila do Assentamento era de taipa, cobertura de cavacos de madeira, de piso batido e sem portas. Segundo relatos “os assentos eram feitos de toras de madeira serrada e as mesas com pedaços de açazeiro” (ABREU, 2014). De acordo com Francisco Abreu foi por essa época que a escola recebeu o nome de Santo Antônio do Praiaalta, este, por sugestão de um agricultor devoto de Santo Antônio.

Naquele momento inicial, o ensino ofertado era alfabetização e a 1ª série da educação básica. Os recursos didáticos utilizados para as aulas eram bastante limitados. A professora contava apenas com um livro, giz e um pequeno quadro negro, onde escrevia o conteúdo de cada matéria ensinada. Sobre esse aspecto, ao compartilhar sobre a sua experiência na docência, a professora Maria L. de Abreu, que foi a primeira professora, comentou que, na época, por vezes tirava do seu próprio bolso “para comprar cadernos e lápis para os alunos”. Isto, “porque o município não dava material nenhum e muitos pais não tinham condição de comprar” (M.L.ABREU, 2014)¹⁵. E, com a ampliação da oferta, incluindo a 2ª e 4ª série, em modalidade multisseriada, em 1992, a professora Marilda Carvalho foi escolhida pela comunidade para contribuir na educação dos filhos dos agricultores.

E, entre os anos de 1996 e 1997, dado a pressão da comunidade junto ao poder público, por fim, foi construído outra escola no Assentamento. E que agora resultava da parceria entre a prefeitura de Nova Ipixuna e a Eletronorte. Assim que a Eletronorte deu as tábuas e telhas Brasilit, usadas e, a prefeitura a mão-de-obra.

¹⁵ Depoimento contido no documentário “A Formação histórico - cultural do P.A Jacaré”. Produzido durante o período de março a junho de 2014, com estudantes do 7º ano do ensino fundamental.

Figura 29: Assentados e a escola construída pela prefeitura e a Eletronorte no PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de campo, 2011, arquivo concedido por Antônio Gomes Leite

A construída de tábua e coberta de telha Brasilite a escola teve as paredes pintadas em branco, com portas e janelas em verde escuro. A esquerda da imagem aparece os fundos da primeira escola. Já as pessoas reunidas na fotografia, trata-se, uma das famílias que participaram da criação do Assentamento. E, ao fundo um grupo de jovens em conversa após a celebração do culto, em uma tarde de domingo. Pois a Igrejinha da comunidade ficava a poucos metros da escola.

Mas, mesmo com a construção desta escola e a oferta até a 4ª série, ainda havia um número significativo de jovens sem estudar. De maneira que os pais reuniram-se e passaram a exigir do poder público municipal a implantação do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série. Entretanto, as séries consecutivas somente foram ofertadas em 1999, através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. E, vinculado a Escola Estadual Maria Irany Rodrigues da Silva de Nova Ipixuna.

Este foi um momento em que teve início o processo de nucleação da escola do Assentamento, isto porque, nas escolas das comunidades do entorno do PA Jacaré não havia oferta do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série. Para tanto, os estudantes eram transportados até a escola do Assentamento, por meio de micro-ônibus oferecido pela prefeitura.

No que concerne ao ensino ofertado, nessa época, se ouvia muitas reclamações por parte dos estudantes. O que se devia ao fato da escola não apresentar condições adequadas com

precária iluminação, gerada por meio de lâmpadas defeituosas e, pelo calor insuportável na sala de aula. Entretanto, apesar da estrutura da escola não favorecer o processo de aprendizagem dos estudantes, as famílias consideram que a oferta foi importante para muitos jovens que haviam concluído a 4ª série e já estavam a bastante tempo sem estudar.

A escola do Assentamento se insere no contexto das lutas do assentamento que com muita dificuldade de acesso, pouco a pouco constitui uma conquista. Embora, também seja ainda muito marcada por situações que aludem para as dificuldades enfrentadas e para desigualdades de direitos, concernente ao acesso à educação em condições de infraestrutura, de qualidade e adequada à realidade do campo.

É nesta perspectiva que Arroyo *et. al.* (2006, p. 32) argumenta que, “a escola do campo traz as marcas fundamentalmente dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades. Essa vergonha da desigualdade baseada nas diferenças sociais, raciais, étnicas, do campo acompanha toda nossa história da construção da escola do campo”.

Do ponto de vista pedagógico, estas desigualdades, principalmente “desigualdades educativas e escolares”, de que fala o autor, e vivida pelos povos do campo, compreende uma questão que, se faz necessário problematizar no próprio processo formativo dos educandos. A medida que pode facilitar o aprendizado e questionamentos acerca dos direitos dos cidadãos, ou mesmo da negação destes direitos.

Conforme argumenta Maria do Socorro (2006) “o aprendizado dos direitos pode ser destacado como uma dimensão educativa fundante para os movimentos sociais que colocaram a escola como um direito dos povos do campo”. E reforça que “os direitos questionam as desigualdades sociais e recolocam o julgamento das questões sociais sob a ótica da igualdade, da diferença e da justiça” (SILVA, 2006, p. 15).

Considerando a premissa apontada pela autora, a noção de direitos se coloca como uma oportunidade para os estudantes confrontarem as desigualdades e construir um pensamento crítico-reflexivo acerca da realidade em que vivem.

No aspecto das desigualdades de acesso à escola pelos sujeitos do campo, no PA Jacaré, por um bom tempo, quando as crianças e jovens concluíam o ensino fundamental, só podiam continuar se fosse para a cidade. Assim, os pais que tinham parentes ou conhecidos na cidade mandavam os filhos para estudar. De modo que, a maioria dos estudantes precisou esperar até que a comunidade fosse atendida com as séries e níveis de ensino. Mas, mediante a essa situação sempre existiu pessoas dispostas a reivindicar direitos que já estavam assegurados em leis, mas, que não teriam sido efetivados sem a pressão e a luta coletiva dos agricultores.

Em 2000, a comunidade foi informada de que o INCRA tinha um projeto para construção de escolas em áreas de assentamentos da reforma agrária. Mas, depois de realizar várias reuniões com a prefeitura de Nova Ipixuna e o próprio INCRA, esbarraram na burocracia estatal e não obtiveram respostas satisfatórias.

Diante desse impasse, a comunidade articulou-se com movimentos sociais do campo como STTR, FETAGRI e com outros assentamentos que também pleiteavam o projeto, como forma de pressionar o INCRA. A luta para conseguir esta escola pautava-se, na demanda de estudantes que tinha na comunidade e região para justificar a necessidade de uma escola com maior estrutura.

O projeto só foi aprovado em 2001, durante a segunda administração municipal, no governo do prefeito José Pereira de Almeida (Zezão). Em conversa informal ele informou que a escola teria vindo através do Projeto Alvorada do governo Federal, na época do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e instituído através do INCRA. Além do PA Jacaré, outros assentamentos no município e em municípios vizinhos como Marabá e Itupiranga foram contemplados com o projeto.

Figura 30: Escola M. E. F Santo Antônio do Praialta, construída através do projeto Alvorada



Fonte: Pesquisa de Campo 2015.

A obra da escola se iniciou em julho de 2002 e inaugurada em maio de 2003. No mesmo ano foi implantada a primeira turma de ensino médio Modular no PA Jacaré que até então não dispunha da oferta desse nível de ensino.

Em 2005 os estudantes com o auxílio dos professores João Alberto Saraiva e Nilson Paz, se organizaram e criaram o Grêmio Livre Estudantil da Escola Santo Antônio do Praialta (GLESAP). E com o intuito de representar formalmente os estudantes, participar das decisões da escola e reivindicarem seus direitos, o grêmio atuou dois mandatos, 2005 e 2006. Mas, atualmente encontra-se desativado. Em 2011, os educandos reivindicavam a reativação do mesmo, mas não foi em frente.

Ao relatar sobre os impasses na conquista do ensino escolar no Assentamento, a professora Maria Lima de Abreu, externou:

me sinto muito feliz! Porque a gente morar na zona rural, começar do começo, lá de baixo, e agora tem muitos que já tá ai, terminou o ensino médio, já terminou a faculdade, já tá sendo é professor né? Eu me sinto muito feliz mesmo! (M. L. ABREU, 2014)¹⁶.

O sentimento de orgulho com que os mais velhos falam da escola pode ter ligação, com o processo de lutas empreendido pelos agentes sociais na sua construção.

Contudo, ao se analisar o contexto de reivindicação dos agricultores pelo acesso a escolarização é importante que se atente para a concepção de educação que perpassava na própria luta pela escola. A luta pela escola incluiu um projeto específico de educação? Ou os assentados reivindicavam apenas a escola em seu caráter institucional, concernindo ao modelo oficial?

Tendo em vista, a pertinência destas questões neste trabalho, busca-se refletir acerca de que, concepção de educação, atravessou a construção da escola no Assentamento. Bem como, as implicações e os limites que trouxe para a formação social, cultural e política dos estudantes até hoje. E faz isso, de forma a problematizar a concepção de Educação do Campo que se defende nesse trabalho.

Escola e Educação do Campo

Do que pode ser observado, inicialmente, a luta pela escola no Assentamento não pautou um projeto diferenciado de educação que correspondesse especificamente à realidade

¹⁶ Depoimento contido no vídeo produzido com os estudantes do 7º e 8º ano da escola Santo Antônio do Praialta.

do campo. Nesse sentido, o ensino instituído, baseou-se na concepção de Educação Rural. Contudo, entendo que isto não desqualifica a luta dos trabalhadores pelo direito à educação. E que por certo constitui uma experiência importante como parte da trajetória da comunidade.

Marlene Ribeiro (2012) elabora uma reflexão acerca da Educação Rural e diz que a escola assim caracterizada é aquela que no lugar onde se encontra oferece:

...uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores (Petty, Tombim e Vera, 1981), nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam” (RIBEIRO, 2012, p. 295).

Seguindo este raciocínio sugere-se que a presença da escola no Assentamento, possibilitou o acesso das crianças e jovens à educação. Todavia, não se adequou às questões inerentes a vida dos sujeitos. A autora completa que nesse tipo de escola “apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra” (RIBEIRO, 2012, p. 296).

No caso do PA Jacaré, sugere-se que a falta de um projeto de escola que tivesse maior interação com a realidade e situações da vida das famílias de agricultores, pode ter dificultado o processo de aprendizagem dos estudantes, prejudicou a mobilização dos jovens ao contribuir com a despolitização dos mesmos. Consequentemente, comprometeu o fortalecimento de uma identidade camponesa.

Sugere que, ao estabelecer a escola com base em um viés de ensino urbanocêntrico, fomentou o desejo das crianças e jovens pelo modo de vida da cidade. É certo que os agricultores atribuem a migração de jovens do Assentamento para as periferias das cidades, à falta de oportunidades de trabalho, no entanto, possivelmente, este fenômeno social observado nos últimos anos, também pode ter relação com a concepção dominante de educação e ofertada na comunidade.

João Bosco Pinto, citado por Marlene Ribeiro (2012), aponta que outra característica identificada na educação rural, “é a sua desvinculação da comunidade dos trabalhadores rurais que enviam seus filhos à escola”. (PINTO, citado por RIBEIRO, 2012, p. 296).

Diante disso, a opinião, a cultura e os saberes dos agentes sociais do campo são invalidados e sua participação anulada. E os conhecimentos considerados válidos são aqueles externos a eles. O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso Licenciatura em Educação do Campo (LPEC) problematiza sobre escola rural e expõe:

... ao se instituir pela negação da realidade e cultura em que vivem aqueles a quem ela pretende atender, tal escola acaba funcionando como mecanismo de reprodução da condição de subordinação-subjugação da população camponesa e de seus modos de vida, de uma forma que seus sujeitos são tomados silenciosamente - tanto no contexto da política pública como no texto dos livros escolares - como segmento intelectual e culturalmente inferior, destinado ao ‘trabalho bruto da roça’, por isso não merecedor de tanta preocupação quanto a qualidade dos serviços públicos que lhes são ofertados, em especial a educação (PPP/LPEC, 2012, p. 8).

Nessa perspectiva de educação, Derli Casali (2009, p. 1) enfatiza que a escola não representa um “espaço onde se faz a reflexão sobre a nossa vida. Os estudantes das comunidades camponesas não podem se manifestar como gente, com seus valores, com suas identidades”.

Com a expressiva atuação dos movimentos sociais na região sudeste do Pará, a partir dos anos 1990, principalmente, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), intensificou-se a disputa não apenas por terra e por escola, mas também, por um projeto popular de educação, vinculado com um projeto de sociedade e nação, e que no dizer de Caldart (2008) atende “pelo nome de Educação do Campo”. E, cuja finalidade é a “construção humana” (SILVA, 2006, p. 1).

Considerando Maria do Socorro as grandes conquistas do movimento da Educação do Campo se dá com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 1998. Para a autora o “objetivo geral do PRONERA é fortalecer a educação nos assentamentos estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias específicas para o campo” (SILVA, 2006, 16). E tem como primazia a preocupação de formar membros de comunidades onde serão realizados os projetos.

Nessa perspectiva o PRONERA financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem apoiado desde 1999 diversos “projetos de educação do campo” (PPP/LPEC, 2012, p. 10-11). E, consiste em ações voltadas ao processo formativo no ensino fundamental, médio e em curso de nível superior, promovido a partir da parceria entre agentes sociais e instituições que efetuam suas demandas por políticas públicas e mais especificamente por uma Educação que atenda a realidade do campo e dentro de uma concepção de Educação do Campo.

Dentre as experiências educativas e de formação se encontra o curso de licenciatura em Educação do Campo, criada no Campus Universitário de Marabá da Universidade Federal

do Pará e, hoje na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E segundo projeto pedagógico do curso:

...como resultado da pasceria entre movimentos sociais e universidade a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo funcionando desde 2009 com turmas orientadas pela alternância pedagógica e que se materializa funcionando em períodos letivos intervalares (Janeiro-Fevereiro e Julho-Agosto) na universidade (PPP/LPEC, 2012, p. 14).

Caldart (2008, p. 3) corrobora com a questão de que, “a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. E acrescenta que tratou-se de uma crítica prática, baseada nas

... lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça. (...) a Educação do Campo não nasceu, como uma crítica apenas de denúncia: já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações (CALDART, 2008, p. 4).

Considerando o pensamento da autora, observa-se, que o sentido de educação e de campo pautado pelos movimentos sociais, principais protagonistas da Educação do Campo, contrapõe-se ao significado conferido pelo paradigma da educação rural e fundamenta-se, na leitura crítica da realidade pelos agentes sociais, de maneira que estes possam intervir conscientemente sobre ela.

Entretanto, as discussões sobre a Educação do Campo na escola do Assentamento é recente. Tendo início por volta de 2010, quando professores empolgados com o ingresso em cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, nos Institutos Federais do Pará (IFPA's) e na Universidade Federal do Pará (UFPA/UNIFESSPA) começaram debater o assunto e compartilhar experiências com os demais educadores e estudantes.

As experiências vivenciadas por educadores, nos cursos de Educação do Campo, têm ajudado a repensar os processos pedagógicos e ampliar a concepção acerca da educação na escola, mas, é importante reconhecer que, embora o coletivo de educadores já discutir a questão, ainda há muito a se fazer. Pois até 2016 na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Educacional (SEMUDED) de Nova Ipixuna, não havia um departamento de Educação do Campo, existia apenas um setor responsável pela Educação Rural.

Outro desafio que se coloca, é o fato do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ainda está em processo de construção, deste modo, a prática pedagógica dos educadores, quase

sempre se orienta, com base, na proposta curricular do município. Contudo, observou-se que os profissionais possuem certa autonomia no que tange às metodologias de ensino. E já existem educadores que buscam desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas.

É nesse sentido, que este trabalho problematiza e sugere para o interesse em conhecer a realidade da comunidade e da trajetória histórica do PA Jacaré. E, desse pensar a educação do campo, a considerar a história da comunidade nos processos pedagógicos da escola. É importante que a escola contemple mais esta memória e que os estudantes possam vivenciar, igualmente, a experiência histórica da comunidade e dos agentes sociais nas diferentes experiências constituídas nas suas trajetórias pessoais e da comunidade. Seja, na luta pela terra, ou outra demandas sociais como a luta pela escola, práticas e processos de trabalho e do trabalho produzindo a vida no território, entre outras. Nesse sentido, que estas experiências assim como os aspectos da cultura local e de suas representações também possam ser inserido no currículo da escola da comunidade.

No que diz respeito ao trabalho Casali (2009) ressalta que ao se negar essa dimensão da vida nos processos formativos “as crianças são (des) contextualizadas e extraídas de suas identidades históricas, não afirmadas como partes de um processo de produção e reprodução das condições materiais e subjetivas necessárias para a vida de qualquer comunidade camponesa” (CASALI, 2009, p. 03).

Miguel Arroyo (2006, p. 111) afirma que os cursos de “Pedagogia da Terra assume que a terra e o território é uma matriz formadora”. E nos provoca, “como enxertar a pedagogia escolar nessa matriz?”. Nesse sentido, considera-se importante que a pedagogia da escola do Assentamento, como escola do campo, leve em conta essa matriz. O autor também argumenta que: “a teoria pedagógica deve ter como foco, como se forma o ser humano (...) e tem que estar enxertada onde estão acontecendo os processos de formação” (ARROYO, 2006, p. 115).

Com base neste princípio, implica dizer que, uma escola que nega a memória, os sentimentos, as formas de construção de conhecimentos, os valores é uma escola que não produz consciência, portanto, é uma escola ameaçada a desaparecer.

Percurso formativo na Educação do Campo: uma reflexão sobre o lugar do educando

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, turma 2011, é a terceira turma de ingresso na UFPA/UNIFESSPA. E se diferencia de outros cursos ofertados pela universidade, por apresentar certas especificidades. Isto é, no sentido de ser direcionado, sobretudo, aos

sujeitos do campo, seja, para filhos de assentados, acampados em áreas da Reforma Agrária, indígenas, quilombolas que vivem na região.

Como filho de agricultor, aprendi desde cedo a cultivar a terra e ajudar tirar dela o sustento da família. Mas, durante muito tempo, vi o modo de vida no campo com um olhar depreciativo, devido as difíceis situações vivenciadas desde que chegamos ao Assentamento em abril de 1989.

Imerso nessa dinâmica, pude participar direta e indiretamente das lutas pelo o ensino escolar no Assentamento, uma vez que, era um dos membros da comunidade para os quais incidia a demanda pela educação. Todavia, tive uma trajetória escolar, marcada por interdições pelo caminho, devido a negação e a ineficiência da política pública de educação para as populações do campo.

Ao concluir uma etapa de estudo já vinha junto à preocupação de quanto tempo ficaria sem estudar. E, fazendo uma soma deste tempo, totalizam quatro anos fora da escola, dois anos do primário para o ensino fundamental e dois do fundamental para o ensino médio. Mas, ao retomar os estudos a esperança era a mesma da maioria dos meus colegas de classe, concluir o ensino médio para conseguir, como se dizia: “um bom emprego” na cidade. Porque não conseguia ver a realidade de forma crítica, acerca do lugar do campo, muito mais, por via do que era concebido sobre o campo. Concepção ainda muito recorrente no pensamento de parte dos estudantes de hoje. Em alguns momentos, reforçado na própria formação escolar. Conforme esclarece os estudos de Derli Casali (2009):

A escola ao se afirmar como um instrumento de poder das elites, das relações modernas, passa a olhar para o campo, para o modo de vida dos camponeses, como sentimentos atrasados, como não convenientes, ultrapassados, que escapam às demandas do mundo moderno. Desde os anos trinta, Monteiro Lobato nos legitimou no sentido de que ser gente do campo, ser camponês, significa ser atrasado, estar fora do mundo. Daí o estudar para deixar de ser camponês, de ser jeca, para sair da roça e servir aos interesses dos ditos urbanizados, das elites (CASALI, 2009, p. 03).

Com base nesta visão estigmatizada do campo, observa-se que este sentimento de aversão ao próprio modo de vida e de lidar com a vida no campo pode ser interiorizado pelos próprios sujeitos e reproduzido nas suas práticas cotidianas.

Apesar de conviver desde os seis anos de idade no Assentamento com minha família, acreditava que a melhor solução era a saída para os centros urbanos. Assim, não me atentava para as principais questões inerentes a valorização e reconhecimento da identidade de agricultor

e acerca da legitimidade das lutas sociais. Bem como, não conseguia me perceber como um agente de transformação política e com atuação na própria comunidade.

Somente com a minha inserção no curso de Educação do Campo é que pude melhor entender a importância da vida no campo. O que me ajudou a desenvolver um olhar crítico do contexto onde estou inserido. Isto foi uma das grandes contribuições que o curso trouxe para alargar minha visão acerca da realidade em que vivencio.

Ao partir da própria história de vida dos educandos, o curso possibilita refletir sobre as singularidades de cada sujeito, seu envolvimento nas redes de relações coletivas firmadas em comunidade e o seu papel enquanto produtor de conhecimento. Esta reflexão autobiográfica permite recuperar aspectos relevantes da vida cotidiana. Tal reflexão possibilita os sujeitos pensarem sobre as suas próprias ações no mundo, perspectiva que considero importante na minha formação.

A organização do curso baseada no princípio da alternância pedagógica proporcionou um contato mais estreito com a realidade do Assentamento. Pois as leituras e as discussões feitas no Tempo Espaço Universidade (T. E. U) estimulou o exercício das pesquisas realizadas no Tempo Espaço Localidade (T. E. L). O curso ao articular “o processo de formação dos educandos integrado rigorosamente o ensino, a pesquisa e a extensão” (PPP/LPEC, 2012, p. 53), favoreceu a interação e a compreensão das principais problemáticas que envolvem o campo. Isto é, ao proporcionar uma leitura crítica referente às lutas dos agentes sociais, dos saberes e dos conhecimentos que lhe são próprios.

Assim, a pesquisa Socioeducacional realizada no processo formativo da educação do campo possibilitou o conhecimento sobre a realidade local atento para a história da comunidade, enquanto aspecto importante na formação humana. E, ajudou a superar a noção restrita que tinha a respeito da educação na própria atuação como professor da escola do Assentamento. E, isto é, ao permitir adotar perspectivas e ferramentas metodológicas que valorizassem a vida dos agentes sociais do campo. Vale ressaltar, que a integração do ensino, pesquisa e extensão aumentam a possibilidade dos educandos intervirem na realidade e se coloca como um diferencial na transformação das escolas do campo.

A formação nesse sentido, não parte apenas da instrumentalização e da aplicação práticas de conteúdo, mas do confronto dos conhecimentos construídos historicamente com os saberes e conhecimentos que os agentes sociais constroem em interação uns com os outros e “mediatizados pelo mundo”, pois, é dessa forma que os homens e mulheres se educam, como disse Paulo Freire (1982, p. 79).

Assim, não foi difícil perceber a relevâncias do curso, tanto por ter sido construído para contemplar os sujeitos que possuem vínculos mais estreito com o campo, como por trazer no cerne do projeto educacional uma preocupação com a emancipação dos sujeitos em uma perspectiva transformadora (FREIRE, 1982).

Neste percurso pude vivenciar significativas experiências pedagógicas, tanto como educando quanto como educador, incluindo para além da pesquisa pedagógica a experiência com a produção de material didático-pedagógico, na escola, com estudantes que vivem no PA Jacaré e nos assentamentos situados em seu entorno. Tais experiências tem sugerido caminhos possíveis no trabalho pedagógico da escola do Assentamento. E como será tratado adiante neste trabalho.

Experiências pedagógicas na E. M. E. F Santo Antônio do Praialta

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio do Praialta localiza-se no centro da Vila PA Jacaré. É administrada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Educacional (SEMUDED) de Nova Ipixuna. E atende os níveis que vão desde a educação infantil ao ensino médio. Além disso, oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conforme os dados da pesquisa socioeducacional realizada no processo formativo na Educação do Campo, em 2012, a escola possui 14 turmas em funcionamento. E um total de 24 funcionários e aproximadamente 380 estudantes.

Esta escola caracteriza-se por ser uma escola polo, assim os estudantes são oriundos do PA Jacaré e de oito comunidades do seu entorno. Dentre eles, estudantes do assentamento Agroextrativista (núcleos Maçaranduba I e II, Mamona, Cupu, Tracoá e Vila Belém), Boca do Praialta, Volta Redonda e Centenário.

Além de atender diversas comunidades do seu entorno, a escola polo atende estudantes ribeirinhos, pescadores, extrativistas e agricultores assentados, sugere um componente representativo da diversidade de sujeitos predominantes nas escolas do campo. Este fato foi importante e enriqueceu as experiências pedagógicas em duplo sentido. Ou seja, tanto por meio da minha prática como professor da escola do PA Jacaré, como o meu próprio processo formativo estudante do curso de licenciatura em Educação do Campo. Isto permitiu, diálogos de conhecimentos e experiências, mobilizados, nos diferentes espaços de atuação como educador e educando.

No que tange as experiências pedagógicas desenvolvidas nesta escola durante o período do curso, partiram em primeiro plano das pesquisas socioeducacionais que consistem na investigação da realidade do Assentamento. Em uma abordagem pautada na investigação da dinâmica histórica e das principais problemáticas vivenciadas pela população local.

No curso de Educação do Campo, em dado momento, a pesquisa socioeducacional também associam-se às experiências de estágio-docência. E tendo como propósito a vivência da prática docente no processo formativo, também permite estabelecer estas experiências nas escolas do campo. E, na perspectiva da Educação do Campo, visa fortalecer os processos educativos nas escolas do campo.

E dentre as experiências de pesquisa que se constituíram ao longo do meu percurso formativo no curso, quero destacar, sobretudo, as pesquisas I, II e III pela relevância que têm e mais proximidade com o interesse deste trabalho. E que é, discutir a história da comunidade e sua dinâmica sociocultural. A partir do qual se buscou produzir conhecimentos a serem utilizados como suporte aos processos pedagógicos na escola.

De maneira que, a primeira pesquisa, procurou abordar acerca do contexto histórico do Assentamento, incluindo a trajetória de vida dos assentados, processo da luta pela terra, organização social, exploração dos recursos naturais, relação de produção e manifestações culturais. A segunda, tratou-se de uma investigação acerca das práticas educativas no Assentamento. E envolveu a consulta de dados estatísticos referente à oferta do ensino escolar, a infraestrutura. Bem como, a leitura que os agentes sociais fazem da escola e dos processos pedagógicos.

Tanto a primeira quanto a segunda pesquisa foram importante para que se fizesse o levantamento de informações referente a trajetória histórica deste Assentamento. Todavia, é a partir da terceira pesquisa que busco delinear e detalhar melhor as análises. Pois, tratou-se de uma experiência pedagógica de intervenção realizada na escola e comunidade e, que teve por base os conhecimentos produzidos nas pesquisas I e II.

Portanto, a terceira pesquisa socioeducacional teve como objetivo desenvolver uma atividade junto aos estudantes no tema da trajetória histórica do Assentamento. E com isso problematizar vários aspectos do lugar e das relações protagonizadas pelos agentes sócias.

Tendo esse propósito, e no intuito de estabelecer uma comunicação mais dinâmica mobilizando os conhecimentos produzidos nas pesquisas I e II, buscou-se neste momento dá materialidade a experiência através de uma atividade ou produto que pudesse ser socializado

na comunidade e na universidade. Ou seja, com interesse numa produção didático-pedagógica, como indica o PPP do curso.

A comunicação do conhecimento poderá ser materializada através de diferentes suportes/produtos, tendo como referência os três tipos de produção, abaixo relacionadas, acompanhadas de algumas possibilidades (sugestões): (a) Produções didático-pedagógicas: atlas histórico-cultural; calendário histórico-cultural; cartografia sociocultural; jornal mural; cartazes pedagógicos; caderno ou cartilha didática, dentre outros; (b) Produções artístico-cultural: peça teatral; grafiteagem; peça radiofônica; vídeo/filme; desenho e pintura com exposição artístico-educacional; exposição de fotos e imagens; festival de música; cordel, dentre outros; (c) Produções bibliográficas: jornal na escola; artigo acadêmico-científico, dentre outros (PPP/LPEC, 2012, p. 37).

Com base nestas sugestões e nos objetivos acima elencados, propôs-se um trabalho pedagógico, com duas turmas de 8º e 9º ano do ensino fundamental, nas disciplinas história e geografia. Para tanto, foi desenvolvido um plano de trabalho com orientações do processo de condução. Em que, ao final da atividade os estudantes deveriam reunir as produções e sistematizar num produto final a ser socializado com os agricultores e toda comunidade escolar. O trabalho pedagógico desenvolvido nestas turmas realizou-se no período bimestral, seja de março/abril de 2013.

Inicialmente se apresentou a proposta da atividade a coordenação da escola, onde foi sugerido que a atividade correspondesse à primeira avaliação do ano letivo. No primeiro contato e diálogo com os estudantes expomos a importância de materializar a atividade e elaborar um produto. Quando foram sugeridas diferentes linguagens, como alternativas, a exemplo cordel, poema e desenho.

A atividade envolveu as etapas de: planejamento; apresentação do plano de trabalho para as turmas; seleção de temáticas de leituras para os estudantes. Temas estes definidos em base a leitura dos relatórios das pesquisas socioeducacionais I e II. A leitura desses relatórios suscitou debates sobre a pesquisa histórica da comunidade e as problemáticas vivenciadas pelo PA Jacaré. Também, como estratégia do trabalho e abordagem da temática foi realizada uma oficina de cartografia, que permitiu trazer elementos que melhor caracterizassem e situasse o PA Jacaré e seu entorno.

Portanto, com foco na história da comunidade e a realização da atividade junto aos estudantes da escola do PA Jacaré, estas se desenrolaram constituindo diversos momentos. Nesse processo, foi problematizado junto aos estudantes acerca do contexto histórico do Assentamento. E também, sobre as representações negativas a respeito dos sujeitos que vivem

do campo. Expresso nos estigmas e discursos preconceituosos proferidos na mídia, em livros e outros meios de comunicação. Que assim, tentam descaracterizar suas culturas ao ridicularizar e inferiorizar as pessoas que vivem neste meio.

Durante as discussões em sala de aula, houve relatos dos próprios estudantes de que, por vezes se sentiram constrangidos ao serem indagados acerca do lugar onde viviam. Por isso, demonstravam dificuldades de se reconhecerem enquanto agricultor, pescador, extrativista, por exemplo. E assim, negavam suas origens, os valores, a cultura e a importância das relações cotidianas produzidas no próprio grupo da qual pertencem.

Pensamos nesse sentido, uma ação que sugerisse para outra visão acerca do campo, propiciando, através da atividade com que os estudantes pudessem se reconhecer como sujeitos históricos, capazes de valorizar os saberes, as lutas e as origens de suas famílias.

Propomos na primeira etapa da atividade uma Oficina de Cartografia, onde o objetivo principal consistia no mapeamento do Assentamento e área em torno, seja, dos demais assentamentos ou vilas. Desta forma, os educandos foram orientados a recorrerem aos conhecimentos que já têm do lugar e, quando necessário, buscar informações entre familiares e amigos residentes nestas localidades. Pensamos que assim, os educandos poderiam participar com mais entusiasmo na produção do material referente ao Assentamento *locus* da pesquisa.

Figura 31: Realização da Oficina de Cartografia com estudantes em sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Podemos observar na imagem acima, como se deu a etapa de construção dos mapas. Por onde foi possível observar, como os estudantes se empenharam na atividade. Para o

mapeamento das comunidades os estudantes faziam rascunhos, depois ampliavam em cartolinas, além de outras estratégias utilizadas para produção dos mapas.

Porém, a princípio os estudantes demonstravam certa apreensão com relação à atividade, deixando transparecer certo pessimismo por parte de alguns, ao afirmarem que não conseguiam realizar o trabalho. Contudo, após as primeiras aulas observamos uma maior participação e um bom andamento da atividade em ambas as turmas, assim a atividade foi se tornando muita mais prazerosa.

Isso, nos levou perceber que a partir desse momento os estudantes começaram atribuir um significado e um sentido próprio de suas experiências cotidianas, de algo ligado com a vida e vinculado com a realidade de cada um. Ao término da construção dos mapas, realizou-se a interação entre estudantes das turmas engajadas na atividade, onde os mesmos identificavam os aspectos relevantes representados nos mapas.

Figura 32: Socialização da cartografia dos espaços representativos da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

A Oficina de Cartografia constituiu-se num momento oportuno para os estudantes se situarem e se reconhecerem como parte integrante de suas comunidades, ao abordar questões inerentes às características da realidade dos assentamentos, com destaque para os espaços de sociabilidades, distribuição das residências e aspectos ambientais.

Isto contribuiu com a perspectiva de “não ver o campo somente como um território geográfico, como um espaço físico, mas, acima de tudo, como território humano, cultural, onde

se cultiva valores, gente que pensa a partir de sua realidade, de seus sentimentos” (CASALI, 2009, p. 03).

Figura 33: Mapa do PA Jacaré produzido pelos estudantes durante a Oficina



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Diante do resultado alcançado com este trabalho, observamos que, ao cartografar as comunidades os estudantes “construíam lugares” e formavam “espacialidades cotidianas de seu mundo vivido” como afirma Cavalcanti (1999, p. 130). Por meio do qual, possibilitou a sistematização do conhecimento a partir das experiências que os estudantes já possuem sobre o meio onde estão inseridos. Apoiado nesta reflexão, o trabalho permite romper com o paradigma que coloca os estudantes apenas como consumidores de conhecimentos e não como produtores autônomos.

Feito a caracterização das comunidades pelos estudantes através da oficina de mapa e da sua socialização, passou-se para a etapa de leitura e debate dos subtemas selecionados a partir dos relatórios das pesquisas socioeducacionais I e II. Estes textos serviram como importante subsídio para nortear as discussões a respeito da história da comunidade e das transformações que vem ocorrendo ao longo dos anos.

Dentre os subtemas, constavam: a ocupação e criação do Assentamento; manifestações religiosas; oferta do ensino escolar; criação da Associação; migração e atividades produtivas. Em seguida, distribuídos entre os grupos de trabalho. A partir das discussões promovidas foi sugerido que estas, dessem materialidade a algum tipo de produção. Para que utilizaram por

expressão os desenhos, poemas e cordéis. E que de modo geral, tiveram como foco a trajetória histórica do PA Jacaré.

É importante ressaltar que a produção desse material, seja, desenhos, poemas e cordéis, não ocorreu apenas em sala de aula, parte dele foi produzido como atividade extraclasse. De acordo com relato dos próprios estudantes, é um ambiente que propicia melhor concentração e inspira a criatividade. Nesse movimento alternado, classe/extraclasse, foi onde se deu a construção de todo o material. Contudo, observamos que o encontro em sala de aula constituiu um momento indispensável para orientação, discussão, correção e reescrita dos textos, pintura dos desenhos e confecção de cartazes.

Figura 34: Momento de produção de textos e desenhos pelos estudantes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Pode-se observar na imagem acima, os estudantes desenvolvendo a atividade nos grupos de trabalho. Todavia, é importante frisar que nem todos os estudantes se apropriaram das atividades com o mesmo afinco, mas houve uma efetiva participação da grande maioria. E de certa forma, todos participaram, uns mais outros menos.

Ademais, durante as atividades de produção textual (poemas, cordéis), contamos com o auxílio dos professores de Língua Portuguesa, para correção dos desvios ortográficos presente em alguns textos. Isto nos remete um elemento importante na perspectiva da Educação do Campo, ao permitir um diálogo entre as áreas do conhecimento e não isolar a atividade em um único campo do saber.

Esta cooperação no trabalho pedagógico foi essencial para obtermos um resultado satisfatório. Como ilustra o fragmento de um dos cordéis produzidos durante a atividade, intitulado “A luta pela terra”.

A luta pela terra

Peço toda sua atenção,
Que agora eu vou contar.
Uma grande história,
Que aconteceu no sudeste do Pará.

Era grande a multidão,
Que estava vindo para cá.
Procurando um lugarzinho,
Para logo se abrigar.

O fazendeiro que aqui morava,
Estava a esperar.
Com muita raiva das pessoas,
Queria os amedrontar.

Mais eles eram valentes,
E não iam se atemorizar.
Com as ameaças do fazendeiro,
Que circulava por lá.
[...]
Já no ano de oitenta e sete,
Após tanto enfrentamento.
Depois de um sorteio.
Tiveram contentamento,
Conseguiram ser assentado
No atual Assentamento...

Adão Almeida, Fabrício Silva,
Romário Silva e
Wanderson de França (Estudantes do 9º ano).

Do que pode ser considerado a respeito da experiência pedagógica, uma das questões remete a maneira como os estudantes se apropriaram dos conhecimentos e dos saberes. Mobilizado, a partir de leituras e das pesquisas socioeducacionais I e II, produzidas junto aos agentes sociais da comunidade. Mas, também, a partir dos debates e, sem dúvida, mobilizando suas vivências. E de modo que trazem aspectos relevantes da memória histórica do Assentamento, marcada por diferentes situações, atuações e práticas. Como fica bem representado, tanto nos poemas, cordéis, quanto nos desenhos produzidos.

Os textos e os desenhos produzidos durante a atividade foram, primeiramente, organizados em um portfólio e em seguida digitalizados e escaneados. Diante da falta de um laboratório de informática para os estudantes digitalizar seus próprios textos, contamos a cooperação de outros professores e familiares que contribuíram nesta tarefa. Contudo, no momento da socialização o Caderno ainda estava sendo editado e o produto apresentado foi o portfólio com os originais do material.

Esse material, em seguida, foi organizado e utilizado na confecção do caderno denominado “Reconhecendo as origens camponesas”. E, foi socializado no Tempo Espaço Universidade do curso de Educação do Campo, como material didático-pedagógico produto da Pesquisa socioeducacional III.

Figura 35: Capa do caderno “Reconhecendo as origens camponesas”



Fonte: ARAÚJO, F. O., 2013. Caderno “Reconhecendo as origens camponesas”

O Caderno ficou composto por um total de 25 textos que foram selecionados, abordando acerca da trajetória histórica do Assentamento. E de modo que, atravessa questões relevantes deste percurso. De que é possível dizer, que esta experiência foi importante nos processos pedagógicos, porque proporciona aos estudantes um registro desta memória pautada na realidade. Como expõe o fragmento a seguir.

Sonhos e realidades

Vamos voltar ao passado,
Pela máquina do tempo.
Recordando aos antepassados,
E aos seus ensinamentos.

Recorremos a memórias,
De muitos que aqui viveram.
Antes de tudo chegar,
Estes aqui sofreram.

[...]
Era tempo da lamparina,
Comendo arroz e feijão.
E o resto se ganhava,
Na base do mutirão.

Nesse tempo meu amigo,
Se usava o pilão.
Para limpar o arroz,
O suor descia ao chão.

Se plantava muitos legumes,
Arroz, milho e feijão.
Mandioca e macaxeira,
Muita abóbora e mamão.

Se organizou muitas festas,
Para vila animar.
Muitas quadrilhas em junho,
Para o pessoal dançar...

Daniele Oliveira Chave (Estudante do 8º ano).

Na atividade, o processo de produção do material, para além da intenção de obter um produto final, tinha o objetivo de possibilitar os estudantes vivenciar esta memória. Afim de problematizá-la, com intuito de romper com interpretações negativas acerca da vida cotidiana no campo. Bem como, questionar uma concepção que apresenta os agentes sociais do campo como figuras estereotipadas. Por outro lado, buscou-se perceber o trabalho como princípio educativo e como uma forma de produzir a vida.

Figura 36: Desenho produzido durante a atividade na escola do PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Para desenvolvimento da atividade, foi combinado com os estudantes que, conforme cada grupo produzisse um cordel ou um poema, estes seriam acompanhados de um desenho que aludia para a temática. Desse modo, a imagem anterior, contextualiza e reforça a ideia desenvolvida em um dos cordéis que titula “A luta pela terra”, trazido acima. Esse tema marca bem a história da comunidade, e que apesar de se tratar de uma experiência localizada, não perde de vista o contexto da região. Isto é, bastante, marcado por conflitos fundiários envolvendo a disputa por terra.

Figura 37: Os desenhos apresentando a dimensão do lazer no Assentamento



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Durante a produção dos desenhos, os estudantes demonstraram certa resistência para desenvolver a atividade, olhavam para a própria criação e não conseguiam admirar, atribuindo adjetivos “feito”, “horrível” ou coisa parecida. O que sugere para arquétipo estético expresso por uma visão arraigada de preconceitos e reproduzida no modelo dominante de sociedade. E que repercute nos estudantes como reflexo da concepção hegemônica de educação e, que inibe os estudantes de expressarem seus conhecimentos, principalmente, em outras linguagens. Pervertendo o sentido da palavra educação, que segundo Casali (2009, p. 01) “significa revelar o que está escondido, o que é negado de aparecer, de ser visibilizado, significa fazer a imagem aparecer, o humano se assumir como húmus, como significado que expressa a autonomia do plantar e do colher”. Entretanto, na atividade os estudantes, e mediante as problematizações e todo material produzido. E, sobretudo, olharam o caderno “Reconhecendo as origens camponesas”, e puderam se ver nas fotografias, ver seus desenhos e poemas reproduzidos.

A atividade encerrou no final do mês de abril, entretanto, a socialização realizada na escola e com a presença da comunidade, só aconteceu no dia 04 de junho de 2013. Isso, devido às péssimas condições das estradas, agravadas por conta do período chuvoso. O evento teve início às 15 horas da tarde, e participaram estudantes, professores, direção, servente, vigias, motoristas, assentados, lideranças locais e os pais dos estudantes envolvidos na atividade.

Para socialização da experiência os estudantes também ilustraram alguns dos cordéis e poemas em cartazes. E, confeccionaram painéis com fotografias antigas e atuais dos espaços significativos do Assentamento pra a exposição no evento.

Foi possível observar que estudantes, professores, pessoas da comunidade visitaram o painel de fotografia e, por vezes, se detiveram ali parados atentamente, observando o que foi um dos materiais exibidos na socialização. Notou-se que desde que as pessoas foram chegando à escola, o que mais chamou atenção foi este painel. Enquanto olhavam as imagens, comentavam entre si e, ao que parece expressando, um sentimento de saudade, outros de curiosidade e admiração. Acredita-se que para os primeiros moradores da comunidade as fotografias representaram muito mais do que simples imagens, cada fotografia parecia e estava, pode-se dizer, tecida de significados.

Figura 38: Integrantes da comunidade observam o painel de fotografias do PA Jacaré



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

As imagens exibidas no painel, eram fotografias que tratavam dos primeiros espaços de sociabilidades construídos no Assentamento, de pessoas que foram embora, outros que eram crianças e já estavam adultos, o registro possibilitou perceber o impacto que a imagem pode causar nas pessoas quando estão relacionadas com o contexto de suas vidas. Sugere que, ela suscite nos agentes sociais determinadas sensações, capazes de remeter-nos as mais profundas experiências do nosso existir, ao provocar as lembranças dos eventos que nos acontecem e que estão guardados em nossas memórias.

Enquanto as pessoas aguardavam o início das apresentações fizemos circular as duas pesquisas feitas na comunidade e o portfólio com as produções originais dos estudantes para as pessoas folhearem esses materiais, ao som de músicas regionais.

Antes dos estudantes iniciarem as apresentações, achamos necessário justificar o motivo que levou a realização do projeto, esclarecendo os objetivos principais, além de apontar algumas questões relevantes nas pesquisas realizadas junto aos agricultores. Diante disso, seguiu as apresentações. Para recepcionar os assentados, preparamos uma mesa para acomodá-los. E que tiveram um lugar de destaque.

Figura 39: Os primeiros moradores da comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Na imagem, se ver um grupo de assentados, sendo de certa forma homenageado pelos estudantes durante a socialização da atividade. Isso, a medida que as produções faziam as experiências e incluso alguns nomes de pessoas do Assentamento. Estes assentados formam parte do grupo que participou desde o período de acampamento e que vivenciaram todo o processo de luta para criação e organização deste Assentamento. Nesse sentido, as homenagens sugere uma forma de reconhecimento pela grandeza e importância que tiveram nessa trajetória.

Figura 40: Estudantes recitando os poemas e cordéis produzidos na atividade



Pesquisa de Campo, 2013

O evento contou com a presença com a participação do assentado e cordelista Olávio Evangelista da Silva, que recitou uma narrativa em linguagem de cordel, intitulado “Vida de garimpeiro” com o público presente. O contato com a produção de Olávio ocorreu na primeira pesquisa Socioeducacional. Onde pedimos permissão para gravar e depois digitalizar este trabalho. A foto a seguir mostra o momento em que ele declama sua produção na escola da comunidade e, por ocasião da socialização da atividade.

Figura 41: Momento em que o agricultor Olávio Evangelista da Silva declama seu cordel



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Olávio da Silva recita o cordel produzido a partir de sua própria experiência de vida, porém a sua narrativa não se restringe a uma perspectiva pessoal. Mas, consegue expressar uma coerência extraordinária, ao mobilizar fatos históricos ocorridos na região Sul e Sudeste do estado do Pará. Ele aborda temas referente a questão do garimpo de Serra Pelada, do conflito da Guerrilha do Araguaia e também enfatiza sua própria trajetória de vida, se colocando não só como um expectador da história, mas como agente dessas experiências. Trazer esse cordelista da comunidade foi, também importante, por dialogar com uma das expressões recorridas pelos estudantes.

Para os estudantes a realização da atividade foi importante, porque possibilitou conhecer de forma mais aprofundada a história do assentamento PA Jacaré. E, também pelo fato se tratar de um tema que tem a ver com a história e as experiências de vida de cada um. Ao

discutir sobre o conceito de experiência Jorge L. Bondia (2002, p. 21) argumenta que “a experiência é aquilo que nos passa, o que nos acontece e o que nos toca, e ao nos passar nos forma e nos transforma”. Em outro texto ele retoma a questão e acrescenta: Se a experiência é “isso que me passa” o sujeito da experiência é como um território de passagem, como uma superfície de sensibilidades em que algo passa e que “isso que me passa” ao passar por mim ou em mim, deixa um vestígio, uma marca, um rastro (LARROSA, 2009, p. 8).

O interesse na experiência tratada pelo autor guarda relevância com este trabalho à medida que, estas experiências são mobilizadas na produção do conhecimento, primeiro a respeito da comunidade em situações de pesquisa e de experiências pedagógicas. E, seguidamente, mobilizados com interesse na trajetória histórica da comunidade e na sua dinâmica sociocultural. E que neste capítulo, se buscou por entender considerando a importância da história da comunidade em processos pedagógicos e numa perspectiva de educação do campo com o protagonismo dos agentes sociais do campo.

Conclusão

Ao estudar a trajetória histórica do PA Jacaré percebemos que a conquista deste assentamento só foi possível mediante a pressão dos agentes sociais sobre a terra, pois, eram pessoas que viviam a muito tempo excluídas do direito. Isto é, não só do acesso a terra, mas também, de outros direitos sociais básicos e essenciais à vida.

Percorrer este caminho até aqui, foi importante para compreendermos o processo de constituição do PA Jacaré, passando pelas diversas formas de mobilizações. E seja, desde a luta pela posse da terra, mas também passando por uma abordagem das ações empreendidas e das estratégias utilizadas no pleitear das políticas públicas, como educação, crédito agrícola, estrada e saúde.

Este trabalho, além de contribuir para conhecer a relação dos assentados, estabelecidas a partir da sua constituição, possibilitou apreender como se configurava o território antes mesmo destes chegarem à área, oriundos de deferentes lugares, e, para assim se estabelecerem no local. Como se discutiu no primeiro capítulo, em base as narrativas colhidas durante a pesquisa, e fica indicado, o PA Jacaré faz parte de uma área de antigos castanhais. Área apropriada em 1961 por um particular através de título de aforamento perpétuo. E quando da ocupação em 1986 por parte dos assentados, a terra já se havia constituído em fazenda e estava

sob o domínio da família do fazendeiro Abílio Tinele. Por ele adquirida em 1979 mediante a compra de um proprietário anterior.

Pelo fato do Assentamento está instalado na região do Médio Tocantins é possível afirmar que, antes da apropriação da terra por aforamento perpétuo, este território pertencia aos povos indígenas Gaviões que ao longo do tempo vieram perdendo seu território na região. Assim embora reconheçamos que esta questão que merece melhor aprofundamento, não foi o foco aprofundá-las nesse momento.

O trabalho por sua dimensão acabou suscitando várias questões. Algumas, é possível que se apresentem como lacunas neste estudo e necessitam melhor aprofundamento. Entretanto, e por outro lado, o trabalho permitiu conhecer as dinâmicas sociais e culturais construídas ao longo dos anos no PA Jacaré. E a contar do início, momento em que as famílias foram se estabelecendo no lugar e mediante as incursões das práticas organizativas e na sociabilidade. O que incluiu ações para a construção das casas, as relações de trabalho na roça, e igualmente, as formas de solidariedade ali instituídas, e como as práticas de mutirões.

Isto é que se procurou melhor abordar no segundo capítulo. Onde também se procurou refletir sobre as formas de uso da terra e dos recursos naturais disponíveis na região. Por assim dizer tratou a relação social de uso dos recursos e em que medida tais condições constituem elemento importante para a reprodução social e cultural do grupo no território.

Ainda no segundo capítulo, esse trabalho possibilitou discutir os acontecimentos que levaram as transformações socioambientais no PA Jacaré. Onde se tratou das políticas públicas voltadas aos créditos agrícolas com fator de influência para tais modificações ambientais. Isto, ainda que sem negar a importância que tal política de crédito também teve para a dinâmica produtiva local. Nosso argumento é de que a política de acesso ao crédito agrícola trouxe sérios impactos para o PA Jacaré, sendo responsável pela pecuarização do Assentamento e contribuindo para o desmatamento da área. Fato que pode ter agravado, uma vez que, o desmatamento já se achava em curso, principalmente, a partir dos anos 1990, com as firmas madeireiras em atuação na região.

No terceiro capítulo a abordagem se dirige para o âmbito educacional, com interesse no que a sistematização da história da comunidade tem enquanto conteúdo pedagógico. O argumento se volta para defesa de uma Educação do Campo propriamente, e que se faça de forma contextualizada e com a valorização da experiência social em seu processo. Esse momento assinala para algumas experiências pedagógicas experimentadas no PA Jacaré. A partir deste olhar e das experiências constituídas neste percurso da pesquisa, conclui-se que a

escola pode ir além de um espaço onde se estuda, e pode significar um lugar de reprodução e de reafirmação da identidade camponesa.

Este trabalho realizado no PA Jacaré se dimensiona com grande relevância na produção do conhecimento e social. Nesses campos, a história do Assentamento traz uma contribuição para compreender e reconhecer as experiências de lutas e do debate na questão da terra, na região sudeste do Pará.

No âmbito da comunidade espera-se que este trabalho possa contribuir em ampliar o significado das experiências vivenciadas pelos agentes sociais do PA Jacaré. Com o fortalecimento da luta, do protagonismo e de direitos sociais.

Vivenciar a experiência da pesquisa durante a construção deste trabalho ajudou a compreendermos melhor os desdobramentos da trajetória histórica do PA Jacaré e permitiu enxergar possibilidades de intervenção no presente a partir de práticas pedagógicas na perspectiva de uma educação contextualizada e assentada no protagonismo social.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude Rural ampliando as oportunidades, (2009). Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/juventude-rural-ampliando-as-oportunidades>, acesso em 17 de fevereiro de 2016.
- ABREU, Francisco Lima de, 2015. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- ABREU, Maria Lima de, 2014. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão / Alfredo Wagner Berno de Almeida – Rio de Janeiro: Casa 8, 2015. 180 p. : il.
- ARROYO, Miguel Gonzales. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas IN_ MOLINA, Mônica C. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Mistério do Desenvolvimento Agrário, 2006: p 104 a 117.
- BONDIA, Jorge Larrosa, Notas sobre a experiência e o saber de experiência – Tradução de João Wanderley Geraldi: Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20).
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Brasília/DF: 2008.
- CASALI, Derli. O Campo da Educação do Campo. Espírito Santo: 2009.
- CAVALCANTI, L. Propostas curriculares de geografia no ensino: algumas referências de análises. Terra Livre, 1999.
- CORREIA, Joel Santos, 2015. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- COSTA, Rita de Cássia Pereira da. “Como uma Comunidade”: formas associativas em Santo Antonio /PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade / Rita de Cássia Pereira da Costa; orientadora: Maria Angélica Motta-Maués. – Belém, 2008.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral, narrativas, tempo, identidades. In: Historia oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 33-44.
- EMMI, Marília. A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. Território Camponês. In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. /. – Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 746- 749.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 11ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

- HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 35-98.
- HALL, Antony L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- HÉBETTE, Jean. (2004 a) Movimentos Sociais Contemporâneos no Campo Paraense. In: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. II. Hébette, J. Belém: EDUFPA, 2004, p. 197– 211.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O CENSO DE 2010 A POPULAÇÃO DE NOVA IPIXUNA. Disponível em: http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/PA/nova_ipixuna, acesso em 15 de fevereiro de 2016.
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010): 0,581: Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pa/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.
- LE GOFF, Jacques, 1924. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. - 5ª ed. - Campinas, SP Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, José Gomes, 2011. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- LIMA, Maria Avani, 2016. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. Brasília: 2002.
- LOPES, Alexandrina Alves, 2011. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- MAGALHÃES, Sonha Barbosa. Tempo e Trajetória: reflexões sobre representações camponesas. No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. HÉBETTE, Jean, *et al* (organizadores). Belém: ADUFPA, 2002, p. 235-274.
- NETO, Afonso Pinto de Oliveira, 2015. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- OLIVEIRA, Dvandro Pedro de. Mudanças nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito Rural: O Caso dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2005. Disponível em: <http://mafds.websimples.info/files/arquivopdf>, acesso em 17 de fevereiro de 2016.
- PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo / Airton dos Reis Pereira. – Recife: O autor, 2013. 278 f.: il., 30 cm.
- PESSANHA, Delma Neves, Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

- PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. São Paulo: 1997.
- RIBEIRO, Marlene; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. Educação Rural. In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. /. – Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 746- 749.
- SILVA, M. S. Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: Mônica Castagna Molina. (Org.) Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. 1 ed. Brasília: Nead Editora, (2006).
- SILVA, Olávio Evangelista da, 2011. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- THOMPSON, Paul, 1935 - A voz do passado: história oral Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992, p. 20-44).
- TINELE, Carlos Abílio, 2015. *Entrevista*, PA Jacaré – Nova Ipixuna/PA.
- VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.
- WILLAIME, Jean-Paul. Sociologia das religiões/ Jean-Paul Willaime; tradução Lineimar Pereira Martins. – São Paulo: Editora Unesp, 2012.